

2013

Relatório da Conta de Gerência



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
RELATÓRIO
Gerência – 2013



RELATÓRIO ANUAL

Gerência de 2013



Presidente da Assembleia da República

Maria da Assunção Andrade Esteves

Vice-Presidentes

Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva

Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues

Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

António Filipe Gaião Rodrigues

Secretários da Mesa

Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco

Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

Abel Lima Baptista

Artur Jorge da Silva Machado

Vice-Secretários da Mesa

Maria Paula da Graça Cardoso

Pedro Filipe dos Santos Alves

Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão

Raúl Mário Carvalho Camelo de Almeida



Conselho de Administração

António Fernando Couto dos Santos
Presidente

José Manuel Lello Ribeiro de
Almeida
Representante do GP do PS

João Guilherme Nobre Prata
Fragoso Rebelo
Representante do GP do CDS-PP

Bruno Ramos Dias
Representante do GP do PCP

Mariana Rosa Aiveca
Representante do GP do BE

José Luís Teixeira Ferreira
Representante do GP do PEV

Albino de Azevedo Soares
Secretário-Geral

Francisco José Pereira Alves
Representante dos Funcionários Parlamentares

Glossário

AHP	Arquivo Histórico Parlamentar
ANCV	Assembleia Nacional de Cabo Verde
ANSTP	Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe
APCE	Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa
AP-CPLP	Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
AP-UpM	Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo
APM	Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo
APNATO	Assembleia Parlamentar do Atlântico Norte
APOSCE	Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
AR	Assembleia da República
ARM	Assembleia da República de Moçambique
ASG – PLP	Associação dos Secretários Gerais dos Países de Língua Portuguesa
ASG – UIP	Associação dos Secretários Gerais da União Interparlamentar
BE	Bloco de Esquerda
BIB	Biblioteca
CAC	Centro de Acolhimento ao Cidadão
CADA	Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos
CDS-PP	Centro Democrático Social – Partido Popular
CFBD-ADN	Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN
CFPI	Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
CFSI	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa
CFSIIC	Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal
CIC - RP	Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
CINF	Centro de Informática da Assembleia da República
CJP	Conselho dos Julgados de Paz
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CNECV	Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CNPMA	Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida
DAC	Divisão de Apoio às Comissões
DAR	Diário da Assembleia da República
DAPAT	Divisão de Aprovisionamento e Património
DAPLEN	Divisão de Apoio ao Plenário
DE	Divisão de Edições
DGF	Divisão de Gestão Financeira

DILP	Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
DP	Divisão de Protocolo
DR	Diário da República
DRAA	Divisão de Redação e Apoio Audiovisual
DRHA	Divisão de Recursos Humanos e Administração
DRI	Divisão de Relações Internacionais
DSAF	Direção de Serviços Administrativos e Financeiros
DSATS	Direção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
DSDIC	Direção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
ERC	Entidade Reguladora para a Comunicação Social
FPIA	Fórum Parlamentar Ibero-americano
GABSG	Gabinete do Secretário-Geral
GARIP	Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
GDP	Grupo Desportivo Parlamentar
GME	Gabinete Médico
GP	Grupo Parlamentar
GR%	Grau de Execução (percentagem)
LOFAR	Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OAR	Orçamento da Assembleia da República
OE	Orçamento de Estado
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PAR	Presidente da Assembleia da República
PCP	Partido Comunista Português
PEV	Partido Ecologista "Os Verdes"
PLC	Processo Legislativo Comum
PNTL	Parlamento Nacional de Timor-Leste
POC-AR	Plano Oficial de Contabilidade da Assembleia da República
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
SAR	Serviços da Assembleia da República
SIGAR	Sistema Integrado de Gestão da Assembleia da República
UIP	União Interparlamentar
UTAO	Unidade Técnica de Apoio Orçamental

Índice

NOTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	10
1. ENQUADRAMENTO ORÇAMENTAL	11
1.1 OAR 2013	11
1.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL — 2013	15
2. ATIVIDADES PARLAMENTARES	19
2.1 GABINETES DE APOIO DOS GRUPOS PARLAMENTARES	24
2.2 COMISSÕES PARLAMENTARES	25
2.3 RELAÇÕES PARLAMENTARES INTERNACIONAIS	26
2.4 GRUPOS PARLAMENTARES DE AMIZADE	41
2.5 CERIMÓNIAS, RECEÇÃO DE DELEGAÇÕES E DE ENTIDADES OFICIAIS E OUTRAS REUNIÕES	43
2.6 OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	54
3. ATIVIDADES DE APOIO	55
3.1 GESTÃO DAS ATIVIDADES DE APOIO	56
4. ATIVIDADE EDITORIAL	63
5. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	65
5.1 BILATERAL	65
5.2 MULTILATERAL	68
6. GESTÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO	69
7. GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS	72
8. FINANCIAMENTO	76
8.1 ENTIDADES AUTÓNOMAS	76
8.2 SUBVENÇÕES PÚBLICAS	78
9. INVESTIMENTOS	78
9.1 INVESTIMENTOS REALIZADOS EM 2013	78
9.2 PROJETOS TRANSITADOS PARA 2014	84
10. EXECUÇÃO FINANCEIRA	84
10.1 DAS DESPESAS	84
10.2 DAS RECEITAS	87
11. SITUAÇÃO PATRIMONIAL DA AR A 31 DE DEZEMBRO DE 2013	89
NOTA FINAL	92

Índice de Quadros

QUADRO 1	ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2013	14
QUADRO 2	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	15
QUADRO 3	SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS	16
QUADRO 4	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES	16
QUADRO 5	EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	18
QUADRO 6	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	23
QUADRO 7	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”	24
QUADRO 8	REUNIÕES (UIP)	29
QUADRO 9	REUNIÕES (AP-CPLP)	30
QUADRO 10	REUNIÕES (APNATO)	30
QUADRO 11	REUNIÕES (APCE)	31
QUADRO 12	REUNIÕES (AP-UPM)	34
QUADRO 13	REUNIÕES (APOSCE)	34
QUADRO 14	REUNIÕES (APM)	35
QUADRO 15	OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS	36
QUADRO 16	EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO	41
QUADRO 17	QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS	55
QUADRO 18	ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”	55
QUADRO 19	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”	56
QUADRO 20	LANÇAMENTOS EDITORIAIS	64
QUADRO 21	EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	77
QUADRO 22	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES	77
QUADRO 23	EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO	79
QUADRO 24	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS	79
QUADRO 25	PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2014	84
QUADRO 26	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	85
QUADRO 27	ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2014 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	86
QUADRO 28	EVOLUÇÃO DAS RECEITAS	87
QUADRO 29	GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2013	88

Índice de Gráficos

GRÁFICO 1	EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2010 A 2013	17
GRÁFICO 2.1	DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2013	18
GRÁFICO 2.2	DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2013	19
GRÁFICO 3	EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES	21
GRÁFICO 4	PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES	24
GRÁFICO 5.1	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE VISITAS GUIADAS	59
GRÁFICO 5.2	DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)	59
GRÁFICO 6	EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS	60
GRÁFICO 7	EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL	64
GRÁFICO 8	EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS	73
GRÁFICO 9	EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS	73
GRÁFICO 10	EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE	74
GRÁFICO 11	EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL	75
GRÁFICO 12	FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE	75
GRÁFICO 13	EVOLUÇÃO DAS VENDAS	88
GRÁFICO 14	EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS	89

Nota do Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 59.º da LOFAR, o Conselho de Administração elabora o **Relatório** e a **Conta** relativos à Gerência de 2013, com os elementos que foram, para o efeito, organizados e trabalhados pelos competentes Serviços da Assembleia da República, sob direta coordenação do Secretário-Geral.

O Relatório que se apresenta traduz, tendo em conta as alterações que ao longo do ano de 2013 foram introduzidas no OAR inicial aprovado no Plenário em 26 de outubro de 2012, as características gerais na vertente orçamental e financeira da gestão da AR, destacando-se, desde logo, a necessidade de corresponder às obrigações expressas na lei para o pagamento das subvenções públicas para as campanhas concernentes às Eleições Autárquicas 2013.

Na globalidade das despesas, geriu-se um total orçamentado de **€152.347.753,30**, encontrando-se nesta verba incluídas as **transferências para as Entidades Autónomas** e as **subvenções aos Partidos Políticos e às campanhas eleitorais**, com um nível global de **execução de 73,42%**, dos quais:

- **€78.028.874,23 - Despesa total – atividade da AR**, com execução de **75,87%**, da qual:
 - **€69.154.484,23** - Despesas Correntes - **atividade da AR**, com execução de **83,13%**;
 - **€8.874.390,00** - Despesas de Capital - **atividade da AR**, com execução de **19,26%**;
- **€10.825.295,00 – Transferências - Entidades Autónomas**, com execução de **89,77%**;
- **€14.853.459,00 - Subvenções aos Partidos Políticos**, com execução de **100%**; e
- **€48.640.125,07 - Subvenções para campanhas eleitorais**, com execução de **57,73%**.

A taxa de execução mais baixa, verificada na "Despesa total – atividade da AR", deve-se, não só às cativações aplicáveis, mas também ao clima de grande contenção que tem vindo a pautar a execução orçamental da Assembleia da República, o qual se manteve no exercício de 2013. Importa ressaltar que, deduzindo a cativação aplicável (€713.844,20) e a dotação provisional (€9.377.047,23 – corrente e capital) – verba inscrita para eventuais necessidades não previstas -, a taxa de execução é de 87,14%.

Ao nível da **Atividade Parlamentar**, a Assembleia da República, através dos seus órgãos eleitos, desenvolveu os habituais trabalhos em sessões plenárias e em comissões especializadas, bem como em sede das organizações internacionais e das instituições interparlamentares de que é parte.

Em matéria de **investimento**, destaca-se, no cumprimento do Plano de Investimentos de 2013:

- No âmbito da **abertura do Parlamento ao cidadão**, o ano de 2013 fica marcado pela inauguração, no dia 25 de abril, de um novo espaço de encontro com os cidadãos, dinâmico e interativo, o Centro de Acolhimento ao Cidadão (CAC), situado no Refeitório dos Monges e que é o ponto de partida para as visitas ao Parlamento.
- Ao nível da **gestão das tecnologias de informação**, foi dada continuidade ao reforço das infraestruturas e medidas de segurança, houve uma expansão da cobertura e implementação de nova solução de rede *wireless* e foram implementadas soluções de multimédia no CAC, com aplicações interativas desenvolvidas especificamente para este espaço, promovendo o conhecimento do Parlamento e dos representantes eleitos, bem como de alguns conceitos relacionados com a atividade parlamentar.
- Em termos de **obras de melhoria/conservação**, para além da conclusão da empreitada do CAC, foram realizadas as empreitadas de requalificação do armazém n.º 230, no 3º piso do Palácio de S. Bento, de impermeabilização do frontão do Palácio de S. Bento e de recuperação da laje do anfiteatro da designada Casa Amarela.
- Relativamente aos **sistemas de audiovisual**, destaca-se a aquisição de meios para instalar os operadores CMTV e ETV e para a ligação de três espaços do andar nobre do Palácio de S. Bento aos operadores de televisão, bem como a aquisição de *storage* para o sistema de gravação digital e de um sistema de áudio sem fios para nova sala das comissões parlamentares.

Por outro lado, a Assembleia da República prosseguiu a sua **atividade editorial** própria e desenvolveu ações de aproximação ao exterior e de divulgação das suas atividades, abrindo as portas aos visitantes e realizando exposições.

É ainda de salientar, em termos da complexidade e do volume das tarefas, os elevados níveis a que está sujeita a atividade desenvolvida pela AR e aos quais os **Funcionários Parlamentares** tiveram de dar resposta, não obstante a contínua diminuição do número de efetivos, tendo designadamente em consideração o fluxo continuado de aposentações e a inexistência de procedimentos concursais de recrutamento nos últimos quatro anos.

1. Enquadramento Orçamental

1.1 OAR 2013

Em 11 de outubro de 2012, o Conselho de Administração elaborou a proposta de Orçamento da Assembleia da República para 2013, com base na proposta de OAR2013 coordenada e apresentada pela Secretária-Geral, nos termos dos artigos 15.º e 24.º da LOFAR, tendo aquela sido aprovada em Plenário, na sessão de 26 de outubro de 2012, dando origem à Resolução da Assembleia da República n.º 138/2012, publicada no Diário da República, I Série, n.º 222, de 16 de novembro de 2012.

No **OAR2013 inicial** aprovado, os montantes inscritos para as **despesas correntes e de capital** da atividade da AR ascenderam, respetivamente, a €62.741.843 e €3.874.390, traduzindo, globalmente, uma **diminuição de 13,77% relativamente ao OAR2012 corrigido**.

Por outro lado, o montante total do **Financiamento de Entidades e Subvenções** foi de €73.603.132, apresentando um **acréscimo de 159,16% face ao OAR2012 corrigido**, decorrente, essencialmente, do facto de, em 2013, estarem inscritas as verbas globais estimadas, no valor de €48.461.760, para pagamento **da subvenção pública para a campanha das Eleições Autárquicas de 2013**, de acordo com o calendário eleitoral, enquanto que, em 2012, apenas se encontravam inscritos a subvenção para a campanha da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (€840.531), o remanescente da subvenção para a campanha da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira (€41.986,69) e a devolução ao Tesouro dos saldos das campanhas referentes às eleições Presidenciais, Legislativas e Legislativas da Madeira de 2011 e Autárquicas de 2009 (€2.259.566,46).

Incluem-se, ainda, no Financiamento de Entidades e Subvenções, em 2013, as **subvenções aos Partidos Políticos** (€14.853.459) e as **transferências para as Entidades Autónomas** (€10.287.913) – conforme Quadro1. Importa salientar que, no OAR2013 inicial e em relação ao OAR2012 corrigido, se verificou, no que respeita às transferências para as Entidades Autónomas, **um decréscimo de 1,12%** decorrente da adoção de medidas de contenção orçamental.

O 1º Orçamento Suplementar de 2013, elaborado nos termos do artigo 50º da LOFAR, foi aprovado pelo Plenário da Assembleia da República, sob proposta do Conselho de Administração, em 5 de julho¹. Este 1º OAR suplementar alterou a dotação orçamental inicial,

¹ Resolução da Assembleia da República n.º 112/2013, publicada no DR, I Série, n.º 143, de 26 de julho.

no montante de €140.219.365, para €152.347.753,30 (aumento no valor de **€12.128.388,30**), com os seguintes fundamentos:

- Integração do diferencial do saldo de gerência da Assembleia da República apurado à data de encerramento da gerência de 2012: **€11.412.641,23** (no OAR2013 foram inicialmente inscritos €12.000.000, sendo que o valor efetivamente apurado a 31/12/2012 foi de €23.412.641,23);
- Integração do saldo de gerência da subvenção pública para a campanha das eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores de 2012, apurado à data de encerramento da gerência de 2012: €178.365,07, dos quais €441,08 foram devolvidos ao Tesouro;
- O reajuste das dotações das rubricas onde se inscreve o subsídio de férias e de Natal, ou abonos equivalentes, e respetivos encargos da entidade empregadora - em função do determinado pelo acórdão do Tribunal Constitucional n.º 187/2013, que declarou a inconstitucionalidade da suspensão do pagamento do subsídio de férias -, bem como o aumento das taxas de incidência, sobre as remunerações, para a ADSE, Segurança Social e CGA, estipuladas pela Lei do OE2013, as quais não eram conhecidas em sede de elaboração do OAR2013, o **que implicou, no caso das Entidades Autónomas, um reforço das transferências do OE em €537.382.**

Importa ainda realçar, no âmbito deste 1.º Orçamento Suplementar, o reforço da dotação provisional em **€8.416.791,23** (€3.416.791,23 em correntes e €5.000.000 em capital), resultante do diferencial entre o saldo de gerência integrado e o montante necessário para o pagamento do subsídio de férias e do aumento das contribuições da AR enquanto entidade empregadora.

Para além do orçamento suplementar referido, efetuaram-se **cinco alterações orçamentais verticais**, visando reajustar dotações e enquadrar situações pontuais com tradução financeira entretanto surgidas, as quais **não influenciaram**, contudo, a **despesa global**. Essas alterações obtiveram o parecer favorável do Conselho de Administração, respetivamente, em 7 de março, 23 de maio, 12 de setembro, 20 de novembro e 12 de dezembro do ano em referência.

Da execução do OAR2013 decorreu um **saldo de gerência, apurado à data de 31 de dezembro de 2013 e a transitar para o ano de 2014, no valor de €39.724.149,25**, dos quais €20.098.188,35 correspondem ao saldo das subvenções para a campanha das eleições autárquicas 2013, configurando o remanescente (**€19.625.960,90**) o **saldo da AR**, do qual €9.000.000 já foram integrados em OAR2014 inicial.

As alterações aprovadas, quer em sede de OAR suplementar, quer no quadro das diversas alterações orçamentais verticais e horizontais (reforços/anulações entre a mesma rubrica de diferentes subatividades), refletiram-se ao nível das diversas atividades, conforme se apresenta no Quadro 1 seguinte:

Quadro 1- ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA EM 2013

Unidade: Euro

Atividades	OAR2012 corrigido	OAR2013 inicial	OAR2013 corrigido	Var%	Var%
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
DESPESAS CORRENTES AR	63.645.336	62.063.924	68.416.344	-2,48%	7,50%
ATIVIDADES PARLAMENTARES	31.758.125	31.623.072	33.779.278	-0,43%	6,36%
ATIVIDADES DE APOIO	27.577.905	26.235.554	29.536.323	-4,87%	7,10%
ATIVIDADE EDITORIAL	955.636	595.000	564.329	-37,74%	-40,95%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	469.630	377.000	375.165	-19,72%	-20,11%
OUTRAS ATIVIDADES	2.592.529	3.000.000	3.925.836	15,72%	51,43%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	233.779	193.848	195.963	-17,08%	-16,18%
OUTRAS ENTIDADES	57.732	39.450	39.450	-31,67%	-31,67%
DESPESAS DE CAPITAL AR	12.732.035	3.874.390	8.874.390	-69,57%	-30,30%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	70.000	20.000	20.000	-71,43%	-71,43%
INVESTIMENTO	4.856.894	3.354.390	3.403.179	-30,94%	-29,93%
OUTRAS ATIVIDADES	7.805.141	500.000	5.451.211	-93,59%	-30,16%
TOTAL AR CORRENTES E CAPITAL (1)	76.377.371	65.938.314	77.290.734	-13,67%	1,20%
DESPESAS CORRENTES CONSELHOS (2)	873.521	677.919	738.140	-22,39%	-15,50%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	148.415	165.530	198.981	11,53%	34,07%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	117.555	113.770	124.530	-3,22%	5,93%
CONSELHO NAC. PROCRIAÇÃO MED. ASSISTIDA	245.446	239.919	252.749	-2,25%	2,98%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM.CRIMIN.	199.685	158.700	161.880	-20,52%	-18,93%
UNIDADE TÉC. PARA REORGANIZ. ADM. TERRITÓRIO	162.420	0	0	-100,00%	-100,00%
TOTAL AR E CONSELHOS (3=1+2)	77.250.892	66.616.233	78.028.874	-13,77%	1,01%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	10.404.732	10.287.913	10.825.295	-1,12%	4,04%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	14.853.459	14.853.459	14.853.459	0,00%	0,00%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	3.142.084	48.461.760	48.640.125	1442,34%	1448,02%
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇ	105.651.167	140.219.365	152.347.753	32,72%	44,20%

Da análise do Quadro 1, ressalta que o OAR2013, face ao OAR2012, apresenta um **acréscimo de 44,20% da despesa global**, devendo registar-se que, excluídos os Conselhos, as Entidades Autónomas e as subvenções públicas aos partidos e às campanhas eleitorais, **o acréscimo da atividade da AR é de 1,20%**. Este comportamento é determinado pela subvenção para a campanha das eleições autárquicas 2013, uma vez que o montante global inscrito, em 2012, foi significativamente inferior, já que, como se referiu supra, apenas incluía a subvenção para as Eleições Legislativas da Região Autónoma dos Açores e o remanescente das Legislativas da Região Autónoma da Madeira.

Em “**Despesas Correntes**”, a variação de **7,5%** decorre, principalmente, dos aumentos verificados em “**Atividades parlamentares**” e em “**Atividades de apoio**”, em resultado da inscrição, em 2013, dos subsídios de férias e de Natal e respetivos encargos, cujo pagamento em 2012 esteve suspenso. Por outro lado, as diminuições verificadas nas demais atividades revelam as medidas de extrema contenção orçamental que têm vindo a ser aplicadas, as quais incluem a aplicação das reduções remuneratórias e contratuais estipuladas na Lei do OE2013, representando o montante inscrito em “**Outras atividades**” - dotação provisional

corrente (€3.925.836,23) - parte da “poupança” obtida pela AR no ano 2013, o que justifica a variação positiva de 51,43% face ao ano anterior.

No que se refere às “**Despesas de Capital**”, o Quadro 1 evidencia ainda um **decréscimo de 30,30%** face ao valor orçamentado em 2012, sendo novamente o valor inscrito em “**Outras atividades**” - dotação provisional de capital - que apresenta a maior variação (-30,16. Face à conjuntura económica, a AR circunscreveu o seu plano de investimento para 2013 a projetos inadiáveis, o que justifica a baixa taxa de execução verificada na atividade “investimento” (19,26%), como se analisará mais à frente neste relatório.

1.2 Execução Orçamental — 2013

Quadro 2 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2013 corrigido	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	69.154.484	57.489.895	83,13%
DESPESAS DE CAPITAL	8.874.390	1.708.800	19,26%
TOTAL AR	78.028.874	59.198.696	75,87%
ENTIDADES AUTÓNOMAS	10.825.295	9.717.908	89,77%
SUBVENÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS	14.853.459	14.853.458	100,00%
SUBVENÇÃO ÀS CAMPANHAS ELEITORAIS	48.640.125	28.078.603	57,73%
TOTAL GLOBAL AR / ENTID.AUTÓNOMAS / SUBVENÇÕES	152.347.753	111.848.665	73,42%

Em 2013, os encargos assumidos atingiram o montante de €111.848.665 (cf. Quadro 2), o que se traduziu numa **execução orçamental de 73,42%**, registando-se uma diferença de €40.499.088, entre o valor total orçamentado em termos de OAR corrigido e o valor dos encargos assumidos. O grau de execução orçamental registado é influenciado, não só pela dotação provisional não executada (num total de €9.377.047,23 - corrente e capital), mas também pelas verbas não requisitadas pela AR (€713.845,20) e Entidades Autónomas (€1.570.720,13), resultantes sobretudo das cativações previstas na Lei do OE2013 e no respetivo decreto-lei de execução orçamental e pelo montante das subvenções para as campanhas das eleições autárquicas 2013 que não foi possível pagar (€20.561.521,72), dado que os resultados eleitorais só foram publicados em Diário da República a 13 de dezembro de 2013.

Verifica-se, conforme Quadro 3 infra, que o grau de execução das despesas correntes e de capital da AR foi de **75,87%**, pelo que, com o objetivo de melhor esclarecer a execução da atividade da AR em 2013, far-se-á, doravante, **uma análise que não inclui os montantes transferidos para as Entidades Autónomas, nem as mencionadas subvenções públicas para os Partidos Políticos e para as campanhas eleitorais.**

Quadro 3 - SÍNTESE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL SEM TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES AUTÓNOMAS E SEM SUBVENÇÕES ESTATAIS

Unidade: Euro

Tipo de Despesa	OAR2013 corrigido sem Entid. Autónomas / Subvenções	Execução Orçamental	
		montante	GR%
DESPESAS CORRENTES	69.154.484	57.489.895	83,13%
DESPESAS DE CAPITAL	8.874.390	1.708.800	19,26%
TOTAL DAS DESPESAS	78.028.874	59.198.696	75,87%

O nível de execução orçamental foi, assim, de **83,13%** em “Despesas Correntes” e de **19,26%** em “Despesas de Capital”, constituindo estas percentagens as que verdadeiramente traduzem a execução resultante da atividade normal da AR.

Desagregando a execução por atividades (cf. Quadro 4), face à respetiva natureza da despesa, verifica-se que a taxa de execução orçamental mais elevada, em sede de **despesas correntes**, é atingida em “Outras entidades” (100%), seguida de “Outros encargos parlamentares” [Quotizações (99,91%)], “Atividades Parlamentares” (92,48%) e “Atividades de Apoio” (84,81%).

Na análise do Quadro 4, importa, ainda, salientar que, no ano de 2013, em termos de estrutura da despesa, o peso orçamental das “Atividades Parlamentares” foi de 52,77%, logo seguido das “Atividades de Apoio”, que representam 42,31% do total orçamentado.

Quadro 4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL POR ATIVIDADES

Unidade: Euro

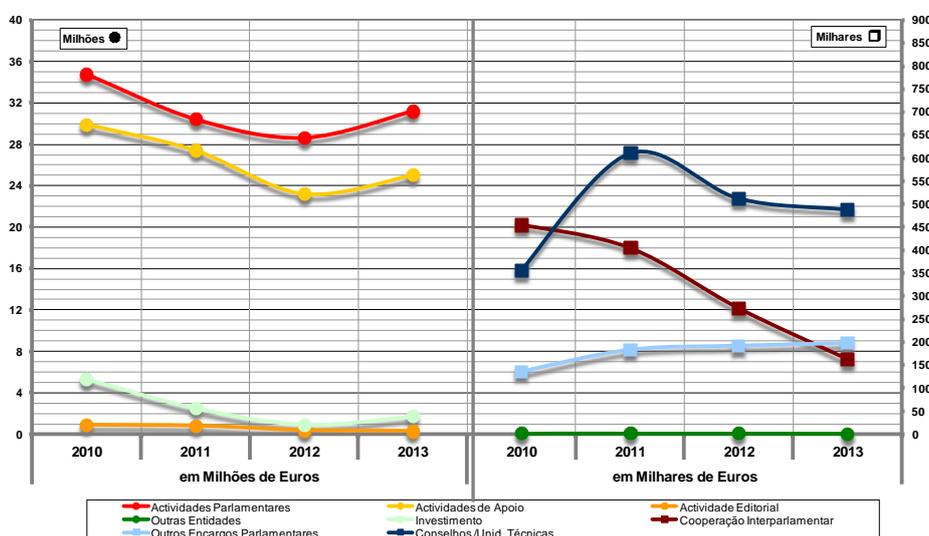
Atividades	OAR2013 corrigido	Encargos assumidos		
		montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
ATIVIDADES PARLAMENTARES	33.779.278	31.237.705	92,48%	52,77%
ATIVIDADES DE APOIO	29.536.323	25.048.294	84,81%	42,31%
ATIVIDADE EDITORIAL	564.329	314.967	55,81%	0,53%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	375.165	163.700	43,63%	0,28%
OUTRAS ATIVIDADES*	3.925.836	1.290	0,03%	0,00%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	195.963	195.796	99,91%	0,33%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	198.981	159.586	80,20%	0,27%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	124.530	105.230	84,50%	0,18%
OUTRAS ENTIDADES	39.450	39.450	100,00%	0,07%
CONSELHO NAC. PROCREIAÇÃO MED. ASSISTIDA	252.749	89.694	35,49%	0,15%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN	161.880	134.182	82,89%	0,23%
DESPESAS CORRENTES (1)	69.154.484	57.489.895	83,13%	97,11%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	20.000	0	0,00%	0,00%
INVESTIMENTO	3.403.179	1.708.800	50,21%	2,89%
OUTRAS ATIVIDADES*	5.451.211	0	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL (2)	8.874.390	1.708.800	19,26%	2,89%
TOTAL DAS DESPESAS (3=1+2)	78.028.874	59.198.696	75,87%	100,00%

(*) Dotação Provisional não utilizada

No que respeita às **despesas de capital**, cuja taxa de execução foi de **19,26%** em resultado do elevado montante inscrito e não utilizado em “**Outras atividades - dotação provisional de capital**” (€5.451.211), salienta-se a subatividade “**Investimento**”, com uma realização de 50,21%, indicador que traduz um aumento de 82,16% face à execução do ano de 2012 (cf. Quadro 5).

Importa ainda reter que, face à atual conjuntura de forte contenção orçamental, das empreitadas que integraram o Plano de Investimentos para 2013, apenas foram lançadas as empreitadas de reabilitação da laje de cobertura do anfiteatro da Casa Amarela, de beneficiação do frontão e cobertura contígua do Palácio de S. Bento, de requalificação da fachada do refeitório e de execução de arquitetura e especialidades do novo acesso ao Refeitório dos Frades, consideradas prioritárias e, no caso do Palácio de S. Bento, indispensáveis à segurança e preservação do edifício enquanto monumento nacional. Não obstante, optou-se pela realização de outras, consideradas necessárias ao melhoramento e conservação dos edifícios da AR, nomeadamente: a empreitada de execução de infraestruturas de apoio ao “Novo Sistema Integrado de Gestão” da Sala de Segurança da AR, no piso técnico do Novo Edifício; a empreitada de requalificação da sala 6009 (zona 2 e 3) - 6º piso, do Palácio de São Bento; e a empreitada de obras para instalação do armazém para acervo do Museu - Piso -3 do Edifício D. Carlos I.

Gráfico 1 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS DE 2010 A 2013



A evolução da despesa realizada por atividades, no decurso dos últimos quatro anos, consta do Gráfico 1, verificando-se que, no ano de 2013, **houve um acréscimo global das despesas realizadas com as atividades “Parlamentares” e “de Apoio”**, tendo-se aproximado dos níveis de 2011, o que se justifica face à suspensão, em 2012, do pagamento dos subsídios de férias e de Natal, que havia sido determinado pela Lei do OE2012.

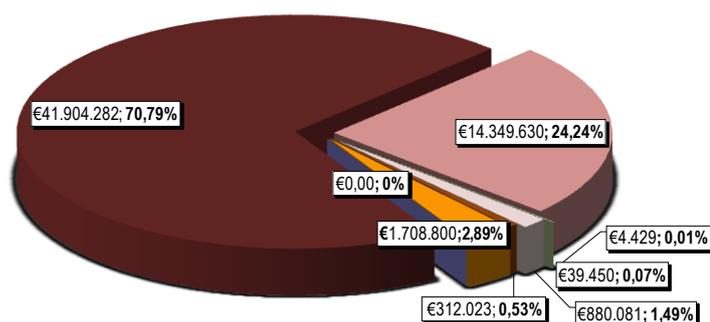
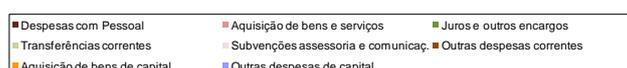
Tal realidade é evidenciada no Quadro 5 seguinte, em que se salientam os acréscimos de 8,99% nas “Atividades parlamentares”, e de 7,77% nas “Atividades de apoio”, que só não são superiores em virtude da manutenção da aplicação das reduções remuneratórias e contratuais determinadas pela Lei do OE2013, pela continuada redução do número de funcionários parlamentares, designadamente por transição para a situação de aposentação, e pelas medidas de contenção generalizadas, nomeadamente nas aquisições de bens e serviços.

Quadro 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Unidade: Euro

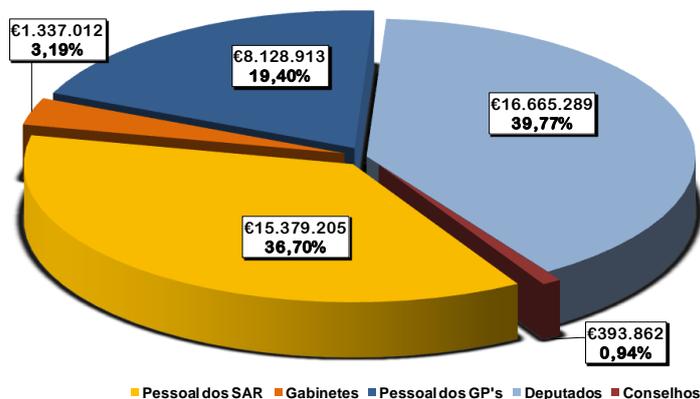
Atividades	Encargos Assumidos		Var%
	2012	2013	
ATIVIDADES PARLAMENTARES	28.661.437	31.237.705	8,99%
ATIVIDADES DE APOIO	23.242.098	25.048.294	7,77%
ATIVIDADE EDITORIAL	399.212	314.967	-21,10%
COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	274.348	163.700	-40,33%
OUTRAS ACTIVIDADES	4.964	1.290	-74,01%
OUTROS ENCARGOS PARLAMENTARES	186.733	195.796	4,85%
CONSELHO FISCALIZAÇÃO SISTEMA INFORMAÇ.	107.662	159.586	48,23%
CONSELHO DOS JULGADOS DE PAZ	74.614	105.230	41,03%
OUTRAS ENTIDADES	57.732	39.450	-31,67%
CONSELHO NAC. PROCREIAÇÃO MED. ASSISTIDA	114.831	89.694	-21,89%
CONSELHO FISCALIZ. SIST. INTEG INFORM. CRIMIN.	149.474	134.182	-10,23%
UNIDADE TÉC. PARA REORGANIZ. ADM. TERRITÓRIO	66.595	0	-100,00%
INVESTIMENTO	938.069	1.708.800	82,16%
TOTAL DAS DESPESAS	54.277.767	59.198.696	9,07%

Gráfico 2.1 – DISTRIBUIÇÃO DA DESPESA POR GRUPOS ECONÓMICOS EM 2013



O Gráfico 2.1 apresenta a **distribuição da despesa** por agrupamento económico: as “**Despesas com Pessoal**” representam **70,79%** do total da despesa de 2013 (cf. Gráfico 2.2), seguidas das “**Aquisições de Bens e Serviços**” (**24,24%**) e das “**Aquisições de Bens de Capital**” (**2,89%**).

Gráfico 2.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS ENCARGOS NO AGRUPAMENTO DESPESAS COM PESSOAL EM 2013



O gráfico 2.2 evidencia os encargos englobados na rubrica orçamental “**Despesas com Pessoal**”. De acordo com os princípios do classificador económico, esta rubrica integra os encargos com remunerações e outras despesas com o pessoal dos Serviços da Assembleia da República (SAR), para além de outros encargos de idêntica natureza, nomeadamente com Deputados. De acordo com a realidade patente no Gráfico 2.2, verifica-se uma distribuição quase equitativa na partição dos encargos relacionados, por um lado, com “**Deputados**” (39,77%) - que não inclui as despesas de transporte consideradas no agrupamento “02 – Aquisições de bens e serviços”- e, por outro, dos encargos imputáveis a “**Pessoal dos SAR**” (36,70%), enquanto que os encargos com **pessoal afeto aos “Gabinetes de apoio aos Grupos Parlamentares”** representam 19,40%. Já os encargos com remunerações do pessoal nomeado para os **Gabinetes da AR** e para o pessoal afeto aos **Conselhos** integrados no orçamento da AR, constituem, respetivamente, **3,19% e 0,94%** em percentagem do encargo total com remunerações.

2. Atividades Parlamentares

Do conjunto das atividades desenvolvidas pela Assembleia da República, destacam-se as que respeitam diretamente ao exercício das suas competências enquanto órgão de soberania, com funções legislativas e de orientação e fiscalização políticas.

Não obstante a atividade política do Parlamento ser objeto de um Relatório específico e autónomo, nos termos do artigo 117º do Regimento, referem-se abaixo alguns indicadores próprios dessa atividade.



Assim, em 2013, realizaram-se **114 reuniões plenárias** e **1 da Comissão Permanente**. Ainda no âmbito da atividade parlamentar, foram realizadas **26 Conferências de Líderes**. Durante o ano de 2013 realizaram-se, ainda, **35 reuniões do Conselho de Administração**.

Acresce assinalar que deram entrada na Mesa da Assembleia da República as seguintes iniciativas legislativas: **69 Propostas de Lei, 160 Projetos de Lei** (um deles no quadro da iniciativa legislativa de cidadãos), **17 Propostas de Resolução, 347 Projetos de Resolução, 8 Projetos de Deliberação, 28 Apreciações Parlamentares** e **2 Inquéritos Parlamentares**. Foram aprovadas, em 2013, **2 Leis Orgânicas, 87 Leis, 162 Resoluções** e **6 Deliberações**.

Foram apresentados pelos Deputados os seguintes **Requerimentos**: 184 ao Governo, 3412 à Administração Local e 18 a Entidades Independentes. No mesmo ano, foram recebidas as seguintes **respostas**: 87 do Governo, 781 da Administração Local e 10 das Entidades Independentes.

Foram ainda apresentadas pelos Deputados 2671 perguntas, tendo sido obtidas 1833 respostas.

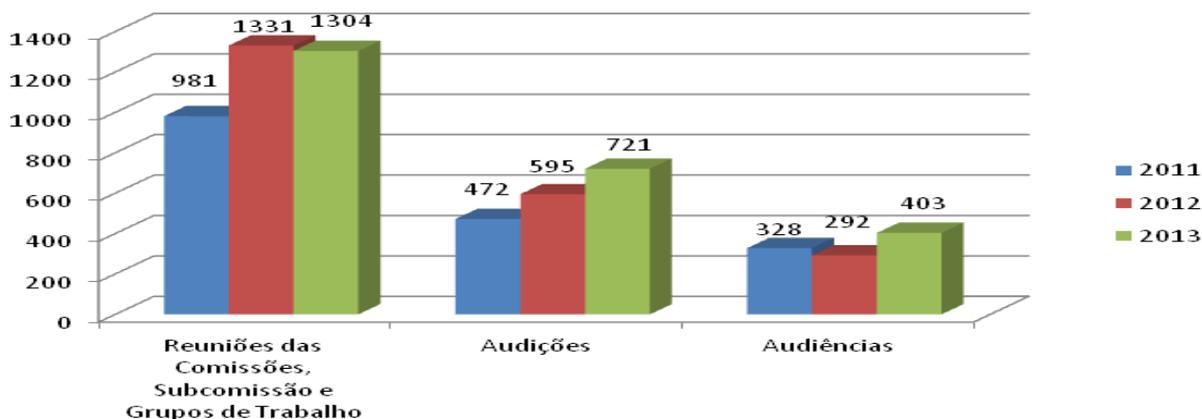
Durante o ano de 2013, procedeu-se também à preparação, organização e acompanhamento das eleições para os seguintes órgãos:

- Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais;
- 2 membros para o Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa;
- Conselho de Fiscalização da base de Dados de Perfis de ADN;
- Provedor de Justiça;
- Conselho Nacional de Educação;
- 2 membros para a Comissão Nacional de Eleições;
- 1 Vice-Secretário da Mesa da Assembleia da República, proposto pelo GP do PSD.

Em 2013, as Comissões, a Subcomissão de Igualdade e os Grupos de Trabalho efetuaram **1304 reuniões** (796 efetuadas pelas comissões parlamentares permanentes, 13 pela comissão eventual constituída para o Acompanhamento das medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal, 138 pelas três comissões parlamentares de inquérito cujos trabalhos decorreram durante o ano, 22 pela Subcomissão de Igualdade e 335 pelos grupos de trabalho), das quais **168 contaram com a presença de Membros do Governo**, num total de 721 audições. Foram ainda concedidas **403 audiências** pelas Comissões, Subcomissão e grupos de trabalho.

Em relação ao número total de reuniões, audições e audiências, a evolução da presente Legislatura (com início em 2011) torna-se evidente através do seguinte gráfico:

Gráfico 3 – EVOLUÇÃO DAS REUNIÕES, AUDIÇÕES E AUDIÊNCIAS DAS COMISSÕES PARLAMENTARES



Em relação ao ano de 2012, verificou-se um ligeiro decréscimo do número total de reuniões (27), sendo de salientar o aumento do número de reuniões das comissões parlamentares de inquérito (mais 50) e dos grupos de trabalho (mais 44).

Se, em relação a 2011, o aumento do número de reuniões, de audições e de audiências se explica pelo facto de se terem verificado, naquele ano, eleições legislativas, com a consequente interrupção dos trabalhos parlamentares, comparando os números de 2012 com os de 2013, constata-se relativa estabilidade, com tendência para o acréscimo do trabalho de auscultação por parte das comissões parlamentares.

No que ao exercício do direito de petição diz respeito, constata-se que, durante o ano de 2013, foram recebidas e registadas pela Assembleia da República **91 petições**, 46 das quais subscritas por 4000 ou mais cidadãos, tendo 33 do total sido remetidas por via eletrónica.

Focando a análise deste instituto exclusivamente no trabalho das comissões parlamentares, é de salientar que, das 91 petições que deram entrada em 2013, 64 viram já a sua apreciação concluída pela comissão parlamentar considerada competente em razão da matéria, valor que corresponde a 70% do total.

Por outro lado, a atividade parlamentar (114 reuniões plenárias, com um total de 360h e 08m e 1 reunião da Comissão Permanente de 2h e 03m) originou a produção de **514 Diários da Assembleia da República** (versão exclusivamente eletrónica), representando uma variação negativa de 24,7%, distribuídos por 115 números da **1.ª Série** (-0,25%) e 399 da **2.ª Série** (-29,4%), com 136 Suplementos. Na 1ª Série do DAR foram trabalhadas 17.730 páginas (-6,8%) e, na 2ª



Série, 120.771 páginas (-13,2%), num total de 138.501 páginas, acrescidas das 9.536 páginas de transcrições de textos das comissões parlamentares de inquérito.

No ano de 2013, a **ARTV- Canal Parlamento** completou 11 anos de funcionamento no atual formato, com uma emissão de 24 horas por dia, todos os dias da semana, nas plataformas de cabo (ZON, MEO, VODAFONE, OPTIMUS CLIX, CABOVISÃO), assim como na plataforma digital terrestre (TDT), produzindo 9.900 horas de emissão (7.200 CABO+NET e 2.700 TDT) e 1.700 horas de conteúdos gravados (1.230h de reuniões das comissões parlamentares, 330h de reuniões plenárias e 140h de outros eventos). No sistema de gravação digital (DIGIAUDIO), foram gravadas 362h e 11m de reuniões plenárias e da Comissão Permanente e 5 435h de reuniões de comissões parlamentares e outros eventos.

O **sistema de votação eletrónica** foi utilizado, para verificação de quórum e votação, em 52 sessões plenárias.

No ano de 2013 houve um aumento do volume de **arquivo audiovisual** – indexação, catalogação dos suportes e disponibilização online das sessões plenárias, catalogação dos suportes da produção diária do canal parlamento, bem como a recuperação da catalogação das 1500 cassetes das VII à IX legislaturas que se encontravam por tratar.

Na área do **arquivo fotográfico** continuou-se a responder a inúmeros pedidos, internos e externos, de cedência de imagens.

No que respeita à **Biblioteca**, existiam, no final de 2013, 116 569 registos bibliográficos, correspondendo a 48 665 registos de monografias, 3 338 registos de publicações em série e 63 461 registos de analíticos de monografias e séries, o que permitiu elaborar, em 2013, Notas Técnicas para o Enquadramento Doutrinário/Bibliográfico, num total de 55 contributos para projetos de lei e 43 para propostas de lei, tendo-se registado um aumento relativamente ao ano de 2012.

Em termos globais, e como se infere do Quadro 4 supra, as **“Atividades Parlamentares” representam 52,77% dos encargos assumidos** e obtiveram um **nível de execução de 92,48%**.

Regista-se no Quadro 6 seguinte, a desagregação da despesa realizada pelas diversas subatividades:

Quadro 6 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

Atividade Parlamentar	OAR2013	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Presidente da Assembleia da República	31.340	31.300	99,87%	0,10%
Gabinete de Apoio ao PAR	712.437	558.456	78,39%	1,79%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	1.096.294	1.010.796	92,20%	3,24%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	413.202	381.189	92,25%	1,22%
Conselho de Administração	71.212	71.211	100,00%	0,23%
Grupos Parlamentares	989.402	989.120	99,97%	3,17%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	8.234.139	8.074.375	98,06%	25,85%
Comissões Parlamentares	579.449	318.035	54,89%	1,02%
Deputados	19.951.879	18.682.040	93,64%	59,81%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	17.590	8.548	48,60%	0,03%
Deslocações ao Estrangeiro	1.041.494	841.324	80,78%	2,69%
Grupos Parlamentares de Amizade	139.263	75.039	53,88%	0,24%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	413.172	115.564	27,97%	0,37%
Programa Parlamento Jovem	88.405	80.707	91,29%	0,26%
TOTAL DAS DESPESAS	33.779.278	31.237.705	92,48%	100,00%

O Quadro 6 permite, assim, avaliar a **estrutura dos encargos** assumidos por cada uma das dezasseis subatividades que integram as “**Atividades Parlamentares**”, bem como o respetivo grau de execução orçamental, **concluindo-se que 85,66% do total dos encargos assumidos** corresponde apenas às duas componentes seguintes:

- “**Deputados**” – que integra a despesa com as respetivas componentes remuneratórias, nomeadamente: vencimento, despesas de representação, ajudas de custo, despesas de deslocação e transporte, prestações familiares e complementares, contribuições para a ADSE, CGA e segurança social (no que se refere aos encargos da entidade patronal), seguros e subsídio de reintegração (59,81%). Salienta-se que o vencimento foi objeto de uma redução remuneratória de 5%, introduzida pelo artigo 11º da Lei nº 12-A/2010, de 30 de junho, acrescida, a partir de 1 de janeiro de 2011, das reduções remuneratórias estipuladas pelas Leis do OE e que abrangem também as despesas de representação;
- “**Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares**” - onde se registam as remunerações auferidas pelo pessoal afeto a estes Gabinetes, também objeto das reduções remuneratórias estipuladas pelas Leis do OE e respetivos encargos sociais obrigatórios para a ADSE, CGA e Segurança Social (25,85%).

Quadro 7 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM A “ATIVIDADE PARLAMENTAR”

Unidade: Euro

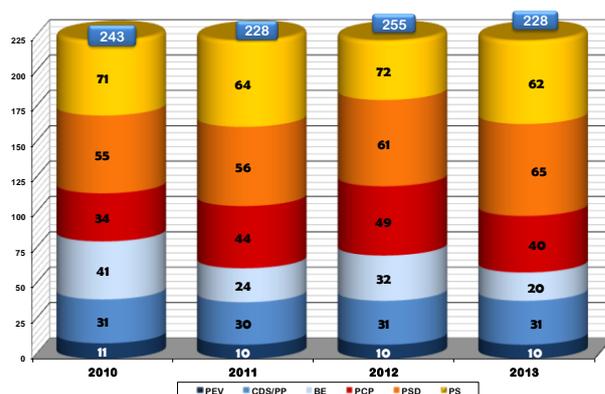
Atividade Parlamentar	Encargos assumidos		
	2012	2013	Var%
	1	2	3=2/1
Presidente da Assembleia da República	29.861	31.300	4,82%
Gabinete de Apoio ao PAR	562.672	558.456	-0,75%
Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários	881.509	1.010.796	14,67%
Gabinetes de Apoio aos Vice-Pres., Sec. E Vice-Sec.	333.391	381.189	14,34%
Conselho de Administração	71.211	71.211	0,00%
Grupos Parlamentares	989.068	989.120	0,01%
Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares	7.360.472	8.074.375	9,70%
Comissões Parlamentares	260.036	318.035	22,30%
Deputados	17.047.548	18.682.040	9,59%
Parlamento Europeu	2.321	0	-100,00%
Comemorações do Aniversário do 25 de Abril	5.487	8.548	55,78%
Deslocações em Território Nacional	530	0	-100,00%
Deslocações ao Estrangeiro	844.738	841.324	-0,40%
Grupos Parlamentares de Amizade	22.117	75.039	239,28%
Receção de Delegações e Entidades Oficiais	167.786	115.564	-31,12%
Programa Parlamento Jovem	82.689	80.707	-2,40%
TOTAL DAS DESPESAS	28.661.437	31.237.705	8,99%

Relativamente à evolução dos encargos assumidos, de 2012 para 2013 (Quadro 7), as “**Atividades Parlamentares**”, em termos globais, registaram um **acréscimo de 8,99%**, variação influenciada pela execução orçamental das subatividades “**Deputados**” (variação absoluta de €1.634.492, o que representa 9,59%) e “**Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares**” (variação absoluta de €713.902, representando 9,70%), derivada essencialmente da suspensão, em 2012, do pagamento dos vencimentos extraordinários/subsídio de férias e de Natal, estipulado pela Lei do OE2012, que se repercutiu também na execução das subatividades “**Presidente da AR**” (4,82%), “**Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários**” (14,67%) e “**Gabinete de Apoio aos Vice-Presidentes, Secretários e Vice-Secretários**” (14,34%).

2.1 Gabinetes de Apoio dos Grupos Parlamentares

A evolução, nos últimos quatro anos, do número de funcionários por Grupo Parlamentar, à data de 31 de dezembro, é apresentada no Gráfico 4 seguinte.

Gráfico 4 – PESSOAL AFETO AOS GABINETES DE APOIO AOS GRUPOS PARLAMENTARES



A gestão das verbas atribuídas nos termos do artigo 46.º da LOFAR, para suportar os encargos com o pessoal que integra os Gabinetes de Apoio aos Grupos Parlamentares, no que respeita às rubricas de vencimentos, subsídio de férias e Natal, remunerações por doença, maternidade e paternidade, pessoal aguardando aposentação e horas extraordinárias, é da estrita responsabilidade de cada um dos Grupos Parlamentares, tendo estas remunerações sido sujeitas, desde 2011, às reduções remuneratórias estatuídas pelas Leis do OE.

Refira-se que **os encargos sociais acarretam um custo não incluído no plafond atribuído aos GP**, nomeadamente com as contribuições obrigatórias da entidade patronal (Segurança Social, CGA - desde 2008 - e ADSE - desde 2011), conforme valores que, de seguida, se apresentam, tendo-se verificado um aumento do encargo de 2013, face ao de 2012, em virtude da suspensão, nesse ano, do pagamento dos subsídios de férias e de Natal:

Anos	Segurança Social (€)	Var%
2008	1.064.797,00	n.a.
2009	1.130.698,00	6,2%
2010	1.346.689,51	19,1%
2011	1.341.101,88	-0,4%
2012	1.200.820,18	-10,5%
2013	1.401.023,85	16,7%

2.2 Comissões parlamentares

Em 2013, ano em que se encerrou a **2.ª Sessão Legislativa** e se iniciou a **3.ª sessão Legislativa da XII Legislatura**, funcionaram **12 comissões parlamentares permanentes**, a saber:

1ª - Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
2ª - Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
3ª - Comissão de Defesa Nacional
4ª - Comissão de Assuntos Europeus
5ª - Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública
6ª - Comissão de Economia e Obras Públicas
7ª - Comissão de Agricultura e Mar
8ª - Comissão de Educação, Ciência e Cultura
9ª - Comissão de Saúde
10ª - Comissão de Segurança Social e Trabalho
11ª - Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local
12ª - Comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação

Durante o mesmo ano, funcionaram também **4 comissões eventuais**, a saber:

- Comissão Eventual para Acompanhamento das Medidas do Programa de Assistência Financeira a Portugal;
- Comissão Parlamentar de Inquérito à Contratualização, Renegociação e Gestão de todas as Parcerias Público-Privadas do Setor Rodoviário e Ferroviário;
- X Comissão Parlamentar de Inquérito à Tragédia de Camarate; e
- Comissão Parlamentar de Inquérito à Celebração de Contratos de Gestão de Risco Financeiro por Empresas do Sector Público.

Cumprindo as competências que lhes estão adstritas nos termos legais, as comissões parlamentares, para além da apreciação e votação de iniciativas legislativas e do acompanhamento e fiscalização da atividade do Governo e da Administração, levaram a cabo eventos diversos – **colóquios, conferências e audições públicas, num total de 36**.

Destes, destacam-se a cerimónia de atribuição do Prémio Direitos Humanos 2013, o colóquio parlamentar sobre Política Externa e de Segurança Comum e Política Comum de Segurança e Defesa, os Cafés de Ciência, o tributo da Assembleia da República por ocasião do Dia Internacional Nelson Mandela e a audição parlamentar sobre violência de género contra idosos e idosas.

Finalmente, são de destacar as **208 deslocações** que as comissões parlamentares (através de uma sua delegação ou da participação dos seus membros) levaram a cabo durante o ano de 2013, concretizando visitas e deslocações constantes dos seus planos de trabalhos, correspondendo a convites de entidades externas ou participando em reuniões de organizações internacionais.

2.3 Relações Parlamentares Internacionais

No domínio das organizações internacionais e interparlamentares das quais a Assembleia da República é membro, e no âmbito das relações com outros parlamentos nacionais, cumpre salientar que a Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves, continuou a exercer o cargo de Vice-Presidente do Bureau da AP-UpM. Este mandato prolongar-se-á até fevereiro de 2014 e a Assembleia da República assumirá a Presidência do Bureau desde essa data até março de 2015.



Refira-se também a participação da Presidente da Assembleia da República na Conferência de Presidentes de Parlamentos da União Europeia, realizada em abril, onde interveio como oradora principal no debate do tema "A coesão social em tempos de austeridade – o que podem fazer os Parlamentos Nacionais", em conjunto com o seu homólogo do Parlamento Helénico. A Presidente da Assembleia da República presidiu ainda à Delegação da AR à IV Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP), que decorreu em Luanda em novembro, e que integrou representantes dos grupos parlamentares, das comissões especializadas permanentes e do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Angola.

Destaca-se ainda a participação do Vice-Presidente da AR, Deputado António Filipe (PCP), em representação da Presidente da AR, na Primeira Cimeira dos Presidentes dos Parlamentos da União para o Mediterrâneo e no Fórum sobre o Mediterrâneo da Fundação Anna Lindh. Nesta missão oficial, o Vice-Presidente foi acompanhado pela Delegação da AR à Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo.

A atividade das Delegações da AR, durante 2013, junto das organizações parlamentares internacionais teve resultados diretos no que se refere ao **exercício de cargos desempenhados por Deputados portugueses**. Assim:

- O Deputado José Lello (PS) foi eleito Presidente da Comissão Política da APNATO;
- O Deputado Miranda Calha (PS) foi eleito Relator-geral da Comissão de Defesa e Segurança;
- O Deputado Bruno Vitorino (PSD) foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão para a Segurança Energética e Ambiental da APNATO;
- O Deputado Vitalino Canas (PS) foi reeleito Presidente da Subcomissão para a Governação Democrática da APNATO;
- O Deputado João Rebelo (CDS-PP) foi reeleito Vice-Presidente da Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa da APNATO;
- O Deputado João Soares (PS) continuou a exercer o cargo de Representante Especial para a região do Cáucaso e de Presidente da Subcomissão para o Regimento da APOSCE;
- A Deputada Isabel Santos (PS) foi eleita Presidente da Comissão para a Democracia, Direitos Humanos e Assuntos Humanitários da APOSCE;
- A Deputada Nilza de Sena (PSD) foi eleita Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Económicos, Ciência, Tecnologia e Ambiente da APOSCE;

- A Deputada Maria da Conceição Pereira (PSD), Presidente da Delegação à Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM), continuou a exercer o cargo de Vice-Presidente da APM e Presidente da III Comissão - Diálogo entre Civilizações e Direitos Humanos;
- O Deputado Renato Sampaio (PS) foi nomeado Relator da II Comissão – Cooperação Económica, Social e Ambiental da APM;
- A Deputada Rosa Maria Albernaz (PS) continuou a exercer o mandato de Presidente do Grupo de Facilitadores para a Questão do Chipre da União Interparlamentar (UIP);
- O Deputado Duarte Pacheco (PSD) exerceu o mandato de Auditor Interno da União Interparlamentar (UIP);
- O Deputado Mota Amaral (PSD) foi eleito Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Políticos e Democracia e reeleito Vice-Presidente do Grupo do Partido Popular Europeu (PPE) da APCE;
- O Deputado José Mendes Bota (PSD) foi reeleito 1º Vice-Presidente da Comissão de Igualdade e Não-Discriminação da APCE;
- O Deputado Telmo Correia (CDS/PP) foi reeleito Vice-Presidente do Grupo Democrata Europeu (GDE) da APCE e eleito Vice-Presidente da Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-membros do Conselho da Europa (Comissão de *Monitoring*);
- O Deputado António Braga (PS), foi eleito Vice-Presidente do Grupo Socialista da APCE.

Foram ainda designados na APCE:

- O Deputado João Bosco Mota Amaral (PSD) - Membro da Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-membros do Conselho da Europa (Comissão de *Monitoring*), por indicação do Grupo do PPE;
- A Deputada Maria de Belém Roseira (PS) - Representante de Portugal na “Rede de Parlamentares de Referência para a Campanha do Conselho da Europa contra a violência sexual relativa às crianças” (Convenção de Lanzarote);
- O Deputado José Mendes Bota (PSD) - Relator-Geral sobre a Violência contra as Mulheres e Coordenador Político da “Rede Parlamentar Mulheres Livres de Violência”;
- O Deputado Carlos Costa Neves (PSD) - Representante suplente da Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Media, no Conselho Executivo do Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Mundiais (Centro Norte-Sul de Lisboa).



A eleição de Deputados portugueses para os cargos acima identificados é o resultado de uma diplomacia parlamentar ativa e consolidada que contribui para a projeção da imagem do Parlamento português.

2.3.1. Das reuniões realizadas no âmbito da **União Interparlamentar (UIP)**, destaca-se a participação da Delegação nas duas reuniões plenárias anuais e respetivas Comissões Permanentes:

- 128.ª Assembleia da UIP, em Quito (Equador), de 22 a 27 de março, tendo sido aprovadas resoluções sobre a situação dos refugiados sírios: o papel dos parlamentos na chamada de atenção aos seus governos para assumirem as suas responsabilidades internacionais e humanitárias e de apoio aos países que recebem estes refugiados; o uso dos média, incluindo os meios de comunicação social, para melhorar o envolvimento do cidadão e da democracia; o comércio justo e mecanismos de financiamento inovadores para o desenvolvimento sustentável;
- 129.ª Assembleia, em Genebra (Suíça), de 7 a 9 de outubro, onde foi aprovada uma resolução de urgência sobre o papel dos parlamentos na supervisão da destruição de armas químicas e a proibição do seu uso.

As deslocações feitas no âmbito da UIP foram distribuídas da seguinte forma:

Quadro 8 – Reuniões (UIP)

Reuniões (UIP)	N.º Deputados
Reunião sobre “Estratégias Parlamentares para combate à violência contra mulheres e jovens”	2
128ª Assembleia da UIP subordinada ao tema “Do crescimento implacável ao desenvolvimento significativo “ <i>Buen vivir</i> ”: novas abordagens, novas soluções.”	6
129ª Assembleia da UIP	5
Audição Parlamentar por ocasião da Plataforma Global sobre Redução do Risco de Desastres	2
Seminário Regional sobre a reforma das Políticas sobre Drogas	2
Audição Parlamentar da 68ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas	3
Assembleia Parlamentar no âmbito da Conferência Mundial sobre a OMC	3

De referir que, em paralelo às Assembleias da UIP, decorreram as reuniões da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos (ASG-UIP), de que é membro o Adjunto do Secretário-Geral da Assembleia da República.

2.3.2. No âmbito da atividade da **Assembleia Parlamentar da CPLP (AP-CPLP)**, destaca-se a Reunião Informal de Presidentes de Parlamntos da CPLP, que se realizou a 18 e 19 de junho, na Assembleia da República. A reunião foi presidida pela Presidente da Assembleia da República, e, para além da delegação portuguesa, representada pelo Presidente e Vice-Presidente, respetivamente Deputado Adriano Rafael Moreira (PSD) e Deputado Miguel Coelho (PS), estiveram presentes os Presidentes, ou seus representantes, dos Parlamntos de Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Regista-se ainda a participação na IV AP-CPLP, realizada em novembro em Luanda.

As deslocações da Delegação Parlamentar à AP-CPLP distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 9 – Reuniões (AP-CPLP)

Reuniões (AP-CPLP)	N.º Deputados
Reunião das Mesas dos Grupos Nacionais e preparatória da IV AP-CPLP em Brasília - maio	2
IV reunião da AP-CPLP em Luanda - novembro	14

2.3.3. No âmbito da **Assembleia Parlamentar da NATO (APNATO)** e no decurso do ano de 2013, destacaram-se a Sessão da Primavera (Luxemburgo) e a Sessão Anual (Dubrovnik) e, como já referido, as diversas eleições de Deputados portugueses para cargos desta Assembleia Parlamentar.

As deslocações da Delegação Parlamentar Portuguesa à APNATO distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 10 – Reuniões (APNATO)

Reuniões (APNATO)	N.º Deputados
59ª. Sessão Anual ² (Dubrovnik)	7
Sessão da Primavera (Luxemburgo)	7
Comissão Permanente	3
Reuniões de fevereiro	6
Subcomissão para as Parcerias da NATO (PCNP)	1
Subcomissão para as Relações Transatlânticas (PCTR)	1
Comissão para Dimensão Civil da Segurança (CDS)	1

² Inclui reuniões de comissões, subcomissões e grupos políticos não contempladas nos outros pontos.

Reuniões (APNATO)	N.º Deputados
Subcomissão para a Governação Democrática (CDSDG)	2
Comissão de Defesa e Segurança (DSC)	1
Subcomissão para a Cooperação Transatlântica em matéria de Segurança e Defesa (DSCTC)	1
Subcomissão para o Futuro das Capacidades de Segurança e Defesa (DSCFC)	2
Subcomissão para as Relações Económicas Transatlânticas (ESCTER)	2
Subcomissão para a Cooperação e Convergência Económica Leste-Oeste (ESECW)	3
Comissão para a Ciência e Tecnologia (STC)	1
Subcomissão para a Segurança Energética e Ambiental (STCEES)	2
Grupo Especial do Mediterrâneo e Médio Oriente (GSM)	7
Seminários Rose-Roth	6
Missões de Observação Eleitoral	1
Bureau	3
Fórum Parlamentar Transatlântico	3

2.3.4. No âmbito da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE)**, destacam-se as quatro sessões plenárias, realizadas em Estrasburgo, bem como a participação nas diversas reuniões de comissões e grupos de trabalho.

As deslocações para participação nos trabalhos distribuem-se do seguinte modo:

Quadro 11 – Reuniões (APCE)

Reuniões (APCE)	Nº Deputados
1ª Parte da Sessão Ordinária de 2013 (Plenária) (janeiro-Estrasburgo) ³	6
2ª Parte da Sessão Ordinária de 2013 (Plenária) (abril-Estrasburgo) ³	4
3ª Parte da Sessão Ordinária de 2013 (Plenária) (junho-Estrasburgo) ³	5
4ª Parte da Sessão Ordinária de 2013 (Plenária) (set/outubro-Estrasburgo) ³	4
Comissão Permanente (março-Paris)	1
Comissão Permanente (maio-Yerevan)	2
Comissão Permanente (novembro-Viena)	2
Comissão dos Assuntos Políticos e Democracia (março-Rabat)	1
Comissão dos Assuntos Políticos e Democracia (junho-Paris)	1

Reuniões (APCE)	Nº Deputados
Comissão dos Assuntos Políticos e Democracia (setembro-Paris)	1
Comissão dos Assuntos Políticos e Democracia (dezembro-Paris)	1
Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável e Rede de Parlamentares de Referência contra a violência sexual relativa às crianças (março-Berlim)	1
Subcomissão do Prémio da Europa (Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável) (agosto-Tata)	1
Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável (setembro-Paris)	1
Comissão de Assuntos Sociais, Saúde e Desenvolvimento Sustentável e Rede de Parlamentares de Referência contra a violência sexual relativa às crianças (novembro-Genebra)	1
Comissão da Cultura, Ciência, Educação e Media e Subcomissão de Cultura, Diversidade e Património (março-Paris)	1
Comissão da Cultura, Ciência, Educação e Media e Subcomissão de Cultura, Diversidade e Património (dezembro-Paris)	1
Reunião do Grupo de Trabalho do Comité de Ministros do CdE sobre “O Futuro do Centro Europeu para a Interdependência e a Solidariedade Globais (Centro Norte-Sul de Lisboa) (janeiro-Estrasburgo)	1
Conferência “As competências para a cultura democrática e o diálogo intercultural” (fevereiro-Andorra)	1
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-Membros do Conselho da Europa (Comissão de <i>Monitoring</i>) (maio-Tallinn)	1
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-Membros do Conselho da Europa (Comissão de <i>Monitoring</i>) (setembro-Paris)	1
Comissão para o Respeito das Obrigações e Compromissos dos Estados-Membros do Conselho da Europa (Comissão de <i>Monitoring</i>) (dezembro-Paris)	1
Comissão da Igualdade e Não-Discriminação e Rede de Parlamentares “Mulheres Livres da Violência” (março-Varsóvia)	1
Comissão da Igualdade e Não-Discriminação e Rede de Parlamentares “Mulheres Livres da Violência” (setembro-Madrid)	1
Comissão da Igualdade e Não-Discriminação (dezembro-Paris)	1
Conferência Regional sobre a Convenção de Istambul – “da assinatura à ratificação e implementação – troca de experiências e práticas” (janeiro-Helsínquia)	1

Reuniões (APCE)	Nº Deputados
57ª Comissão para o Estatuto das Mulheres, organizada pela ONU (março – Nova Iorque)	1
Conferência sobre a Convenção do CdE para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul) (maio-Baku)	1
Visita de Estudo no âmbito do relatório sobre “Criminalizar a compra de serviços sexuais a fim de combater o tráfico de pessoas para exploração sexual” (maio-Estocolmo)	1
Visita de Estudo no âmbito do relatório sobre “Criminalizar a compra de serviços sexuais a fim de combater o tráfico de pessoas para exploração sexual” (junho-Berlim)	1
Conferência “Vienna+20: Advancing the Protection of Human Rights – Achievements, Challenges and Perspectives 20 Years after the World Conference” (junho-Viena)	1
Visita de Estudo no âmbito do relatório sobre “Criminalizar a compra de serviços sexuais a fim de combater o tráfico de pessoas para exploração sexual” (setembro-Genebra e Berna)	1
Colóquio “Violences faites aux femmes: dévoiler ce qui est rendu invisible” (outubro-Estrasburgo)	1
Conferência “Second Consultation with Parliamentarians of the Americas” (outubro-Brasília)	1
Conferência Internacional “How women’s movement influenced state policies” (novembro-Belgrado)	1
Visita de Estudo no âmbito do relatório sobre “Criminalizar a compra de serviços sexuais a fim de combater o tráfico de pessoas para exploração sexual” (novembro-Haia e Amsterdão)	1
Conferência “Gender Dimensions of Corruption” (dezembro-Praga)	1

Catorze destas deslocações não tiveram encargos com alojamento e transporte para a Assembleia da República, devido ao facto de os Deputados da AR participarem em representação da APCE.

2.3.5. No âmbito da **Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo (AP-UpM)**, realizou-se em Bruxelas, a 11 e 12 de abril, a 9.ª Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (reunião plenária). Para além da sessão plenária, reuniram as comissões permanentes: Comissão Política; Comissão Económica; Comissão da Cultura; Comissão dos Direitos da Mulher

e a Comissão de Energia e Ambiente. Portugal manteve a Vice-Presidente da Assembleia Parlamentar da União para o Mediterrâneo.

As deslocações efetuadas no âmbito da Delegação Parlamentar Portuguesa à AP-UpM distribuíram-se da seguinte forma:

Quadro 12 – Reuniões (AP-UpM)

Reuniões (AP-UpM)	Nº Deputados
<i>Bureau</i> da AP-UpM	1
<i>Bureau</i> alargado aos Presidentes das Comissões da AP-UpM	1
9ª Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica (Bruxelas)	4
Comissão para Promoção Qualidade de Vida, dos Intercâmbios humanos e da Cultura	1
Comissão para a Energia, Ambiente e Água	1
Comissão dos Direitos das Mulheres	1
Grupo de Trabalho para a EMUNI (Universidade Euro-mediterrânica)	1

2.3.6. No contexto da **Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (APOSCE)**, o tema escolhido para a 22.ª Sessão Anual Plenária foi “Helsínquia+40”. Trata-se de uma iniciativa que pretende reforçar o ímpeto político da OSCE, tendo em vista a comemoração, em 2015, dos 40 anos da Ata Final de Helsínquia. Além desta sessão plenária, destaque-se a Sessão de Inverno (Viena) e a participação em missões de observação eleitoral, duas das quais foram chefiadas pelo Vice-Presidente da Delegação portuguesa.

No âmbito da Assembleia Parlamentar da OSCE, as deslocações encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Quadro 13 – Reuniões (APOSCE)

Reuniões (APOSCE)	Nº Deputados
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Arménia - Yerevan	2
12ª Sessão de Inverno - Viena	6
Bureau – Copenhaga	2
Visita ao Cáucaso (Azerbaijão, Geórgia e Arménia)	1
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Bulgária - Sófia	1
Seminário sobre Liberdade de Imprensa - Varsóvia	2
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Albânia - Tirana	2
22ª Sessão Anual Plenária - Istambul	5

Reuniões (APOSCE)	Nº Deputados
Encontro da Implementação da Dimensão Humana - Varsóvia	1
Missão de Observação das Eleições Presidenciais no Azerbaijão – Baku	1
Reuniões de Outono - Budva	3
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Ucrânia – Kiev	2
Visita a Espanha - Madrid	1
Comissão dos Direitos Humanos - Viena	1
Missão de Observação das Eleições Presidenciais na Geórgia – Tbilissi	1
Bureau e Conselho Ministerial da OSCE – Kiev	3
Missão de Observação das Eleições Legislativas no Turquemenistão - Ashgabad	1
Deslocação a Espanha - Madrid	1

2.3.7. No âmbito do programa de atividades da **Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo (APM)**, destaque para a missão de observação das eleições legislativas na Jordânia, chefiada pelo Vice-Presidente da Delegação portuguesa, e para uma visita ao Médio Oriente (Jordânia, Autoridade Palestiniana e Israel).

No âmbito da Assembleia Parlamentar do Mediterrâneo, as deslocações encontram-se distribuídas da seguinte forma:

Quadro 14 – Reuniões (APM)

Reuniões (APM)	Nº Deputados
Missão de Observação das Eleições Legislativas na Jordânia – Amã	3
Fórum da Aliança das Civilizações - Viena	1
Conferência sobre Comércio e Crescimento no Mediterrâneo - Genebra	3
Bureau - Roma	1
Comissão da Cultura da APCE/Centro Norte-Sul - Lisboa	1
Conferência Mediterrânica da OSCE - Mónaco	1
Visita ao Médio Oriente (Jordânia, Autoridade Palestiniana e Israel)	1
Reuniões nas Nações Unidas – Nova Iorque	1

2.3.8. No contexto do **Fórum Parlamentar Ibero-americano (FPIA)**, realizou-se na Cidade do Panamá, em setembro de 2013, o IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano, tendo como tema central “O papel político, económico, social e cultural da Comunidade Ibero-americana no Novo Contexto Mundial” e a participação de 6 Deputados.

2.3.9. No âmbito das deslocações ao estrangeiro realizadas pela **Presidente da Assembleia da República** durante o ano de 2013, referem-se as seguintes:

- Encontro de trabalho com o Presidente do Congresso dos Deputados de Espanha - Madrid, em janeiro;
- Encontro de trabalho com o Presidente do Parlamento da Grécia - Atenas, em fevereiro;
- Conferência de Presidentes dos Parlamntos da União Europeia - Nicósia, em abril;
- Conferência de Presidentes dos Parlamntos da CPLP – Luanda, em novembro;

O Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado António Filipe (PCP), representou a Presidente da Assembleia da República, no Primeiro Encontro de Presidentes dos Parlamntos da União para o Mediterrâneo (AP-UPM), Marselha, em abril.

O Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Eduardo Ferro Rodrigues (PS), representou a Presidente da Assembleia da República, no IX Fórum Parlamentar Ibero-Americano, que decorreu em setembro, na Cidade do Panamá.

2.3.10. Neste capítulo estão englobadas **todas as deslocações não integradas nas delegações parlamentares permanentes anteriormente referidas**. Contabiliza-se um total de 212 deslocações, entre Deputados e funcionários, das quais se destacam 54 sem despesas de alojamento e transporte, resultado da designação de Deputados e funcionários para missões custeadas por organizações internacionais.

Quadro 15 – OUTRAS REUNIÕES REALIZADAS

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus com vista à Preparação da XLIX COSAC (Dublin)	2
Semana Parlamentar no PE, no âmbito do semestre Europeu (Bruxelas)	6
Participação na Conferência <i>“Trust Treatie, Reason – On which basis is Europe founded?”</i> (Berlim)	1
<i>“OECD Parliamentary Days”</i> (Paris)	1
Simpósio Parliamentary Exchange and dialogue Project (Antalya)	1
Reunião de Presidentes de Comissões de Finanças, no âmbito da dimensão parlamentar da presidência irlandesa da UE (Dublin)	1
Reunião interparlamentar de Comissões de Igualdade, subordinada ao tema: <i>“Women’s response to the crisis”</i> (Bruxelas)	1

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Reunião de Presidentes das Comissões de Agricultura e Pescas no âmbito da dimensão parlamentar da presidência irlandesa da UE (Dublin)	1
Conferência Anual da Agência Europeia de Defesa (Bruxelas)	1
Fórum Internacional de Macau para a Cooperação sobre Ambiente 2013 (Macau)	1
Reunião interparlamentar de Comissões “Aplicação uniforme e eficaz do Direito Ambiental Europeu: porque não se concretiza?” (Bruxelas)	1
2ª. Conferência interparlamentar para a Política externa e de Segurança comum e a Política comum de Segurança e Defesa (Dublin)	7
GLOBE – “Global Legislators Organisation” (Pequim e Xangai)	1
Reunião Interparlamentar sobre a questão da coerência das políticas para o desenvolvimento para um melhor trabalho conjunto do PE e dos Parlamentos Nacionais (Bruxelas)	2
Conferência de Presidentes das Comissões de Emprego, Empreendedorismo, Inovação e Assuntos Sociais (Dublin)	1
Visita Oficial a Baku a convite da Duma Estatal (Baku)	1
Colóquio da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Nacional do Egipto (Tunes)	1
Reunião interparlamentar subordinada ao tema: “The role and experiences of National Parliaments in the fight against organized crime, corruption and money laundering” (Bruxelas)	1
Conferência sobre o “Plano Pormenorizado para uma União Económica e Monetária efetiva e aprofundada” (Bruxelas)	4
Visita ao Estado de Israel (Israel)	4
3ª. Encontro Parlamentar Luso-Espanhol (Madrid)	14
Reunião de Presidentes de Comissões de Ambiente e Energia (Dublin)	1
6th EUROPE-UKRAINE FORUM (Budapeste)	2
Visita ao Vaticano e Parlamento Italiano (Roma)	1
10ª Conferência Anual da Rede Parlamentar do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (Baku)	3
Curso de Formação “V Driving Government Performance” (Madrid)	1
Conferência “Right to Health, Right to Life – High Level Meeting on HIV and Human Rights in the European Union and its neighboring countries” (Bruxelas)	1
Missão de Deputados à Tunísia no quadro do processo constitucional (Tunes)	4
Participação como Orador na Semana Europeia da Juventude a convite do Fórum Europeu de Juventude (Bruxelas)	1
Participação e intervenção no evento “Roadshows EDPPartners” (São Paulo, Brasil)	1
Reunião dos Presidentes das Comissões de Comunicações, Educação e Transportes (Dublin)	1
EUFORES – 13ª Reunião interparlamentar sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética (Dublin)	1
102ª Conferência da OIT (Genebra)	4

Outras Deslocações Diversas	Participantes
18º Fórum Europeu de Wachau (Göttweig, Áustria)	1
“OECD High-Level Parliamentary Seminar” (Estocolmo)	1
Encontro Parlamentar sobre o Financiamento do cinema Europeu (Paris)	2
Reuniões interparlamentares “sobre a proposta de quotas nos Conselhos de Administração das empresas” e “sobre o programa de Estocolmo, incluindo a proposta EUROPOL” (Bruxelas)	1
XLIX COSAC (Dublin)	8
Visita ao Estado de Rhode Island e Massachusetts (Estados Unidos da América)	1
“2 nd Summer Camp” (Izmir)	2
Reunião de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus com vista à preparação da L COSAC (Vilnius)	2
3ª Conferência internacional da Sinase dedicada ao tema “Experiências da Qualidade, Competição nas Organizações Públicas e Privadas” e “Think tank” dedicado aos temas “Segurança do Doente” (Luanda)	1
Conferência “Eficiência e Ética em Saúde” (Luanda)	1
11ª- Conferência de Verão da Defesa (Pau)	1
XXIII Fórum Económico (Krynica)	2
Conferência interparlamentar para a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) (Vilnius)	7
“European Next-Generation Leaders” (Seul)	1
Reunião sobre o Semestre Europeu (Bruxelas)	4
Eventos EDPartners (Pequim)	1
“Conference on transparency of media ownership” (Bruxelas)	1
Reunião de Presidentes de Comissões de Educação, Ciência, Cultura e Sociedade da Informação (Vilnius)	2
Seminário parlamentar de alto nível OCDE (Paris)	1
Visita de Estado ao Reino da Suécia com o Presidente da República (Suécia)	4
Missão de observação das eleições presidenciais no Azerbaijão (Azerbaijão)	2
Visita à China “Estreitar o intercâmbio parlamentar e amizade entre os países (Taiwan)	1
Reunião “2013 Fit for Work Summit on “Investing in Healthcare: Breaking down the silos” (Bruxelas)	1
15ª Conferência Europeia do Espaço (Bruxelas)	1
“Interparliamentary Conference under Article 13 of the Treaty on Stability, Coordination and Governance in the Economic and Monetary Union” (Vilnius)	8
Reunião informal sobre “Liberdade de Circulação e Sistemas nacionais de proteção social” (Copenhaga)	2
Seminário Parlamentar sobre “Improving employment conditions of young workers (under the age of 18)” (Paris)	2

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Cerimónia Comemorativa do XX aniversário da criação da Conferência de Presidentes da RUPs (Ilha de Reunião, França)	1
Conferência Mundial da OFAP conjuntamente com a 25ª Conferência Bi-Anual da IFNGO (Macau)	1
Reunião da L COSAC (Vilnius)	8
Reunião sobre “o futuro da defesa europeia preparação do Conselho Europeu de dezembro” (Bruxelas)	3
<i>Regional Workshop for Members of Parliament on Climate Variability and Change in the Mediterranean Coastal Area</i> (Atenas)	1
Conferência sobre “Normas e Políticas Ambientais Europeias” (Macau)	1
<i>The Fundamental Rights Conference 2013: “Combating hate crime in the EU”</i> (Vilnius)	1
Conferência de Presidentes das Comissões de Assuntos Sociais e Trabalho (Vilnius)	1
Reunião interparlamentar da Comissão do Controlo Orçamental subordinada ao tema: “Para uma racionalização da despesa” (Bruxelas)	2
Conferência subordinada ao tema “ <i>What role for Justice in the European Union?</i> ” (Bruxelas)	1
Reunião de Presidentes de Comissões Parlamentares de Ambiente e Poder Local (Vilnius)	1
<i>“The 2nd World Emerging Industries Summit”</i> Weis 2013 (China)	1
5ª reunião interparlamentar sobre “Os desafios da implementação da futura política de coesão” (Bruxelas)	2
Reunião de Presidentes das Comissões de Negócios Estrangeiros da União Europeia e do Fórum Parlamentar para a Democracia “Os parlamentos para a democracia: para uma cooperação mundial mais ambiciosa” (Vilnius)	3
Fórum interparlamentar de Deputados com menos de 35 anos (Bruxelas)	2
<i>19th Summit of Chairmen of the EPP Parliamentary Groups in the National Parliaments of the European Union and in the European Parliament</i> (Bruxelas)	1
Reunião interparlamentar “O mercado interno da energia da UE no século XXI” (Bruxelas)	2
<i>Twinning Project – Apoio aos Parlamentos do Kosovo e da Albânia – convite da Assembleia Nacional da Hungria</i> (Tirana)	1
Encontro dos Secretários-Gerais dos Parlamentos da União Europeia (Nicósia)	2
Quinta reunião anual, organizada pela OCDE, para Técnicos Parlamentares da área orçamental (Otava)	1
UIP/PNUD – Estudo acerca do sistema de petições do Parlamento do Bangladesh (Dhaka)	1
Participação na Reunião do Serviço de Apoio Central (Central Support) do IPEX e na Reunião do Conselho IPEX (Board) (Berlim)	1
11ª Edição do curso para Assessores Parlamentares (Madrid)	2
Reunião organizada pela Comissão de Assuntos Europeus do Folketinget dinamarquês sobre “ <i>Future role of National Parliaments</i> ” (Copenhaga)	1

Outras Deslocações Diversas	Participantes
Twinning Project – Apoio à Assembleia da Albânia – convite da Assembleia Nacional da Hungria (Tirana)	2
Seminário “ <i>Parliamentary Research and the Plurality of Information Sources available to members of Parliament</i> ” no âmbito das actividades do CERDP	1
Participação da AR no Seminário “ <i>Parli@ments on the Net XI - Realizing the digital parliament</i> ” (Londres)	1
Reunião do Serviço de Apoio Central do IPEX (Bruxelas)	1
Sessão da Primavera da APNATO 2013 (Luxemburgo)	1
Seminário “ <i>Procedures and Practices for Debating and Approving Long Term National Strategies in Parliaments</i> ” (Tallinn)	1
Comité das Regiões – “ <i>Subsidiarity Expert Group</i> ” (Bruxelas)	1
Reunião do Serviço Central do IPEX (Copenhaga)	1
Seminário “ <i>New Fiscal Framework</i> ” (Viena)	1
Conferência “ <i>The future of EMU – looking beyond the crisis</i> ” (Bruxelas)	1
Seminário “ <i>Modern Technologies to support parliamentary activities – Traditions and Challenges</i> ” no âmbito das actividades do CERDP (São Petersburgo)	1
Twinning Project – Apoio aos Parlamentos do Kosovo – convite da Assembleia Nacional da Hungria (Tirana)	1
Reunião sobre “ <i>The interparliamentary cooperation after de lesson Lisbon Treaty: lessons learned and way forward</i> ” Comité das Regiões – <i>Subsidiarity Expert Group</i> (Bruxelas)	1
Reunião dos Correspondentes do CERDP (Varsóvia)	1
Apoio ao Parlamento no Egito (Cairo)	1
Missão TAEX designada “ <i>Expert Mission on Parliamentary communication</i> ” destinada a apoiar a Assembleia Nacional da Arménia (Yerevan)	1
Cooperação tripartida com a Assembleia da República de Moçambique e o Parlamento da Áustria (Viena)	1
Reunião Anual de Correspondentes IPEX (Bruxelas)	1
Seminário “ <i>Share experiences and solution for an ICT based Parliament</i> ” (Baku)	1
Seminário “ <i>European commission on-day workshop on Government wage bill: determinants interactions and effects</i> ” (Bruxelas)	1
Meeting of the Competent Authorities for Tissues and Cells (Bruxelas)	1
Reunião do Conselho IPEX (Board) e Reunião do Serviço de Apoio Central IPEX (Bruxelas)	1
Reunião do <i>Subsidiarity expert group</i> do Comité das Regiões da UE e Conferência sobre subsidiariedade (Berlim)	1

Constam do Quadro 16 seguinte alguns indicadores relativos à globalidade das despesas com deslocações ao estrangeiro (viagens e estadas), cuja contabilização se encontra distribuída por várias subactividades (“**Comissões Parlamentares**”, “**Deslocações ao estrangeiro**”, “**Serviços da AR**” e “**Cooperação**”):

Quadro 16 – EVOLUÇÃO DAS DESPESAS COM DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO

Unidade: Euro

	2010	2011	2012	2013
N.º de deslocações	448	311	453	472
Despesa assumida	1.015.754	758.228	902.862	949.441
Despesa/deslocação	2.267	2.438	1.993	2.012

Importa referir que as despesas com deslocações ao estrangeiro, que incluem viagens e alojamentos, refletem um aumento de 4,2% no número de viagens de 2012 (453) para 2013 (472), estando associado um aumento de 0,9% das despesas inerentes.

2.4. Grupos Parlamentares de Amizade

No ano de 2013 funcionaram 51 Grupos Parlamentares de Amizade (GPA), no âmbito bilateral, e 2 Grupos Parlamentares de Amizade no quadro multilateral. Das diversas iniciativas desenvolvidas, salientam-se as seguintes:

- O Deputado Michael Seufert (CDS-PP), membro do GPA Portugal-Israel, participou na Conferência Anual da AIPAC (*American-Israel Public Affairs Committee*), que decorreu em Washington de 2 a 5 de março;
- A 18 e 19 de abril, os Deputados Rosa Albernaz (PS), Adão Silva (PSD) e Pedro Delgado Alves (PS), membros do GPA Portugal-Israel, participaram a convite da EFI, nas Cerimónias Comemorativas do 70º Aniversário da Revolta do Ghetto de Varsóvia;
- Uma delegação do GPA Israel-Portugal visitou Lisboa, entre 9 e 13 de outubro, tendo reunido, com o GPA português;
- No dia 16 de maio o GPA Portugal-Noruega organizou, na Sala do Senado da Assembleia da República, uma homenagem ao escritor José Gomes Ferreira;
- Uma delegação do GPA Rússia-Portugal efetuou uma visita de trabalho à Assembleia da República de 15 a 17 de abril;
- o Deputado Couto dos Santos (PSD), Presidente do GPA Portugal-Rússia, participou em Novembro, a convite do Parlamento russo, no 2.º Fórum Parlamentar Internacional dedicado ao 20.º Aniversário da Constituição da Rússia;
- O Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento (GPPsPD) promoveu a realização de diversos eventos na Assembleia da República, como sejam,

- o VII Colóquio "Os Direitos Humanos na Ordem do Dia", realizado em abril; e o debate em torno do Alfabeto do Desenvolvimento, realizado na Biblioteca da AR, a cerimónia comemorativa do dia internacional para a erradicação da pobreza e dos sem-abrigo, e o lançamento do Relatório "State of World Population" 2013, realizados em outubro;
- O Deputado Mário Magalhães (PSD), membro do GPA Portugal-China, participou no "3rd Global Economic Leaders Summit e 2nd International Culture Industry Summit", que teve lugar na China em setembro;
 - O Deputado António Rodrigues (PSD), Presidente do GPA Portugal-Reino-Unido deslocou-se a Londres, nos dias 18 e 19 de novembro, com o objetivo de preparação da Visita a Portugal do *All-Party Parliamentary Group for Portugal*, prevista para maio de 2014;
 - A Deputada Mónica Ferro (PSD), coordenadora do GPPsPD, participou na reunião do Comité Executivo do EPF (Fórum Europeu de Parlamentares sobre População e Desenvolvimento), realizada em Bruxelas, em outubro;
 - A Deputada Maria Antónia de Almeida Santos (PS), membro do GPPsPD, participou na Visita de Estudo do EPF a Moçambique, em agosto;
 - A Deputada Mónica Ferro (PSD), coordenadora do GPPsPD, participou no Fórum Global de Parlamentares da 3.ª Conferência Mundial da *Women Deliver 2013*, realizada em Kuala Lumpur em maio;
 - A Deputada Mónica Ferro (PSD), coordenadora do GPPsPD, participou na 57.ª Sessão da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres, realizada em Nova Iorque em março;
 - A Deputada Luísa Salgueiro (PS), vice-coordenadora do GPPsPD, participou, em março, na visita do EPF ao Perú e à Bolívia, subordinada ao tema "Planeamento Familiar e Direitos e Saúde Sexuais e Reprodutivos";
 - Em março, uma delegação do GPA Portugal-Alemanha, constituída pelo Presidente do Grupo, Deputado Paulo Mota Pinto (PSD), pelos Vice-Presidentes do Grupo, Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Teresa Caeiro (CDS-PP), e pelos membros Deputados Maria Ester Vargas (PSD), Carlos Enes (PS) e Nuno Sá (PS), deslocou-se, a convite do GPA homólogo, em missão oficial à Alemanha, tendo tido diversos encontros oficiais, quer em Berlim, quer em Estugarda;
 - Em maio, uma delegação do GPA Portugal-Brasil, constituída pelo Presidente do Grupo, Deputado Carlos Páscoa Gonçalves (PSD), pelo Vice-Presidente do Grupo, Deputado Mota Andrade (PS), pelos membros Deputados Eduardo Teixeira (PSD), Luís Pimentel (PSD), Maurício Marques (PSD), Ferro Rodrigues (PS), e pelo Deputado Manuel Isaac (CDS-PP), deslocou-se em missão oficial ao Brasil, tendo tido diversos encontros oficiais, quer em Brasília, quer no Rio de Janeiro;

- Em março, o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Japão, Deputado Miguel Frasquilho (PSD), integrou a comitiva do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, que se deslocou ao Japão para uma visita oficial;
- O Presidente do Senado da Austrália, Senador John Hogg, deslocou-se em visita de trabalho a Portugal, tendo-se encontrado com o Grupo Parlamentar de Amizade e com a Presidente da Assembleia da República, Maria da Assunção Esteves;
- O Congressista Norte-Americano Devin Nunes visitou a AR, tendo participado numa reunião com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-EUA, na qual se debateu o estado das relações entre os dois países e, em especial, o caso da Base das Lages;
- Em novembro, o GPA Portugal-Cabo Verde reuniu com uma Delegação da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional de Cabo Verde, por ocasião de uma visita de estudo à Assembleia da República;
- Em abril, o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-França, Deputado Carlos Alberto Gonçalves (PSD), teve um encontro com a sua homóloga, Deputada Christine Pires Beaune, na Assembleia Nacional Francesa, e ainda reuniões com Deputados do Grupo de Amizade França-Portugal;
- Em julho, o GPA Portugal-Moçambique reuniu com uma Delegação da Comissão das Relações Internacionais da Assembleia da República de Moçambique.

Das atividades destes Grupos resultou, no ano de 2013, um conjunto de 224 reuniões.

Evolução dos Grupos Parlamentares de Amizade	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Nº de Grupos existentes	30	33	41	41	46	51
Nº de Reuniões realizadas	73	29	128	42	206	224

2.5 Cerimónias, receção de Delegações e de Entidades Oficiais e outras reuniões

No plano das relações externas, assegurou-se a organização de reuniões e conferências promovidas pela Presidente da Assembleia da República, pelas comissões parlamentares, pelas delegações da AR a organizações parlamentares internacionais ou por entidades exteriores, com o patrocínio da Assembleia da República.

2.5.1. No plano das **relações internacionais multilaterais**, destacam-se as seguintes reuniões e visitas:

- Cerimónia de entrega do Prémio Norte-Sul do Conselho da Europa;



- Reuniões com a Troika – Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional;
- *Workshop* sobre implementação de direitos Europeus da iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com a coordenação nacional do Ano Europeu dos Cidadãos e a Associação CAIS;
- Sessão de Encerramento do Projeto Moot European Parliament, da iniciativa do Instituto Europeu da Faculdade de Direito de Lisboa cofinanciado pela Direção-Geral de Comunicação do Parlamento Europeu e com o patrocínio do Presidente do Parlamento Europeu;
- II Encontro Mundial de Luso-Eleitos da iniciativa do “Mundo Português”, em parceria com a Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas;
- 18.º Seminário para jovens dos países membros da NATO – Encontro de Deputados Portugueses da Assembleia Parlamentar da NATO, com jovens da APJA (jovens da NATO);
- III Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa;
- Conferência Regional “The political changes in the South Mediterranean and the Middle East: the role of representative institutions” e reunião da Comissão de Assuntos Políticos e democracia da APCE;
- Audição e reunião com a Comissão de Cultura, Ciência, Educação e Média (CCCEM) da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa;
- Colóquio Comemorativo dos 50 anos da União Africana, da iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e do Grupo dos Embaixadores Africanos em Lisboa;
- Reunião do Grupo de Trabalho para Revisão do Estatuto e Regimento da AP-CPLP e definição e reflexão das estratégias de afirmação da Assembleia Parlamentar;
- Visita da Deputada Doris Fiala – Relatora das migrações e refugiados e luta contra a SIDA da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa;
- Reunião Informal de Presidentes de Parlamentos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
- Visita de estudo de funcionários do Parlamento da Geórgia no âmbito do Programa TAIEX;
- Reunião do Conselho IPEX – IPEX Board;



- Conferência “Proteção das Crianças contra a Exploração Sexual e os Abusos Sexuais na Europa” (no âmbito da Convenção de Lanzarote do Conselho da Europa).

2.5.2. No plano das **relações internacionais bilaterais**, salientam-se as seguintes visitas oficiais, cerimónias e reuniões:

- Visita oficial do Presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz;
- Visita do Presidente do Parlamento da Moldávia, Marian Lupu;
- Visita de Sua Alteza o Aga Khan;
- Visita de trabalho do Presidente do Senado da Austrália, Senador John Hogg;
- Visita oficial do Presidente do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Vicente Guterres;
- Visita oficial do Presidente do Senado da República Federativa do Brasil, Renan Calheiros;
- Visita do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Pedro Westphalen;
- Visita do Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Jean-Claude Mignon;
- Visita do Presidente da Assembleia Constituinte da Tunísia, Mustapha Ben Jaafar;
- Visita do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe, no âmbito da avaliação final do Programa de Cooperação 2010/2012 e planeamento do novo programa;
- Visita de uma Delegação Administrativa da Assembleia Consultiva da Indonésia;
- Visita de uma Delegação do Instituto “The King Prajadhipok's Institute Council” da Tailândia;
- Visita de Estudo de Deputados de São Tomé e Príncipe no âmbito do Programa de Cooperação;
- Visita da Comissão Parlamentar dos Negócios Estrangeiros do Bangladesh;
- Visita da Comissão B (Negócios Estrangeiros, Defesa e Seguranças Nacionais) do Parlamento Nacional de Timor-Leste;
- Visita de Trabalho do Secretário-Geral do Parlamento Nacional de Timor-Leste, Mateus Ximenes Belo;
- Visita da Delegação da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional de Cabo Verde;
- Visita de uma Delegação da Polícia Nacional de;



- Visita da Secretária-Geral da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Libéria Brito;
- Visita da Comissão de Relações Internacionais da Assembleia da República de Moçambique;
- Visita do Presidente da Comissão de Assuntos Europeus da Câmara dos Lordes e Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade para a Guiné-Bissau-Reino Unido, Lorde Robin Teverson;
- Visita de uma Delegação da Grande Assembleia Nacional da Turquia;
- Visita de estudo de funcionários do Conselho Legislativo da Palestina;
- Visita da Comissão de Saúde, Educação, Cultura e Veteranos e Igualdade do Género do Parlamento Nacional de Timor-Leste;
- Visita da Comissão de Finanças Públicas do Parlamento Nacional de Timor-Leste;
- Visita de uma Delegação da Comissão dos Assuntos Sociais de São Tomé e Príncipe;
- Visita de uma Delegação da Comissão de Ética do Parlamento Nacional de Timor-Leste;
- Reunião da Mesa e Coordenadores da Comissão de Assuntos Europeus com a Delegação da Grand Committee do Eduskunta da Finlândia;
- Visita de auditores de Macau, inserida em estágio no Tribunal de Contas de Portugal;
- Visita de Deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais e Negócios Estrangeiros da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe;
- Visita do Grupo Parlamentar de Amizade Turquia-Portugal;
- Reunião do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Japão com uma Delegação da Sociedade Luso Nipónica de Osaka;
- Visita do Grupo Parlamentar de Amizade Tailândia-Portugal;
- Visita do Grupo Parlamentar de Amizade Rússia-Portugal da Duma Estatal da Assembleia Federal da Federação Russa;
- Visita do Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Canadá-Portugal;
- Cerimónia de boas-vindas ao Presidente da República da Turquia, Abdullah Gul;
- Cerimónia de boas-vindas ao Presidente da República do Panamá, Ricardo Martinelli;
- Cerimónia de boas-vindas ao Presidente da República de Timor-Leste, Taur Matan Ruak.

Relativamente às **audiências concedidas pela Presidente da Assembleia da República, destacam-se as seguintes:**

- Comissão Organizadora do Congresso Democrático de Alternativas;
- Delegação da Grande Assembleia Nacional da Turquia;
- Peticionários "Em defesa do serviço público de rádio e de televisão";
- Instituto Português de Naturologia;
- Delegação da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe;
- Investigadores do projeto "As mulheres nas magistraturas em Portugal", do Observatório Permanente de Justiça Portuguesa;
- Diretor do Centro de Estudos Judiciários;
- Promotores do projeto Casa da Política;
- Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP);
- Embaixador de Angola;
- Autores da Iniciativa Legislativa de Cidadãos "Proteção dos direitos individuais e comuns à água";
- Embaixadora da Turquia;
- Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida;
- Autores da petição "Pelo Aumento do Salário Mínimo. Uma questão de justiça e de Direitos Humanos";
- Movimento de pais - Pais21, da APPT21 (Associação Portuguesa de Portadores de Trissomia 21), por ocasião do Dia Internacional da Trissomia 21;
- Petição "Em Defesa das Funções Sociais do Estado" da CGTP- IN;
- Conselho Regulador da ERC;
- Provedor de Justiça;
- Presidente e Ex vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura;
- Presidente da Sociedade Portuguesa de Autores;
- Associação de Mães e Pais pela Liberdade de Orientação Sexual e Identidade de Género;
- Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor-Leste;
- Alunos da freguesia de Ramalde, no âmbito da VII Sessão do "Ramalde com as crianças";
- Presidente do Conselho de Acompanhamento dos Julgados de PAZ;
- Direção do Jornal Correio de Lagos e grupo de lacobrigenses;
- Embaixador da China;
- Comité Olímpico de Portugal;
- Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa;

- Associação de Empresários pela Inclusão Social (EPIS);
- Funcionários dos Parlamentos da CPLP (III Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo);
- Comissão Nacional de Eleições;
- Embaixador de França;
- Petição da DECO "Conta Sem Custos";
- Membros da Missão Conjunta CE/BCE/FMI;
- Presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
- Petição "Em Defesa da Cinemateca Portuguesa";
- Secretário-Geral da CGTP-IN;
- Associação Nacional de Bombeiros Profissionais (ANBP) e a Associação Portuguesa dos Bombeiros Voluntários (APBV);
- Ministra de Estado e das Finanças, para entrega da proposta de OE2014;
- Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social;
- Delegação do Movimento "Que se lixe a Troika";
- Presidente e membros do Conselho Superior da Magistratura;
- Delegação de Luso-Eleitos, no âmbito do 2º Encontro Mundial de Luso-Eleitos;
- Presidentes das Câmaras Consultiva e de Representantes do Parlamento do Reino de Marrocos;
- Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa;
- Liga dos Bombeiros Portugueses;
- Embaixador da Indonésia;
- Presidente do Tribunal de Contas.

2.5.3. No plano nacional, destacam-se as seguintes **iniciativas**:

- Reunião do Conselho Permanente do Conselho das Comunidades Portuguesas;
- Plenário do Conselho Económico e Social;
- II Conferência da Lusofonia, iniciativa do Circulo de Reflexão Lusófona;
- Colóquio sobre Reservas da Biosfera: Laboratório de Desenvolvimento Sustentável da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, da Comissão Nacional da UNESCO

e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas com o apoio da Rede Portuguesa de Reservas da Biosfera pertencentes à Rede Mundial;

- 194.ª Reunião Plenária do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida;
- Colóquio “As Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional”, da iniciativa da Comissão de Defesa Nacional;
- Conferência sobre formação inicial e contínua, na área da Educação Especial, face aos desafios do alargamento da escolaridade obrigatória inclusiva, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura;
- Sessão de apresentação “Preparação do Acordo de Parceria com a União Europeia - Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020”, da iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus;
- Audição Pública sobre o “Livro Verde sobre as Práticas Comerciais Desleais na cadeia de abastecimento Alimentar e não Alimentar entre as Empresas na Europa”, da iniciativa da Comissão de Economia e Obras Públicas;
- Conferência Parlamentar sobre “Reflexão sobre currículos de ensino profissional na escola pública”, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura;
- Conferência “O papel dos meios de comunicação locais e regionais: desafios atuais e futuros”, da iniciativa da Comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação;
- Seminário sobre “Direitos Humanos e Pobreza”, da iniciativa da Plataforma das ONGD;
- Café Ciência, sobre o tema “Ciências do espaço, oportunidades na Terra”, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, em colaboração com a Agência Viva e o Conselho dos Laboratórios Associados;
- Seminário sobre a Reforma da Política Comum das Pescas, da iniciativa da Comissão de Agricultura e Mar;
- Reunião anual do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida com os Centros de Procriação Medicamente Assistida e com a Sociedade Portuguesa de Medicina da Reprodução;
- VII Colóquio – Os direitos humanos na ordem do dia – População e Desenvolvimento na agenda da cooperação na política externa pós 2015, da iniciativa do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento;

- VII Conferência – “Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente”, da iniciativa do Instituto de Apoio à Criança;
- Colóquio sobre "As mulheres nas magistraturas em Portugal: percursos, experiências e representações", do Observatório Permanente da Justiça Portuguesa do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra;
- Seminário sobre a Estratégia Nacional para as Florestas, da iniciativa da Comissão de Agricultura e Mar;
- Audição Parlamentar “Violência de género: violência contra idosos e idosas”, da iniciativa da Subcomissão de Igualdade da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- Plenário do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida;
- Conferência Parlamentar sobre “O lóbi numa sociedade democrática”, da iniciativa da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação;
- Conferência sobre “Estado de Direito e Direitos Fundamentais: a concretização dos direitos fundamentais pelos Tribunais”, da iniciativa da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e do Centro de Estudos Judiciários;
- 4.º Encontro de Tradutores da Administração Pública;
- Debate sobre o tema “O Desenvolvimento Pós-2015”, com a participação do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento, a CesA – Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento e a ACEP – Associação para a Cooperação entre os Povos;
- Plenário do Conselho Económico e Social;
- Seminário “A prostituição e o tráfico no coração do crime organizado”, no âmbito do Dia Europeu contra o Tráfico de Seres Humanos da iniciativa da Associação O Ninho;
- Apresentação do livro "Acesso à Informação de Saúde – I.º Colóquio da iniciativa da CADA;
- Lançamento em Portugal do Relatório sobre a situação da População Mundial 2013 centrado no tema "Maternidade na infância - respondendo aos desafios da gravidez em



adolescentes", da iniciativa do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento;

- Reunião do Conselho das Comunidades Portuguesas;
- Reunião do Plenário do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA);
- Conferência sobre "Demografia, natalidade e políticas públicas", da iniciativa da Comissão Nacional de Ética para as Ciências da Vida;
- Café de Ciência sobre "O futuro da água: desafios da sustentabilidade", da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e com a colaboração da Agência Ciência Viva e o Conselho dos Laboratórios Associados;
- DIAP de Lisboa: 25 anos ao serviço das pessoas e do interesse público – Comemorações dos 25 anos do DIAP;
- Colóquio sobre a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), da iniciativa das Comissões de Defesa Nacional, de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas com a participação da Comissão de Assuntos Europeus;
- Reunião do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida;
- Reunião das Comissões do Conselho das Comunidades Portuguesas;
- Encontro Público PASC, o XV sobre o "Quadro Jurídico" referente ao regime de incompatibilidade dos Deputados da iniciativa da Plataforma Ativa de Associações da Sociedade Civil, com a participação da Comissão Parlamentar para a Ética, a Cidadania e a Comunicação;
- Conferência "**VIH: Acabar com o Estigma**", no âmbito do Dia Mundial de Luta Contra a SIDA - Grupo de Trabalho da Comissão de Saúde;
- Seminário Justiça Intergeracional, da iniciativa do Conselho Nacional da Juventude;
- Lançamento do "Manual Europeu sobre Avaliação de Risco"- da ONG- AMCV – Associação de Mulheres contra a Violência;



- Capital do Móvel – Apresentação conjunta da Assembleia da República, Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte de Portugal e a Associação Empresarial de Paços de Ferreira;
- Colóquio “ Geoparques: Uma realidade de desenvolvimento sustentável”, iniciativa de uma Deputada do PSD, em colaboração com representantes da UNESCO e da Comissão de Educação, Ciência e Cultura e Tributo ao Professor Galopim de Carvalho;
- 194.ª Reunião Plenária do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida;
- Inauguração da Sessão Legislativa com um Momento de Música e Poesia, por reclusos dos estabelecimentos prisionais de Carregueira, Setúbal e Vale dos Judeus;
- Apresentação Pública da Enciclopédia da Constituição Portuguesa, obra coletiva com cerca de 80 autores, da iniciativa de Jorge Bacelar Gouveia, no âmbito das comemorações do 25 de Abril;
- Evocação a José Gomes Ferreira, da iniciativa do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Noruega com a colaboração do Grupo de Trabalho dos Assuntos Culturais;
- Dia Internacional do Museu na Assembleia da República;
- Lançamento da Campanha “SEJA ATIVO/A CONTRA A VIOLAÇÃO! UTILIZE A CONVENÇÃO DE ISTAMBUL” da iniciativa da Associação das Mulheres Contra a Violência, da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres e do European Women's Lobby, com o apoio da Assembleia da República, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia e do Conselho da Europa;
- Audição Parlamentar sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2013, da iniciativa da Comissão de Assuntos Europeus;
- Debate sobre o tema “Os direitos das mulheres e a liberdade religiosa: elementos incompatíveis?”, da iniciativa do Centro Norte-Sul e do Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Candidatura da Dieta Mediterrânica a Património Cultural Imaterial da UNESCO, da iniciativa do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Sessão sobre a Candidatura da Arrábida a Património Mundial da Humanidade da iniciativa da Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local no Dia Mundial do Ambiente;



- Educação Especial: projeto "mil brinquedos, mil sorrisos" e concerto da Academia de Música de Alcobaça, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura;
- Lançamento do Manual de Risco, produto do Projeto E-MAR, da iniciativa da Associação das Mulheres contra a Violência.

Paralelamente, foram ainda organizadas e acompanhadas as seguintes **cerimónias comemorativas e de homenagem**:

- **Cerimónias Comemorativas:**
 - Evocação do Dia de Memória do Holocausto;
 - Dia Internacional da Mulher, da iniciativa da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Subcomissão de Igualdade;
 - XXXIX Aniversário do 25 de Abril;
 - Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e dos Sem-Abrigo, da iniciativa do Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento;
 - Dia Nacional dos Direitos Humanos (atribuição do Prémio Direitos Humanos e da Medalha Comemorativa do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem);
 - Celebração do Nawruz e da chegada da Primavera, da iniciativa da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e da Rede Aga Khan para o Desenvolvimento;
 - Inauguração da exposição comemorativa do Dia das Doenças Raras;
 - Inauguração da exposição Vozes de Nós;
 - Cerimónia de homenagem pelo 50.º Aniversário da morte de Aquilino Ribeiro, da iniciativa da Associação Portuguesa de Escritores;
- Dia Internacional de Nelson Mandela – o Tributo da Assembleia da República, da iniciativa da Comissão para a Ética, Cidadania e a Comunicação;
- Cerimónia de entrega do Prémio Nacional de Arquitetura em Madeira, da iniciativa da Associação das Indústrias de Madeira e Mobiliário de Portugal;
- Inauguração da Exposição "Árvore - 50 anos de obra gráfica", no âmbito das comemorações dos 50 anos da Cooperativa Árvore;
- Dia Mundial da Psoríase, da iniciativa da Associação Portuguesa de Psoríase;

- Concerto com a “Orquestra Geração”, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura;
- Peça de teatro “Óscar e a Senhora Cor-de-Rosa”, por Lídia Franco, iniciativa da Deputada Isabel Galriça Neto;
- Degustação de conservas de peixe, produzidas pela Indústria Portuguesa, da iniciativa da Associação Nacional de Conservas de Peixe e da Comissão de Agricultura e Mar;
- Atuação do Grupo de Violas campaniças do agrupamento de Escolas de Castro Verde, da iniciativa da Comissão de Educação, Ciência e Cultura;
- Apresentação do Grupo Coral dos Antigos Orfeonistas do Orfeão Académico de Coimbra, no âmbito da Candidatura da Universidade de Coimbra a Património Imaterial da Humanidade, da iniciativa de Deputados eleitos pelo Circulo Eleitoral de Coimbra;
- Peça de teatro “I know not what tomorrow will bring” - encenação de São José Lapa e Alberto Lopes, no âmbito das comemorações dos 125 anos do nascimento de Fernando Pessoa;
- Concerto de Encerramento da Sessão Legislativa pela Orquestra Juvenil de Pevidém;
- Espetáculo Kohlhaas, no âmbito do Festival TODOS – caminhada da iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa;
- Inauguração da Exposição Alfabeto do Desenvolvimento;
- Projeção do filme “Até amanhã Camaradas”;
- Inauguração da Exposição “My life as refugee”, da iniciativa do Serviço Jesuíta aos Refugiados;
- Exibição do filme “Herança do Silêncio”, seguida de debate sobre violência.

2.6 Outros Encargos Parlamentares

A subatividade “**Outros Encargos Parlamentares**”, no OAR2013, engloba apenas os montantes de despesa relativos às **quotizações de organizações internacionais**, representando 0,33% dos encargos globais assumidos, (cf. Quadro 4 supra).

Os encargos assumidos em 2013 nesta subatividade, num total de €195.795,99, apresentam um crescimento de 4,85% relativamente ao ano anterior (€9.063,18), refletindo-se a distribuição destes encargos pelas diversas organizações internacionais de que a Assembleia da República é membro, nos seguintes termos:

Quadro 17 – QUOTIZAÇÕES INTERNACIONAIS

Unidade: Euro

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	2012	2013	Var%
UIP	70.609,74	69.218,24	-1,97%
UIP – Grupo Doze Mais	596,00	596,00	0,00%
APCE	10.000,00	10.000,00	0,00%
APNATO	35.128,00	35.128,00	0,00%
APOSCE	27.989,00	29.361,00	4,90%
ASG UIP	415,35	407,17	-1,97%
APM	37.700,00	37.700,00	0,00%
Contrib. anual IPEX	1.803,92	2.014,00	11,65%
Secretariado COSAC	2.340,80	1.309,08	-44,08%
AP - UpM	0,00	8.992,00	n.a
Várias	150,00	1.070,50	613,67%
Total	186.732,81	195.795,99	4,85%

3. Atividades de Apoio

Como visível no Quadro 4 supra, as “**Atividades de Apoio**” corresponderam, em 2013, a 42,31% do total dos encargos assumidos (correntes e de capital), destacando-se a subatividade “**Serviços da Assembleia da República**” como a mais representativa na estrutura de despesa, com 60,12% do conjunto dos encargos assumidos ao nível do respetivo agrupamento (Quadro 18 seguinte).

Quadro 18 – ENCARGOS COM AS “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	OAR2013	Encargos assumidos		
	Corrigido	montante	GR%	Estrutura
	1	2	3=2/1	4=2/Σ2
Serviços da Assembleia da República	16.470.876	15.059.818	91,43%	60,12%
Gabinete do Secretário-Geral	534.460	427.239	79,94%	1,71%
Formação	157.900	63.216	40,04%	0,25%
Ação Social	634.330	254.805	40,17%	1,02%
Despesas de Funcionamento	11.608.627	9.124.008	78,60%	36,43%
Gabinete Médico	130.130	119.209	91,61%	0,48%
TOTAL	29.536.323	25.048.294	84,81%	100,00%

O acréscimo de 7,77% dos encargos assumidos com as “**Atividades de Apoio**” (Quadro 19) reflete o aumento de encargos ao nível da subatividade “**Serviços da AR**” (14,57%), em resultado da suspensão, em 2012, do pagamento dos subsídios de férias e Natal, e poderia ser mais acentuado, não fosse a continuada redução do número de funcionários parlamentares, designadamente por motivo de aposentação.

Quadro 19 – EVOLUÇÃO DOS ENCARGOS ASSUMIDOS COM “ATIVIDADES DE APOIO”

Unidade: Euro

Atividades de Apoio	Encargos Assumidos		Var%
	2012	2013	
Serviços da Assembleia da República	13.144.388	15.059.818	14,57%
Gabinete do Secretário-Geral	510.316	427.239	-16,28%
Formação	121.774	63.216	-48,09%
Ação Social	280.978	254.805	-9,32%
Despesas de Funcionamento	9.064.042	9.124.008	0,66%
Gabinete Médico	120.600	119.209	-1,15%
TOTAL	23.242.098	25.048.294	7,77%

3.1 Gestão das Atividades de Apoio

No ano de 2013, a gestão das várias “**Atividades de Apoio**” continuou a pautar-se por objetivos direcionados: a uma contínua racionalização de recursos, à melhoria dos instrumentos de controlo de gestão, ao melhoramento das condições de trabalho e das instalações, à abertura do Parlamento ao cidadão, à conservação do património imobiliário da AR e, ainda, à adoção de medidas com vista à melhoria ambiental.

3.1.1. No que se refere à **racionalização e melhoria dos instrumentos de controlo de gestão**, sublinha-se a utilização eficiente e otimizada dos recursos disponíveis, concretizando-se nas seguintes ações:

- Nas múltiplas áreas de atuação e intervenção previstas no artigo 20.º da RAR n.º 20/2004, de 16 de fevereiro, pela procura da excelência e prontidão na **resolução de problemas surgidos/solicitações externas**, assumindo, através do crescente conhecimento das pessoas e locais, uma constante atitude de vigilância e prevenção de potenciais situações problemáticas, procurando a sua resolução por antecipação e aumentando a rapidez e a eficácia na correção de problemas surgidos. Para este programa, as ações passaram por:
 - ✓ Aperfeiçoamento dos modelos relativos aos procedimentos concursais disponibilizados no SIGAR, com o objetivo de continuar a assegurar uma gestão integrada dos mesmos e a facilitar a circulação da informação e a sua atualização em tempo;
 - ✓ Continuação do processo de desmaterialização da despesa e a sua interação com as fases dos procedimentos concursais, tendo sido disponibilizados ao fornecedor do sistema SIGAR os vários *templates* utilizados nos procedimentos

concursais, por forma a ser construído o formulário WEB e os vários fluxos de aprovação do processo de despesa.

- **Continuidade de processos**, inseridos em múltiplas áreas de atuação e **assentes em princípios de economia, eficiência e eficácia**, nomeadamente:

- ✓ Resposta às requisições de bens móveis e de consumíveis, com a inerente gestão de *stocks*, incluindo a manutenção atualizada de um inventário geral de bens móveis e imóveis da Assembleia, respondendo igualmente a solicitações de intervenção nos imóveis da AR e respetivas infra-estruturas;
- ✓ Reorganização do armazém de consumíveis, com o objetivo de melhorar a gestão e controlo dos *stocks*;
- ✓ Abertura e sequência de procedimentos de aquisição de bens e serviços e de empreitadas de obras públicas, bem como do respetivo acompanhamento e fiscalização, na perspetiva da manutenção, beneficiação e requalificação continuadas do património da Assembleia da República, procurando adaptar pessoas e métodos à nova realidade determinada pelo, ainda, relativamente recente regime legal da contratação pública;
- ✓ Gestão continuada dos instrumentos contratuais de manutenção global ou parcial, com propostas de atualização, renovação ou não renovação dos mesmos, bem como elaboração de estatísticas periódicas acerca de consumos;
- ✓ Contínuo controlo, acompanhamento e correção de processos de aquisição no SIGAR – na vertente do aprovisionamento - dos vários serviços que registam diariamente as suas aquisições.

3.1.2 No que se refere à **política ambiental**, salienta-se que foi concluído o processo de certificação energética dos imóveis da AR – **Casa Amarela, Novo Edifício e Edifício D. Carlos** – que se encontram devidamente certificados pela ADENE- Agência para a Energia -, tendo obtido a classificação de BOM de acordo com os padrões regulamentares.

Em conformidade com o plano de atividades, foi adjudicada a elaboração do caderno de encargos para realização de uma auditoria energética e ambiental, a qual visa, não apenas implementar um sistema de certificação energética, mas também avaliar o desempenho, dos sistemas de climatização que devem assegurar uma boa qualidade do ar interior (QAI).



Neste âmbito, a AR tem continuado a adotar uma política ambiental cuidada e consciente procurando a racionalização de consumos e custos, através das seguintes medidas:

- ✓ Substituição de lâmpadas clássicas, tipo projetor, por lâmpadas de sistema LED, com natural redução do consumo e emissões de CO₂ (as lâmpadas tipo projetor de 50W estão a ser substituídas por lâmpadas com a mesma capacidade luminotécnica, tipo LED, de apenas 3W);
- ✓ Redução da iluminação no parque de estacionamento em determinadas horas;
- ✓ Redução de consumos de água, com a introdução de redutores de fluxo nas torneiras e regulação das descargas dos autoclismos;
- ✓ Instalação de variadores de frequência em diversos ascensores, dispositivos que aproveitam o percurso descensional do equipamento para acumular energia e reutilizá-la. O funcionamento do elevador passa também a ser mais suave, o que resulta num menor desgaste dos materiais;
- ✓ Continuação das intervenções que visam:
 - Dotar todas as instalações sanitárias da Assembleia da República de dispositivos de detecção de movimento;
 - Colocar temporizadores em diversos equipamentos de ar condicionado tipo *split*, obviando a que estes permaneçam ligados durante a noite e aos fins de semana;
 - Substituir equipamentos de ar condicionado que se encontravam obsoletos, com incapacidade térmica e ineficiência energética, por aparelhos de nova geração, com melhor gestão e que funcionam a gás R407 ou R410 (os equipamentos antigos funcionavam a gás R22, cuja proibição de venda na EU está já em vigor);
 - Adquirir unidades de ar condicionado de gama de consumo A, por serem energeticamente mais eficientes.

3.1.3. As **visitas guiadas** ao Palácio de S. Bento, cuja realização de forma sistematizada começou há mais de 25 anos, constituem uma das atividades da AR. São trabalhadas numa perspetiva educacional e os seus conteúdos partilhados com os visitantes de forma participada e interativa, com o objetivo fundamental de comunicar o Parlamento na prática.

O ano de 2013 fica marcado pela inauguração, no dia 25 de abril, de um novo espaço de encontro com os cidadãos e ponto de partida para as visitas ao Parlamento: o **Centro de Acolhimento ao Cidadão**. A inauguração contou com a presença do Presidente da República e do Primeiro-Ministro, a convite da Presidente da Assembleia da República. Trata-se de um espaço dinâmico e interativo, situado no Refeitório dos Monges, que permite que os cidadãos explorem, de forma envolvente, informações essenciais sobre a AR. O percurso e conteúdos das visitas guiadas em dias úteis foram, conseqüentemente, adaptados para permitir o acolhimento dos visitantes nesta nova estrutura. Assim, a entrada dos visitantes passou a fazer-



se pela receção de S. Bento, a partir de onde estes são encaminhados por um funcionário até ao Centro de Acolhimento ao Cidadão. Antes de entrar na sala propriamente dita, os visitantes passam pelo “Corredor da História”, um friso cronológico que assinala as principais datas da história parlamentar, começando pela Monarquia Constitucional decorrente da revolução liberal de 1820, acompanhado de fotografias ilustrativas de vários momentos marcantes que aconteceram no Parlamento.

No interior da sala, há uma antecâmara onde são disponibilizadas gratuitamente brochuras informativas adaptadas a diferentes faixas etárias, folhetos sobre o Palácio de S. Bento e sobre vários serviços da AR, informação sobre os atuais deputados, para além de uma Constituição da República Portuguesa em miniatura. Existem também postais onde os cidadãos podem deixar mensagens aos seus representantes. Ao centro da sala encontra-se um cubo multimédia com oito ecrãs táteis que permitem aos visitantes consultar informações pormenorizadas sobre os círculos eleitorais, a atividade parlamentar, a biografia dos deputados, os vários órgãos da AR, o processo legislativo, os grupos parlamentares, etc. Os visitantes são ainda convidados a assistir à exibição de um filme com cerca de 12 minutos, que, numa perspetiva educacional, explica as funções mais importantes do Parlamento, o seu funcionamento e competências, entre outros. A visita guiada pelos espaços mais emblemáticos do edifício inicia-se logo de seguida.

Para além das visitas guiadas em dias úteis, o Parlamento proporcionou também, em 2013, as habituais visitas no último sábado do mês, tendo sido realizadas, no total, **387 visitas guiadas**, o que traduz um ligeiro aumento – mais 33 visitas –, comparativamente a 2012.

Ainda no que diz respeito às visitas guiadas, em 2013, o Palácio de S. Bento fez parte do programa da iniciativa Lisboa Open House, integrada na Trienal de Arquitetura de Lisboa e, no dia 5 de outubro, o edifício da AR esteve aberto com visitas guiadas direcionadas para os seus aspetos arquitetónicos.

Gráfico 5.1

EVOLUÇÃO DO Nº DE VISITAS GUIADAS

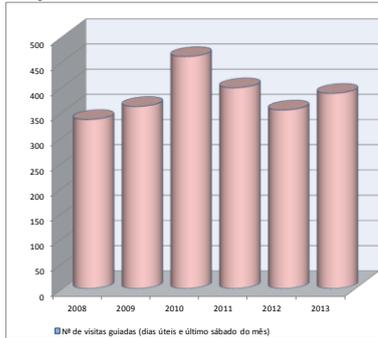
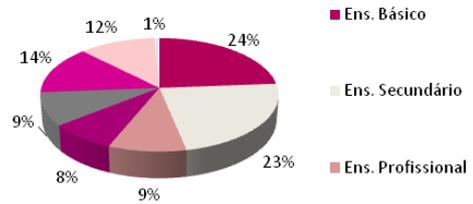


Gráfico 5.2

DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS DE PÚBLICO-ALVO (DIAS ÚTEIS)



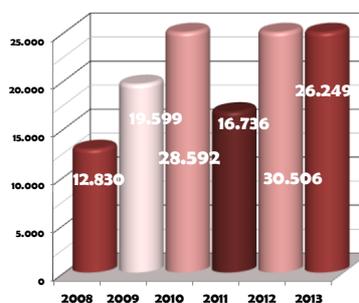
À semelhança de anos anteriores, a Assembleia da República celebrou nos dias 21 e 22 de setembro as **Jornadas Europeias do Património (JEP)**, abrindo as suas portas a mais de 1600 pessoas. As visitas livres e guiadas ao Parlamento foram complementadas com atividades dirigidas às crianças, integrando um conjunto de iniciativas abrangentes e envolvendo um encontro de gerações.

A iniciativa "**Parlamento de Porta Aberta**" tem vindo a designar dois eventos comemorativos que têm lugar no Palácio de S. Bento no mês de abril. A 18 de abril, a Assembleia da República comemorou o Dia Internacional dos Monumentos e Sítios, este ano subordinado ao tema "Património + Educação = Identidade". Para além das visitas guiadas ao edifício do Parlamento, que integraram cerca de 150 visitantes, foi promovido um encontro intitulado "Educar para o Património no Palácio de S. Bento".

Destaca-se, ainda, a **exposição itinerante sobre a Assembleia da República e o Parlamentarismo**, apresentada por períodos de cerca de um mês em 10 Concelhos, visitada pelos estabelecimentos de ensino e associações de idosos das respetivas áreas, o que permite dar a conhecer o Parlamento aos cidadãos e promover a visita à própria AR, com assistência ao Plenário.

Gráfico 6

EVOLUÇÃO DE ASSISTÊNCIAS A SESSÕES PLENÁRIAS





As **assistências às sessões plenárias** registaram um número efetivo de assistentes presentes nas galerias da Sala das Sessões de 26.249 cidadãos, sendo de assinalar a abertura de uma nova sala junto à receção de S. Bento, onde os assistentes ou outras pessoas podem aguardar, mais confortavelmente, o posterior encaminhamento para o interior do Palácio.

A informação ao cidadão surge concretizada através de um conjunto diversificado de ações, nomeadamente na disponibilização de novos conteúdos, de destaques e da *newsletter no portal de internet* do Parlamento – www.parlamento.pt. Em termos estatísticos, o total de visitantes do portal foi de 2 593 465, o que representa uma média mensal de 216 122 acessos. Comparativamente com 2012, verificou-se um aumento de 5,43%.

Para além do portal de *Internet*, a informação ao cidadão foi veiculada, em 2013, através da difusão de **123 comunicados de imprensa** e da publicação de **60 anúncios em jornais e revistas**, 49 dos quais correspondentes a publicações obrigatórias relativas a separatas do *Diário da Assembleia da República*. Volta a assinalar-se uma tendência decrescente neste tipo de publicidade comparativamente com anos anteriores, o que reflete, uma vez mais, a contenção na realização de despesas, incluindo as relacionadas com a divulgação de eventos.

No que respeita aos meios televisivo e radiofónico, este ano foi apenas transmitido um anúncio de cariz cultural, emitido como publicidade institucional na RTP, RDP e Canal Parlamento. Em complemento a esta divulgação, manteve-se a prática de colocação de pendões informativos com os eventos da AR na fachada principal do Palácio de S. Bento.

O decréscimo verificado neste tipo de publicidade é proporcional ao aumento do recurso a outros meios, nomeadamente à colocação, a título gracioso, da publicidade de iniciativas de cariz cultural, que tem sido feita através da colaboração de várias entidades, em especial no sector dos transportes da Grande Lisboa, que permitem a colocação de cartazes informativos em autocarros, comboios, barcos e metropolitanos.

No que respeita ao **Boletim Informativo**, pelo facto de disponibilizar informação essencial sobre as atividades do Parlamento, de forma permanente e atualizada, continua a ser um recurso de referência e grande utilidade, em particular para os órgãos de comunicação social, tendo registado uma acentuada evolução nos últimos quatro anos: ao nível do formato, que passou a ser exclusivamente eletrónico; ao nível da acessibilidade da informação disponibilizada, com possibilidade de subscrição de conteúdos, diferentes tipos de vistas, possibilidade de pesquisa de informação e uma versão para *smartphones*; e ao nível dos conteúdos propriamente ditos,

com a descentralização do seu carregamento, o que conferiu grande transversalidade à gestão deste meio de comunicação.

3.1.4 O programa **Parlamento dos Jovens** é uma iniciativa da Assembleia da República, dirigida aos jovens do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, que culmina com a realização de duas Sessões Nacionais na AR, em consonância e no cumprimento das orientações emanadas da Comissão Parlamentar de Educação e Ciência e a gestão direta do Secretário-Geral.

A calendarização das ações do Programa, a subsequente programação e execução, com realce específico para a prévia organização e o empenhamento dos representantes das entidades parceiras - Assembleia da República, Ministério da Educação e Ciência e Instituto Português do Desporto e Juventude – através das respetivas Direções Regionais de Educação e da Juventude, associando-se ainda as Equipas de Apoio às Escolas - envolveu a participação de **759** Escolas, **367** do ensino **básico** e **392** do ensino **secundário**, traduzida num total de **26 645** jovens envolvidos, representando um ligeiro **decréscimo percentual global de 0,87%** relativamente a 2012, como se destaca no quadro seguinte:

	Básico			Secundário			Totais B+S	Totais B+S	Totais B+S
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Edições Parlamento dos Jovens									
Escolas participantes	442	426	367	337	371	392	779	797	759
Turmas envolvidas	2334	2030	2010	1749	3498	3276	4083	5528	5286
Alunos participantes nas listas eleitorais	17902	17253	17132	9517	9626	9513	27419	26879	26645
Votantes nas eleições para as Sessões Escolares	110336	98674	98372	61654	59109	58203	171990	157783	156575
Deputados eleitos para as Sessões Escolares	11654	8179	8179	6180	5859	5712	17834	14038	13891
Alunos participantes nas Sessões Distritais/Regionais	1499	1329	1232	1182	1216	1178	2681	2545	2410
Nº de Escolas eleitas para a Sessão Nacional	64	65	65	63	64	64	127	129	129

Regista-se também a presença e participação das Escolas da Europa e de Fora da Europa nos dois graus de ensino, básico e secundário.

Participação dos Deputados

A Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura coordenou a participação dos Deputados nos debates, a convite das Escolas, que se realizaram durante os meses de novembro de 2012 a fevereiro de 2013, totalizando **310 convites por parte das Escolas, totalmente correspondidos**, registando-se a participação de Deputados de todos os Grupos Parlamentares.

3.1.5 A atividade de **Tradução** da Assembleia da República desenvolveu-se, no ano de 2013, nas vertentes de tradução, retroversão, revisão de textos, e apoio linguístico, nomeadamente em documentação de apoio a conferências e reuniões de assembleias parlamentares, apresentações de diapositivos para delegações estrangeiras, nomenclatura de legislação específica, pareceres da Comissão de Assuntos Europeus, intervenções de deputados, questionários, relatórios, textos relativos a peças do Museu, programas, correspondência, etc.

Destaca-se, em especial, o apoio, ao nível de tradução, dado às reuniões das assembleias parlamentares, às conferências organizadas pelas comissões parlamentares, bem como na atualização da página da *Internet* do Parlamento. Realce-se, ainda, a organização, em parceria com a Procuradoria-Geral da República, do 4.º Encontro de Tradutores da Administração Pública, que, neste ano, teve como tema "Tradutores da Administração Pública: Novos Desafios", incidindo grandemente na área da justiça e na transposição para a legislação portuguesa da Diretiva 2010/64/EU.

4. Atividade Editorial

Em 2013, a AR deu continuidade à atividade cultural e editorial que tem vindo a ser desenvolvida, o que se traduziu na edição de livros, brochuras, folhetos, postais, agendas, convites e outros materiais promocionais; na produção de peças e artigos evocativos do Parlamento; na organização de sessões de lançamento de livros, na divulgação do Parlamento através da Livraria Parlamentar e da participação em feiras do livro.

Foram editados 5 livros:

1. Machado Santos: o Intransigente da República, de Armando Malheiro da Silva, Carlos Cordeiro, e Luís Filipe Torgal;
2. Constituição da República Portuguesa – miniatura;
3. Relatório da atividade XII Legislatura, 1.ª sessão legislativa;
4. Relatório do Grupo de Trabalho da Biomassa;
5. Dicionário de História da I República e do Republicanismo – volume 1.

Foram, ainda, desenvolvidos trabalhos de criação da imagem gráfica e de produção de materiais para os eventos que tiveram lugar na AR, destacando-se os trabalhos desenvolvidos para o boletim ComunicAR, para o Parlamento dos Jovens, para as Jornadas Europeias do Património e para os dias comemorativos e sessões de homenagem realizados no Parlamento. Foram ainda concebidas e produzidas telas (pendões) com a programação cultural mensal para colocação na fachada do Palácio de S. Bento.

Para o novo Centro de Acolhimento ao Cidadão, instalado no Refeitório dos Monges, realizaram-se os seguintes trabalhos:

- Exposição Corredor da História - cronologia e iconografia da história parlamentar;
- Elaboração de conteúdos e *design* de documentos para o cubo multimédia;
- Produção de postais e brochuras para distribuição aos visitantes.

Em 2013, foram editados 19 novos artigos. Procurou-se a dignificação dos objetos evocativos da Assembleia da República, visando a edição de peças exclusivas e o desenvolvimento da ideia de coleções de artigos.

Manteve-se a participação na Feira do Livro de Lisboa (maio-junho). A AR participou ainda nas Feiras do Livro de Barcelos (julho) e de Braga (novembro-dezembro), tendo organizado também campanhas promocionais na Livraria Parlamentar, por ocasião das Jornadas Europeias do Património e do Natal.

Em 2013, procedeu-se à reorganização dos armazéns de livros da Divisão de Edições, ao abate de publicações obsoletas e à regularização de existências no SIGAR/Gestão de Stocks. Foram elaborados e aprovados os seguintes instrumentos de gestão: Manual de procedimentos de gestão de stocks da Divisão de Edições, Regulamento da Livraria Parlamentar, Regulamento de ofertas de peças exclusivas da AR e Regulamento de fixação de preços e distribuição de artigos da AR.

Em 2013, A AR celebrou um contrato com a Imprensa Nacional-Casa da Moeda tendo em vista a distribuição das edições parlamentares.

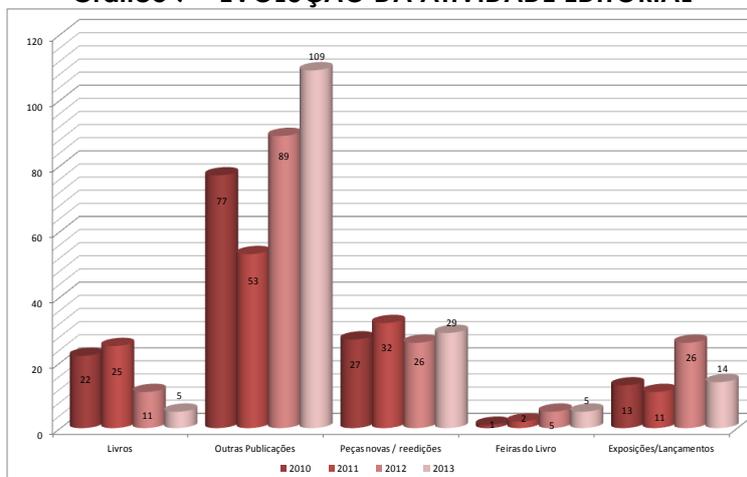
Foram organizadas 13 cerimónias de apresentação de livros, destacando-se a realização de lançamentos de edições parlamentares em espaços fora da AR (Casa Municipal de Cultura de Coimbra e Biblioteca Municipal de Matosinhos).

Quadro 20 – LANÇAMENTOS EDITORIAIS

Atividade Editorial	2013
Livros	
Impressos	4
Eletrónicos	1
Material Promocional e de apoio aos eventos parlamentares	
Brochuras e folhetos	11
Postais, marcadores, convites, cartazes, anúncios	98
Peças	
Peças novas: porcelanas, cortiças e papelaria	19
Peças reedições	10
Exposições	
Organização e colaboração	1
Feiras do livro	
Lisboa, Barcelos, Braga e Livraria Parlamentar	5
Lançamentos de livros	13

A contenção orçamental que a AR vem mantendo, desde 2010, refletiu-se na natural redução dos custos desta atividade.

Gráfico 7 – EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EDITORIAL



5. Cooperação Interparlamentar

5.1 Bilateral

No âmbito da Cooperação estabelecida com os Parlamentos de Língua Portuguesa, durante o ano de 2013, importa salientar a assinatura do Programa de Cooperação celebrado com a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe para o período 2013/2015, a assinatura do Protocolo de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e o Parlamento Nacional de Timor-Leste e a assinatura do Programa de Cooperação Parlamentar entre a Assembleia da República de Portugal e o Parlamento Nacional de Timor-Leste.

Ao nível das atividades desenvolvidas durante o ano de 2013, ao abrigo dos vários Programas de Cooperação Parlamentar, salienta-se:

Cooperação com a Assembleia Nacional de Cabo Verde (ANCV)

No quadro do Programa de Cooperação assinado em 16 de dezembro de 2011, foram desenvolvidas as seguintes ações:

Janeiro – Formação na área da redação sobre “Aperfeiçoamento das Metodologias e técnicas de redação para a elaboração das atas das Sessões Plenárias e Formação sobre o novo Acordo Ortográfico, com o objetivo de se uniformizar a elaboração das Atas” (ANCV);

Maio – Formação *on the job* na AR, para dois Técnicos da ANCV, na Área da Biblioteca;



Junho – Formação em Atendimento e melhoria de Prestação do Serviço Público e “Seminário temático sobre Políticas Públicas: Conceção, Implementação, Desenvolvimento e Avaliação” (ANCV);

Junho – Formação na área do processo legislativo sobre “Técnicas de Legística e Modelos de Avaliação” (ANCV);

Agosto – Formação externa na Área da informática;

Outubro – “Estágios *on the job* na AR, para dois técnicos da ANCV, nas Áreas do Apoio às Comissões Especializadas e do Arquivo;

Novembro – Formação em edição e produção de publicações (ANCV);

Novembro – Formação sobre o Processo Legislativo, em particular sobre a elaboração de “Notas Técnicas” (ANCV);

- Formação sobre apoio documental às “Notas Técnicas”;
- Visita de estudo à AR de dois técnicos da ANCV, no âmbito das Relações Internacionais e das Relações Públicas;
- Estágio *on the job* para dois técnicos da ANCV, junto do Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas”.

Em **setembro**, salienta-se, ainda, a visita à Assembleia da República da Secretária-Geral da Assembleia Nacional de Cabo Verde e da Chefe da Divisão de Redação e Audiovisual. Do programa da visita constaram reuniões de trabalho bem como a assinatura do Relatório de Avaliação Intercalar do Programa de Cooperação em vigor.

No âmbito do Protocolo de Cooperação Parlamentar celebrado entre a Assembleia da República e a Assembleia Nacional de Cabo Verde, realizou-se em **novembro**, na AR, uma visita de estudo de uma Delegação da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento da Assembleia Nacional de Cabo Verde.

Cooperação com a Assembleia da República de Moçambique (ARM)

No âmbito da Cooperação Parlamentar estabelecida com a ARM desenvolveram-se as seguintes ações:

Julho – “Estágio *on the job* em matéria de processamento de remunerações e outros abonos dos Deputados”, dirigido a três técnicos da ARM da Área da Gestão Financeira, que teve lugar na DGF;

- “Formação na área do Inventário e Gestão de *stocks*”, para três funcionários da ARM da Área da Gestão Patrimonial, que teve lugar na DAPAT.

No âmbito do Protocolo de Cooperação Parlamentar celebrado entre a Assembleia da República e a Assembleia da República de Moçambique, teve lugar, na AR, uma visita de estudo de uma Delegação da Comissão das Relações Internacionais da ARM. Do programa desta Missão constaram reuniões de trabalho com a Comissão de Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas, com o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Moçambique e com o Grupo Parlamentar Português sobre População e Desenvolvimento.

Cooperação com a Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe (ANSTP)

No âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar para 2013/2015, realizaram-se as seguintes ações:

Janeiro - Visita de estudo do Diretor de Administração e Finanças da ANSTP;

Março - Estágio de aperfeiçoamento técnico em gestão de Recursos Humanos para duas Técnicas da ANSTP;

- Estágio de aperfeiçoamento técnico em Relações Públicas e Protocolo para duas Técnicas da ANSTP;

Abril - Estágio de aperfeiçoamento técnico em Relações Públicas e Protocolo para duas Técnicas da ANSTP;

Maior - Estágio de aperfeiçoamento técnico sobre produção de dossiers e de legislação comparada para três Técnicos da ANSTP.

Em **janeiro**, salienta-se a visita à Assembleia da República do Secretário-Geral da Assembleia Nacional de S. Tomé e Príncipe, no final da qual foi assinado o Programa de Cooperação 2013/2015.

Três visitas de estudo de Deputados das Comissões de Assuntos Constitucionais, Políticos, Jurídicos e Institucionais; Assuntos Sociais; e Assuntos Económicos e Financeiros da ANSTP em **abril, junho e novembro**, respetivamente.

Manteve-se em funções, junto da ANSTP, um Consultor para a área da Biblioteca, Documentação e Arquivo.

Cooperação com o Parlamento Nacional de Timor-Leste (PNTL)

No âmbito do Protocolo de Cooperação (em data anterior à assinatura do Programa), há a registar:

Visitas à AR dos Deputados membros das seguintes comissões especializadas do PNTL:

- Comissão do Orçamento e Finanças;



- Comissão de Saúde, Cultura e Igualdade;
- Comissão de Ética;

Ações de formação de funcionários do PNTL na AR (estágios *on the job*):

Outubro - *Apoio as Comissões e ao Plenário* – estágio de cinco funcionários do PNTL nas Divisões de Apoio ao Plenário e às Comissões;

- *Informação Legislativa e Parlamentar* – estágio de dois funcionários do PNTL na Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar.

Na continuidade do contrato celebrado com a Assembleia da República, manteve-se em funções, junto do Parlamento Nacional, uma Leitora de Língua Portuguesa, para ministrar aulas de Língua Portuguesa a deputados e a funcionários.

No contexto do Projeto de apoio do PNUD ao PNTL, designado “Fortalecimento da Capacidade Institucional do Parlamento Nacional de Timor-Leste”, ao longo do ano 2013, a Assembleia da República participou com Missões de Assistência Técnica junto do PNTL nas áreas da Informática, Registo de correspondência e arquivo, Protocolo, Redação e Transcrição.

5.2 Multilateral

No domínio da cooperação parlamentar multilateral, e enquadrado nas atividades da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP), a Assembleia da República organizou o **III Encontro Interparlamentar de Quadros de Apoio ao Processo Legislativo dos Parlamentos dos Países de Língua Portuguesa** (Lisboa, Portugal), 1 - 5 de julho.

Igualmente no âmbito das atividades da ASG-PLP, decorreu em Luanda, de 22 a 26 de julho, o **VIII Encontro dos Quadros Informáticos dos PLP**, organizado pela Assembleia Nacional de Angola, no qual a AR esteve representada.

Ainda enquadrado no programa de atividades da ASG-PLP, a Assembleia da República também esteve representada no **I Encontro Interparlamentar de Quadros de Recursos Humanos dos PLP**, que decorreu em Brasília, de 14 a 18 de outubro.

O **XIV Encontro da ASG-PLP** decorreu em Luanda, Angola, de 4 a 7 de novembro, tendo participado os Secretários-Gerais dos Parlamentos de Angola, de Cabo Verde, de Portugal, de São Tomé e Príncipe e de Timor-Leste e os representantes dos Secretários-Gerais da Câmara



dos Deputados do Brasil e da Assembleia da República de Moçambique. Registou-se a ausência do Secretário-Geral da Guiné-Bissau, por razões antecipadamente apresentadas.

De acordo com o Programa do Encontro, foram apresentados e debatidos os seguintes temas: "Autonomia administrativa, patrimonial e financeira: o caso angolano" (Angola); "Mecanismos de articulação entre os Deputados e a Administração Parlamentar" (Brasil); "O processo de reforma do Parlamento Cabo-verdiano" (Cabo Verde); "Gestão de Recursos Humanos: o caso moçambicano" (Moçambique); "O estatuto dos Funcionários Parlamentares: apresentação e especificidades" (Portugal); "O papel e a importância da comunicação e imagem nos Parlamentos" (São Tomé e Príncipe); e "Os desafios da implementação do português como língua de trabalho no Parlamento Nacional de Timor-Leste" (Timor-Leste)

Destaca-se ainda que, no decurso do Encontro, foram apresentados os Relatórios de Atividades dos Parlamentos pelos respetivos Secretários-Gerais e aprovado o Plano de Atividades para 2013-2014.

6. Gestão das Tecnologias de Informação

Os projetos previstos para o ano de 2013 foram condicionados pela implementação das recomendações resultantes da consultoria ao Sistema Informático da AR (SIAR), ocorrida no final de 2012, e cujos resultados foram dados a conhecer ao CINF no início de 2013. Esta consultoria visou a análise e levantamento da situação do SIAR, bem como a apresentação de propostas de melhoria. Nesta conformidade, o plano de atividades deste serviço foi ajustado, no sentido de integrar as recomendações que resultaram da referida consultoria.

As principais atividades foram direcionadas para a melhoria nas soluções já disponibilizadas aos utilizadores, com particular enfoque no reforço da segurança, simplificação e melhoria no acesso ao Sistema informático da AR, aproximação do Parlamento ao cidadão e implementação de melhorias nas soluções existentes, objetivando uma melhor adequação das funcionalidades às necessidades dos utilizadores. Por fim realça-se a continuação dos trabalhos, visando a melhoria da organização e a adoção de procedimentos, com vista ao bom funcionamento dos Serviços de Tecnologias de Informação.

6.1. No âmbito do Reforço da Segurança, destacaram-se as seguintes ações:

- . **Renovação do cluster da Firewall interna da AR**, com papel essencial na defesa do sistema informático da AR e na regulação dos acessos entre diversas redes. A Firewall Interna estava a operar em dois servidores físicos, já a entrar em situação de obsolescência e com elevados custos de suporte associados;

.**Sistema de backup aos postos de trabalho portáteis dos Deputados** - Sendo certo que a grande maioria dos utilizadores não procede a uma salvaguarda regular da informação guardada nos seus postos de trabalho, em casos de perda de informação de extrema importância, é necessário recorrer a um serviço externo de recuperação de dados, com custos avultados para a AR e sem garantias de sucesso. Após a implementação do sistema automático de *backup* aos postos virtuais dos Deputados, em 2013 procedeu-se à preparação da infraestrutura para a extensão desta solução aos computadores portáteis. A difusão desta solução por todos os Deputados será concluída de acordo com a disponibilidade de cada GP;

. **Conclusão da implementação do novo motor de antivírus Kaspersky EndPoint Security v10** em todos os postos fixos e portáteis da AR, permitindo aumentar a taxa de deteção de vírus e código malicioso (ex: spyware, malware);

. **Plano de Disaster/Recovery & Business Continuity** - Verifica-se atualmente uma elevada dependência da AR e GP às Tecnologias de Informação e Comunicação, tanto no que se refere à utilização massiva das soluções informáticas disponibilizadas, como no que concerne ao armazenamento da sua informação nos sistemas da AR. Esta dependência reforça a necessidade de ser assegurada a continuidade das soluções e da informação, de forma a garantir, em caso de desastre, os serviços e informação mais fundamentais aos seus utilizadores. Para tal, foi dado início ao estudo para a elaboração de um plano de *Disaster Recovery*.

6.2. No âmbito da melhoria e simplificação do acesso ao SIAR, destacaram-se os seguintes projetos:

. **Expansão da cobertura e a implementação da nova solução de rede wireless** - O aumento exponencial da utilização de equipamentos móveis pessoais, como *smartphones* e *tablets*, para acesso à *internet*, sincronização de correio eletrónico pessoal e institucional, entre outras funcionalidades, tornou imprescindível a revisão da rede sem fios da AR, bem como a expansão da sua cobertura pelos diversos espaços da AR. Em 2013 foi adquirida, instalada e configurada uma nova solução de gestão centralizada da rede *Wireless*, o que permite uma melhor sincronização com os aparelhos de mobilidade dos utilizadores da AR (*smartphones* e *tablets*);

. Igualmente visando a **simplificação do acesso ao SIAR**, destaca-se a Implementação de uma solução que permite o acesso direto aos recursos internos da AR a partir de equipamentos pertencentes a esta instituição, sendo para tal apenas necessário que este se encontre ligado à *internet* (por 3G ou *WiFi*). Este acesso direto é possível a partir de qualquer local e dispensa, nestes casos, a utilização da VPN, garantindo-se a segurança no acesso através de uma comunicação encriptada entre o equipamento e a rede

interna. Esta solução não tem custos associados, já que utiliza funcionalidades disponíveis através do contrato de licenciamento existente com a empresa Microsoft.

6.3. No que concerne à **aproximação do Parlamento ao cidadão**, assinalam-se os seguintes desenvolvimentos:

. Conclusão da **Implementação do Cubo Multimédia**, instalado no Centro de Acolhimento ao Cidadão, e das aplicações desenvolvidas especificamente para esta solução;

. Introdução de melhorias à aplicação de **Gestão da Tramitação do Processo Legislativo do Orçamento de Estado na AR (PL@OE)**, com o objetivo de aproximar cada vez mais a aplicação às necessidades dos seus utilizadores, incluindo os cidadãos em geral. Esta aplicação fornece informação relativa à tramitação do Orçamento de Estado na AR, disponibilizada ao público a partir da página do Parlamento e à AR em geral através da sua *Intranet*;

. **Desenvolvimento da aplicação para edição e gestão da newsletter ComunicAR** - Em 2013, a Administração da AR decidiu criar um boletim eletrónico único, designado por ComunicAR, visando a centralização da divulgação da atividade mais relevante do Parlamento, tendo sido desenvolvida para o efeito uma aplicação para edição e gestão.

6.4. **Continuação da aplicação da Resolução n.º 53/2007 -Software Livre na AR:**

.Neste âmbito, foram introduzidas **novas funcionalidades que possibilitam a utilização de smartcards numa estação de trabalho em software livre**, através do sistema BEP – Bancada Eletrónica Parlamentar. Este desenvolvimento veio possibilitar a assinatura eletrónica de documentos, bem como a submissão eletrónica de perguntas a partir de um posto “livre”;

. Dando cumprimento às normas constantes no Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital, **foram disponibilizados, na intranet e no site do Parlamento, em formato livre, os ficheiros de áudio e vídeo existentes na aplicação do PLC.**

6.5. **No referente à melhoria das soluções de tecnologia de informação existentes**, assinalam-se as seguintes atividades:

. **Submissão Eletrónica de Perguntas e Requerimentos** – Foi implementado o alargamento do envio eletrónico às câmaras municipais, dando mais um passo para conclusão da desmaterialização destes processos. Procedeu-se ainda a uma revisão desta aplicação, visando a simplificação das tarefas executadas pelos utilizadores que submetem perguntas e requerimentos;

. **Introdução de novas valências na aplicação PLC** – Dando resposta a necessidades que surgiram durante o decorrer do ano, foram desenvolvidos novos *écrans* para a gestão e consulta das Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional e a apreciação dos relatórios externos provenientes do Governo;

. **Motor de pesquisa** – Foram introduzidas alterações nesta aplicação, no sentido de uniformizar os resultados obtidos em pesquisas de informação na base de dados, tornando transparente ao utilizador a forma de registo dos dados, ao abrigo ou não do novo acordo ortográfico.

6.6. Para além das áreas anteriormente referidas, importa ainda salientar a gestão e prestação dos serviços de **apoio ao utilizador**, já que se revestem da maior importância para o normal funcionamento da AR e para a rentabilização dos investimentos realizados na área das tecnologias de Informação. Em 2013, foram respondidos **2460** incidentes e **3330** pedidos de serviço, perfazendo um **total de 5790** intervenções.

7 - Gestão de Recursos Humanos

Em 2013, foi dada continuidade às políticas de contenção de despesa, iniciadas já no final de 2010, de acordo com as deliberações do Conselho de Administração da Assembleia da República, traduzidas, na área dos Recursos Humanos, pela suspensão de procedimentos concursais com vista ao recrutamento de pessoal, e promovendo, em alternativa, uma racionalização de recursos, operada por ações de mobilidade interna.

Para além da inexistência de processos de recrutamento, o elevado número de aposentações explica a continuada tendência de descida no número total de efetivos.

Assim, em 2013, verificou-se uma diminuição de 12 efetivos face a 2012, resultando essa redução dos seguintes movimentos de entrada e saída:

Movimentos de Entrada:

- 3 recrutamentos por cedência de interesse público (UTAO);
- 4 regressos de licença sem remuneração;

Movimentos de saída:

- 8 aposentações;
- 3 cessações de funções de funcionário em cedência de interesse público;

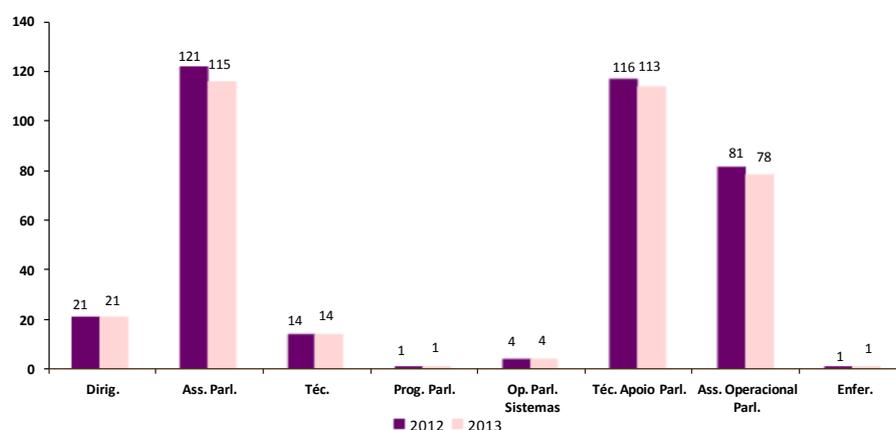
- 1 comissão de serviço no exterior;
- 1 suspensão de contrato;
- 5 licenças sem remuneração;
- 1 cessação de nomeação em comissão de serviço.

Regista-se, pois, à data de 31 de dezembro de 2013, a existência de 347 funcionários em efetividade de funções, constantes do respetivo mapa de pessoal da Assembleia da República, neles se incluindo 22 funcionários em regime de cedência de interesse público e 8 funcionários em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto.

Acresce ainda a existência de 7 contratos em regime de avença [2 intérpretes de linguagem gestual (DRAA), 3 de serviços médicos (GME) e 1 de assessoria à Comissão de Defesa (DAC) e de 1 jurista para apoio à CNPMA cuja prestação de serviços veio a cessar já em 2014], mantendo-se o mesmo número de avençados de 2012.

Apresenta-se, de seguida, no Gráfico 8, a evolução comparativa dos efetivos:

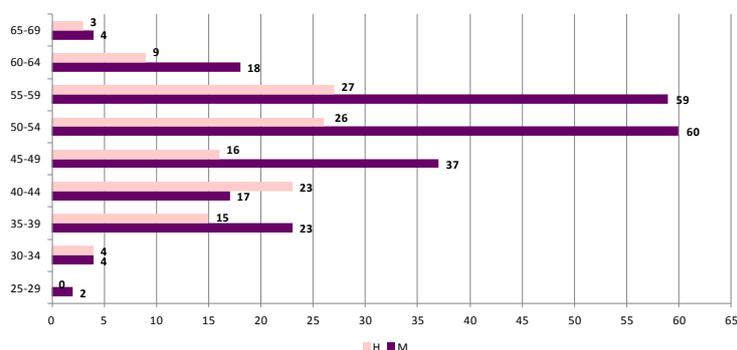
Gráfico 8 – EVOLUÇÃO DO QUADRO DE EFETIVOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS/CARREIRAS



Este gráfico ilustra a diminuição de efetivos referida anteriormente. As carreiras de assessor parlamentar, técnico de apoio parlamentar e de assistente operacional parlamentar foram as que refletiram a diminuição global de efetivos, dado que as restantes carreiras permaneceram inalteradas no que respeita ao número integral de trabalhadores.

A carreira de assessor parlamentar continua a ter a maior representatividade (33,1% dos total de funcionários), seguida da carreira de técnico de apoio parlamentar.

Gráfico 9 – EFETIVOS POR ESCALÕES ETÁRIOS



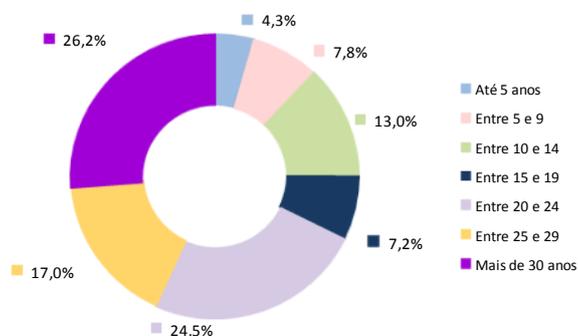
O **gráfico 9** mostra a distribuição dos efetivos pelos escalões etários de acordo com o género. Os escalões dos 50-54 anos e dos 55-59 anos são os que contabilizam o maior número de efetivos, ambos com um total de 86 funcionários, correspondendo a 24,8% to total de efetivos.

Esta assimetria da contabilização de maior número de efetivos nos escalões superiores em detrimento dos escalões etários mais baixos, leva a que a média etária se situe, em 2013, nos 50,2 anos (mais 0,8 do que no ano 2012).

O **gráfico 10** seguinte representa a distribuição percentual de funcionários pelo nível de antiguidade na função pública, evidenciando, que o escalão “mais de 30 anos de serviço” é aquele que regista maior percentagem de funcionários, com 26,2%, isto é, mais de um quarto do total de funcionários possui mais de 30 anos de serviço.

O nível médio de antiguidade em 2013 situou-se, assim, nos 22,6 anos (mais 0,8 anos do que o registado no período homólogo).

Gráfico 10 – EFETIVOS POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE

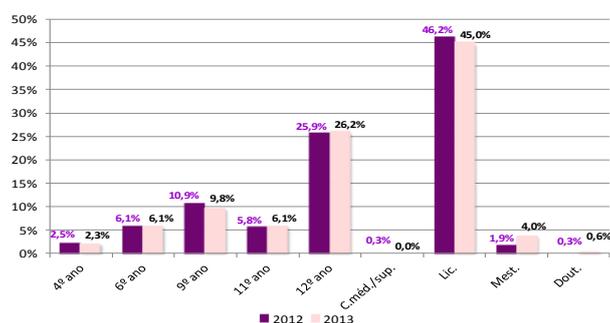


O **gráfico 11** abaixo apresenta a distribuição dos efetivos por nível habilitacional, relevando que a maioria dos níveis habilitacionais sofreu um decréscimo na sua representatividade.

Apenas os níveis de 12.º ano de escolaridade e de mestrado apresentam subidas percentuais. A explicação encontra-se, por um lado, no elevado número de movimentos de saída e, por outro, no esforço de formação que os funcionários parlamentares têm feito para poder corresponder à crescente complexidade e especificidade das suas funções.

O nível habilitacional da licenciatura continua a ser o que assume maior expressão, com 45% do total de funcionários.

Gráfico 11 – EFETIVOS POR NÍVEL HABILITACIONAL

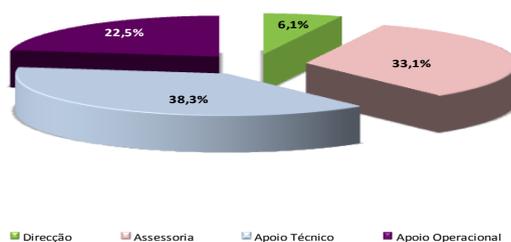


Os efetivos podem ser ainda agrupados por 4 grandes áreas, apresentadas no **gráfico 12**, refletindo a estrutura funcional dos serviços da AR. Como expectável, o menor grupo corresponde ao de cargos de direção, assumindo, em 2013, um valor correspondente a 6,1%. Este grupo subiu 2 p.p. face a 2012 porque, embora mantenha o mesmo número de dirigentes, o número total de efetivos diminuiu, pelo que a estrutura sofreu um ajustamento.

O grupo com maior representatividade é o grupo de apoio técnico (que engloba as carreiras a que se refere o artigo 94.º do EFP), seguido do grupo de assessoria, com 38,3% e 33,1% respectivamente. O apoio operacional corresponde a 22,5% do total de funcionários.

Esta estrutura das 4 grandes áreas sofreu uma variação média de 0.4 p.p., em resultado das movimentações de entradas e saídas de funcionários registadas ao longo do ano 2013.

Gráfico 12 – FUNCIONÁRIOS POR GRANDES ÁREAS DE ATIVIDADE



No que se refere à **Formação Profissional**, assinala-se a execução do Plano de Formação para 2013, no âmbito do qual se realizaram 4.597 horas de formação (3.879 internas e 718 externas), que abrangeram todos os Grupos de Pessoal.

Ocorreram, neste ano, 310 participações em ações de formação internas e 33 em ações de formação externas, as quais abrangeram Funcionários Parlamentares, Funcionários de Grupos Parlamentares e Funcionários de Entidades que funcionam junto da AR.

As ações de formação executadas ao longo de 2013, foram distribuídas por diversas áreas formativas, tendo todas elas como objetivo genérico desenvolver as competências individuais e coletivas dos Funcionários Parlamentares.

Os cursos relacionados com as áreas de Formação Específica – Administração Pública (769 h), Assuntos Jurídicos (216 h), Línguas (2.482 h), Assistentes Operacionais Parlamentares (816 h) e B.A.D. (192 h), foram os que tiveram maior participação de formandos.

Total de Funcionários em ações de formação	
Internas	310
Externas	33
Total	343

Horas de Formação por Grupo Profissional	Dirigente	Assessor Parlamentar	Técnico	Técnico A. Parlamentar	Assistente Operacional	Outros	Total
Horas de Form. Int.	242	1.442	21	1.121	1.053	0	3.879
Horas de Form. Ext.	33	388	0	276	21	0	718
Total	275	1.830	21	1.397	1.074	0	4.597

8. Financiamento

8.1. Entidades Autónomas

Neste agrupamento integram-se, não só as transferências para os orçamentos das Entidades Autónomas, concretamente a Comissão Nacional de Eleições (CNE), Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), Provedoria de Justiça, Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida (CNECV) e Conselho de Fiscalização da Base de Dados dos Perfis de ADN (CFBD – ADN), como as verbas destinadas a suportar os encargos com os Conselhos que funcionam junto da AR: Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa (CFSI), Conselho dos Julgados de Paz (CJP), Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida (CNPMA), Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado

de Informação Criminal (CFSIIC), e ainda as verbas transferidas para a Associação dos Ex-Deputados e para o Grupo Desportivo Parlamentar (GDP).

Quadro 21 – EVOLUÇÃO DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2012 corrigido	OAR2013 corrigido	Var%
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.698.425	1.823.240	7,35%
Comissão Nacional de Eleições	923.360	1.408.534	52,54%
Provedoria de Justiça	4.854.572	5.200.113	7,12%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.224.837	1.263.616	3,17%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	723.180	761.612	5,31%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	273.781	284.545	3,93%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	148.415	198.981	34,07%
Conselho dos Julgados de Paz	117.555	124.530	5,93%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	245.446	252.749	2,98%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	199.685	161.880	-18,93%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	89.073	83.635	-6,11%
Unidade Técnica Reorganização Administrativa do Território	162.420	0	-100,00%
Desenvoluções ao Tesouro verbas não requisitadas	617.504	0	-100,00%
Associação dos Ex-Deputados	42.522	25.000	-41,21%
Grupo Desportivo Parlamentar	15.210	14.450	-5,00%
TOTAL	11.335.985	11.602.885	2,35%

No que respeita às entidades independentes que funcionam junto da AR, os valores orçamentados, que constam do quadro acima, integram unicamente as transferências do Orçamento de Estado (correntes e de capital); as demais receitas próprias, incluindo os saldos de gerência, desde 2011 que passaram a integrar exclusivamente o OE, deixando de constar no OAR.

O grau de realização global verificado nesta atividade é de 88,31%, sendo que, no que respeita às Entidades, a diferença para a execução plena se deve sobretudo às cativações decorrentes da Lei do OE2013. No que respeita aos Conselhos, em que as despesas são suportadas pela própria AR, as taxas de execução variam entre 24,92% (CFBD P ADN) e 84,50% (CJP), como se infere do Quadro 22 seguinte:

Quadro 22 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO FINANCIAMENTO DAS ENTIDADES

Unidade: Euro

Entidades	OAR2013		GR%
	Dotação corrigida	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Entidade Reguladora para a Comunicação Social	1.823.240	1.788.394	98,09%
Comissão Nacional de Eleições	1.408.534	1.396.837	99,17%
Provedoria de Justiça	5.200.113	4.772.069	91,77%
Comissão Nacional de Protecção de Dados	1.263.616	816.178	64,59%
Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos	761.612	679.000	89,15%
Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	284.545	244.584	85,96%
Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações	198.981	159.586	80,20%
Conselho dos Julgados de Paz	124.530	105.230	84,50%
Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida	252.749	89.694	35,49%
Conselho de Fiscalização do Sistema Integ. Inform. Criminal	161.880	134.182	82,89%
Conselho de Fiscalização Base de Dados dos Perfis de ADN	83.635	20.846	24,92%
Associação dos Ex-Deputados	25.000	25.000	100,00%
Grupo Desportivo Parlamentar	14.450	14.450	100,00%
TOTAL	11.602.885	10.246.051	88,31%

8.2. Subvenções Públicas

No que respeita às subvenções públicas previstas na Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, de que se destacam as subvenções aos partidos políticos e às campanhas eleitorais, importa salientar as reduções legalmente determinadas, a manter até 31 de dezembro de 2016, nos termos do artigo 3.º da Lei n.º 55/2010, de 24 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo artigo 1.º da Lei n.º 1/2013, de 3 de janeiro.

Deste modo, foram inscritos **€14.510.941** para fazer face ao **pagamento das subvenções aos partidos políticos representados na AR**, com um grau de execução de 100%, acrescidos de **€342.518 para pagamento da mesma subvenção ao PCTP/MRPP e ao PAN**, os quais, embora não tendo obtido representação nas últimas eleições legislativas, obtiveram mais de 50.000 votos, o que lhes confere direito à subvenção, nos termos do n.º 7 do artigo 5.º da Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, na sua atual redação.

Em 2013, procedeu-se, não só aos primeiros pagamentos no âmbito das subvenções para a campanha das Eleições Autárquicas 2013, no valor de €27.900.238,28, e após publicação, em 13 de dezembro de 2013, do mapa oficial da Comissão Nacional de Eleições em *Diário da República*, como também ao pagamento do remanescente da subvenção para as Eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, realizadas em 2012, no valor de €177.923,99, tendo-se procedido à devolução ao Tesouro do montante não executado (€441,08).

À data de 31 de dezembro de 2013, encontrava-se, no entanto, na posse da AR, um saldo global de €20.098.188,35, respeitante à subvenção para a campanha das Eleições Autárquicas de 2013, o qual foi integrado em 1.º OAR2014 Suplementar, tendo em vista efetuar os pagamentos remanescentes no âmbito deste ato eleitoral e a devolução ao Tesouro da parte da dotação que não vier a ser executada.

9. Investimentos

9.1 Investimentos realizados em 2013

No ano de 2013, registou-se, em termos orçamentais, um decréscimo do investimento de 29,93%, para o qual contribuiu apenas uma rubrica de capital: “Equipamento de gravação audiovisual” –, conforme evidenciado no Quadro 23 infra. As demais rubricas de despesas de capital enquadraram-se no esforço de contenção orçamental presente na elaboração do OAR2013.

Quadro 23 – EVOLUÇÃO DOS MONTANTES ORÇAMENTADOS PARA INVESTIMENTO

Unidade: Euro

Investimento	OAR2012	OAR2013	Var%
	Corrigido	Corrigido	
	1	2	3=2/1
Edifícios	279.037	356.500	27,76%
Material de transporte	0	53.991	n.a
Equipamento de informática	495.048	513.227	3,67%
Software informático	317.015	477.271	50,55%
Equipamento Administrativo	173.000	223.500	29,19%
Artigos e objetos de valor	0	5.000	n.a
Equipamento de gravação e audiovisual	2.455.600	613.690	-75,01%
Bens do Domínio Público	1.137.194	1.160.000	2,01%
TOTAL	4.856.894	3.403.179	-29,93%

A análise do quadro supra permite identificar as rubricas que, em maior grau, justificam as variações verificadas, nomeadamente as que têm maior peso na estrutura deste tipo de despesas, a saber: “software informático” (50,55%, que representa mais 160 mil euros); “Edifícios”, que se refere a despesas de capital com empreitadas realizadas nos diversos edifícios com exceção do Palácio de S. Bento (27,76%, que representa um acréscimo de 77 mil euros); e “Equipamento Administrativo” (29,19%, que se traduz num aumento de 50 mil euros).

Os valores orçamentados apresentam baixos níveis de execução em 2013, registando-se uma taxa global de 50,21%, a que corresponde um saldo de €1.694.379, valor que representa a diferença entre as dotações orçamentadas e os encargos assumidos (cf. Quadro 24).

Quadro 24 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS INVESTIMENTOS

Unidade: Euro

Investimento	OAR2013		GR%
	Corrigido	Encargos Assumidos	
	1	2	3=2/1
Edifícios	356.500	308.348	86,49%
Material de transporte	53.991	53.990	100,00%
Equipamento de informática	513.227	285.958	55,72%
Software informático	477.271	306.034	64,12%
Equipamento Administrativo	223.500	156.331	69,95%
Equipamento de gravação e audiovisual	613.690	439.487	71,61%
Bens do Domínio Público	1.160.000	158.653	13,68%
TOTAL	3.403.179	1.708.800	50,21%

A execução ao nível dos investimentos foi também afetada pela atual conjuntura de forte contenção e controlo orçamental, no âmbito do Programa de Assistência Financeira União Europeia (CE e BCE) /FMI, que resultaram em orientações profundas para redução e controlo da despesa, tendo a Assembleia da República reformulado o seu Plano de Investimentos, estabelecendo prioridades nos projetos e suspendendo outros.

No ano de 2013, procurou-se prosseguir a **melhoria das condições de trabalho e das instalações, bem como conservar o Património Imobiliário da AR**, tendo sido concluídos os seguintes projetos/ações:

- **Requalificação do antigo armazém nº 230 no 3º piso do Palácio de S. Bento**, criando um novo espaço destinado a reuniões de comissões ou de grupos de trabalhos;
- **Empreitada de impermeabilização do frontão do palácio de S. Bento**, que resolveu as fissuras e infiltrações em paredes e teto do salão Nobre e na estrutura de madeira do frontão;
- **Empreitada de recuperação da laje do anfiteatro da casa Amarela**, que pretendeu reestruturar toda a cobertura do anfiteatro, danificada devido a repasses de águas pluviais provenientes do terraço. A mencionada empreitada permitiu também substituir todas as unidades de AVAC R22 (descontinuadas) por outras regulamentadas.

Não obstante as obras acima, inscritas no Plano de Investimentos 2013, optou-se, ainda, pela realização de outras consideradas necessárias e prioritárias ao melhoramento e segurança dos edifícios da AR, nomeadamente:

- a) Empreitada de execução de infraestruturas de apoio ao “ Novo Sistema Integrado de Gestão, da sala de Segurança”, no piso técnico do Novo Edifício;
- b) Aquisição de equipamento de segurança para os edifícios da AR;
- c) Empreitada para as novas instalações da caserna (serviço de segurança) no piso técnico do Edifício Novo.

Os investimentos, contabilizados em “**Edifícios**” e em “**Bens de domínio público**”- Palácio de São Bento -, respeitam a obras de conservação e beneficiação do património imobiliário da Assembleia da República, assim como à melhoria das suas instalações.

As ações de conservação estenderam-se, igualmente, a outros projetos de igual relevância, não previstos no Plano de Atividades, direcionados para a conservação do património da AR, importando salientar as melhorias realizadas por reporte a cada um dos imóveis intervencionados:

• **Palácio de S. Bento**

- Empreitada de reabilitação de espaço de receção/acolhimento interior aos grupos de visitantes - Palácio de São Bento;
- Empreitada de beneficiação da rede de abastecimento de águas na copa do Bar dos Deputados - R/chão do Palácio de São Bento;
- Empreitada de pinturas de paredes, tetos, portas e rodapés no corredor dos gabinetes dos Secretários da Mesa - Sobreloja do Palácio de São Bento;
- Empreitada de requalificação da entrada (zona 1) sala 6009 no 6.º piso do Palácio de S. Bento;
- Trabalhos de carpintaria no pavimento e rodapés dos gabinetes dos adjuntos do Secretário-Geral, no Palácio de S. Bento.

- Empreitada de reabilitação e pintura da sala 7017C, no Palácio de S. Bento;
- Reparação da cobertura da Sala do Senado, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de reabilitação do pavimento da sala 6009 - Palácio de São Bento;
- Empreitada para implantação de infraestruturas de audiovisual no Refeitório dos Frades - Palácio de São Bento;
- Empreitada de requalificação e pintura do gabinete do Oficial de Segurança da AR;
- Empreitada de reabilitação e pintura das paredes e tetos do corredor e escadaria de acesso ao Refeitório dos Frades;
- Empreitada de reparação e pintura das paredes da receção denominada "Porta de S. Bento";
- Empreitada de reabilitação da sala da Chefe de Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade;
- Empreitada de requalificação do armazém da Divisão de Edições (sala 3051 A);
- Empreitada de construção de parede divisória com porta sob a escada junto à sala de jantar da PAR, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de reabilitação do pavimento da sala 3019;
- Empreitada de requalificação das paredes e teto na escada que liga o Andar Nobre à Sobreloja, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de reparação e pintura das paredes e tetos da sala da equipa Internet, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de beneficiação das instalações sanitárias em frente ao refeitório e sob o posto médico, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de reparação, afagamento e envernizamento do pavimento em madeira do corredor de acesso à sala 6009, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de afagamento e envernizamento do pavimento da Sala Lisboa, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de obras para a reparação do pavimento nos corredores do expediente e secretaria do MAP - Palácio de São Bento;
- Empreitada de obras para reparação da rotura no abastecimento de águas à instalação sanitária localizada no Andar Nobre do Palácio de São Bento;
- Empreitada de obras de reparação e pintura parcial de paredes do átrio da entrada de São Bento;
- Empreitada de obras de beneficiação das salas 3023 e 3024 no rés-do-chão do Palácio de São Bento;
- Empreitada de beneficiação parcial de paredes e tetos do Arquivo Histórico Parlamentar - subcave do Palácio de São Bento;
- Empreitada de obras de beneficiação da instalação sanitária do MAP - sobreloja do Palácio de São Bento;
- Empreitada de reparação e reconstrução da balastrada da fachada lateral (porta de S. Bento) do Palácio de S. Bento;
- Empreitada de obras de reparação e pintura no teto no corredor da Galeria Pública - Palácio de São Bento;
- Empreitada de estruturação de rede de caminhos de cabos para ligação aos operadores de Áudio, TV e Energia no Andar Nobre do Palácio de S. Bento;
- Empreitada de beneficiação do corredor de acesso à área da PSP e nova porta - portaria lateral do Palácio de São Bento;
- Empreitada de reparação e isolamento de algeroz na cobertura sobre a Sala Sofia no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de requalificação e pintura dos muros de suporte da Calçada da Estrela, no Parque Interior do Palácio de S. Bento;
- Empreitada de reparação de algeroz na cobertura do Palácio de S. Bento
- Empreitada de reparação e isolamento do terraço do Posto Médico - Palácio de São Bento;
- Empreitada de fornecimento e montagem de pedras de revestimento no átrio de entrada e acesso posterior - Palácio de São Bento.

- **Edifício D. Carlos I**

- Empreitada de reparação de rotura e substituição de tubagem no bar do Edifício D. Carlos;
- Empreitada de reabilitação da sala 2.1.2.3.1. - 2º piso do Ed. D. Carlos;
- Empreitada de instalação de gabinete para a DILP, no 3º andar do Edifício D. Carlos.

- **Edifício Novo**

- Empreitada de execução de infraestruturas de apoio (alimentação, passagem e caminho de cabos e botoeiras) à instalação do sistema de segurança de portas e janelas no Novo Edifício da AR;
- Empreitada de implantação de uma zona de lavagem de viaturas, no piso -1 do parque de estacionamento subterrâneo do Novo Edifício;
- Empreitada de execução de pintura antiderrapante no piso -1 do parque de estacionamento do Novo Edifício;
- Serviço de beneficiação de barreiras dissuasoras - Palácio de São Bento e Ed. Novo.

Os investimentos imputados a “**Equipamento de informática**” e a “**Software Informático**”, com taxas de execução orçamental de 55,72% e 64,12% respetivamente, concorreram para a prossecução de objetivos de melhoria nesta área, muito embora num quadro de contenção orçamental.

No domínio do “**Equipamento Administrativo**”, com uma taxa de execução de 69,95%, o investimento distribui-se por várias áreas, prosseguindo a renovação, modernização e apetrechamento dos equipamentos da Assembleia da República, de acordo com as necessidades sentidas e em termos de rentabilização do espaço existente, sendo de destacar:

- **Na área da segurança:**

- Instalação de barreiras dissuasoras nas vias dos acessos exteriores ao Palácio de São Bento e Edifício Novo;
- Reformulação e reestruturação do Sistema Automático de Detecção de Incêndios das zonas 49, 56 e 63 (sótãos da Sala Lisboa, Gabinetes do PP, Biblioteca e corredor de acesso ao Novo Edifício) incluindo reprogramação da CDI do sótão, no Palácio de S. Bento;
- Empreitada de substituição de tubagem na rede de incêndios do Parque Interior - Palácio de São Bento;
- Empreitada de beneficiação do marco de incêndio existente e ligação ao novo troço da rede de incêndios - Parque Interior do Palácio de São Bento.

- **Mobiliário:**

- Aquisição de mobiliário diverso para os Grupos Parlamentares: GP PP, GP PSD; GP BE e GP PCP: bengaleiros, mesas de reuniões, armários e cadeiras;
- Aquisição de mobiliário diverso destinado aos Serviços da AR: DAC, DILP, Serviço de Segurança, UTAO e Auditor Jurídico;
- Aquisição de armários vestiários para a Casa Amarela;
- Aquisição de material de escritório diversos – máquinas de destruir papel, candeeiros, televisores, aquecedores, desumidificadores, etc;
- Aquisição de material diverso destinado às cafetarias e bares das AR.

- **Equipamentos de climatização e ventilação** - Realizaram-se algumas intervenções para melhorar o sistema de aquecimento central do Palácio, tendo-se ainda procedido à substituição de algumas unidades de ar condicionado, como a seguir se concretiza:
 - Empreitada de substituição de tubagem da rede de aquecimento central (junto à estátua de D. Carlos I) - Átrio da entrada principal no Rés-do-chão do Palácio de São Bento;
 - Empreitada de substituição de tubagem na rede de aquecimento central na sala da imprensa - Rés-do-chão do Palácio de São Bento;
 - Empreitada de trabalhos para erradicação dos odores provenientes do sistema de exaustão da cozinha no Palácio de S. Bento;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado mural para a sala 6009 (zona 2) - Palácio de São Bento;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado para a sala da Gab. dos Adjuntos - Sobreloja do Palácio de São Bento;
 - Fornecimento de equipamento de ar condicionado para as várias salas destinadas aos operadores de televisão, designadamente: Parlamento Global, RTP, TVI, SIC, CMTV, localizadas no Palácio;
 - Fornecimento de duas unidades de ar condicionado para as salas 7018-A e 7018-B do Palácio de São Bento;
 - Fornecimento de unidade de ar condicionado de teto para a sala 6009 (zona 3) - Palácio de São Bento;
 - Fornecimento de 3 aparelhos de ar condicionado para o CINF;
 - Fornecimento de 1 unidade condensadora e 5 unidades interiores de climatização, tipo multi-split, para o Canal Parlamento - Palácio de São Bento;
 - Aquisição de unidade de ar condicionado para a sala dos servidores das régies - Palácio de São Bento;
 - Aquisição de unidade de ar condicionado para UTAO e para a Biblioteca no Edifício D. Carlos;
 - Fornecimento de equipamento de ar condicionado para a sala dos bastidores e do Presidente da CNE - 7º piso do Ed. D. Carlos.
- **Material de transporte** – Foi adquirida uma viatura oficial, sendo que concerne à composição da frota da AR, as restantes 11 viaturas são utilizadas em regime de aluguer operacional.
- **Equipamentos de iluminação e elétricos:**
 - Continuação da substituição de vários quadros elétricos nos edifícios da AR, no seguimento da auditoria do Instituto da Soldadura da Qualidade (ISQ) que ocorreu em 2007. Neste âmbito, a AR tem vindo a investir na substituição de quadros elétricos, tendo no corrente ano, substituído o do corredor das comissões e o da cafetaria, ambos localizados no Palácio de S. Bento;
 - Substituição da iluminação da sanca da Biblioteca, no Palácio de São Bento.

No que respeita à rubrica “**Equipamento de gravação e audiovisual**”, cuja taxa de execução foi de 71,61%, destacam-se as seguintes aquisições: meios para instalar os operadores CMTV e

ETV na AR, à semelhança de outros operadores de televisão; meios para ligação de três espaços do andar nobre aos operadores de televisão instalados no 4º piso; *storage* para o sistema de gravação digital (Digiaudio); e sistema de áudio sem fios para a nova sala das Comissões Parlamentares, tudo no Palácio de São Bento.

9.2 Projetos transitados para 2014

A identificação dos projetos com maior relevância financeira com encargos transitados para 2014, por via da respetiva natureza e do inerente regime de pagamento faseado e/ou por motivo de decorrerem de procedimentos concursais já iniciados e ainda não concluídos, consta do quadro seguinte:

Quadro 25 – PROJETOS COM ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2014

EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL	Valor (€)
Aquisição de gravador de áudio para Sala D. Maria.	€472,32
EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA	
Aquisição de Cablagem de Rede e Acessórios para Infraestrutura Física	€5.462,42
Aquisição de carregadores para portáteis LENOVO	€258,30
SOFTWARE INFORMÁTICO	
Fornecimento de um sistema integrado de gestão dedicado à Assembleia da República	€27.820,80
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	
Fornecimento de ventilador de extração e regulador de velocidade para a zona das lavagens da cozinha do Palácio de São Bento	€2.592,84
Aquisição de estantes metálicas, c/ parateleiras amovíveis, cor cinza	€876,15
Aquisição de cadeiras de secretária Eden, costa alta, c/ braços, forrada a pele preta	€2.785,95
Aquisição de candeeiros de secretária, cor preta, marca Brio	€547,97
Fornecimento de unidade condensadora de equipamento VRV	€6.088,50
Aquisição de máquina de destruir documentos	€968,01
	€47.873,26

10. Execução Financeira

10.1 Das Despesas

Da leitura do Quadro 26, ressalta um grau de execução orçamental global de 73,42%, face a uma execução financeira que foi de 72,52%, valor que resulta do diferencial entre as despesas pagas e os encargos assumidos, apurado no encerramento de exercício.

Quadro 26 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E FINANCEIRA (CLASSIF. ECONÓMICA)

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2013			GR%	GR%
	dotação corrigida	Encargos Assumidos	Despesa Paga	Orçamental	Financeira
	1	2	3	4=2/1	5=3/1
Corrente	69.154.484,23	57.489.895,12	56.166.358,72	83,13%	81,22%
Despesas com Pessoal	45.651.184,00	41.904.281,55	41.895.059,86	91,79%	91,77%
Remun. certas e permanentes	33.246.150,13	31.202.099,45	31.197.035,56	93,85%	93,84%
Abonos variáveis ou eventuais	4.625.418,87	3.840.674,58	3.836.516,78	83,03%	82,94%
Segurança social	7.779.615,00	6.861.507,52	6.861.507,52	88,20%	88,20%
Aquisição de bens e serviços	18.318.770,00	14.349.629,82	13.035.315,11	78,33%	71,16%
Aquisição de bens	1.837.339,00	1.348.108,41	1.171.795,80	73,37%	63,78%
Aquisição de serviços	16.481.431,00	13.001.521,41	11.863.519,31	78,89%	71,98%
Juros e outros encargos	9.000,00	4.429,45	4.429,45	49,22%	49,22%
Juros e outros encargos	9.000,00	4.429,45	4.429,45	49,22%	49,22%
Transferências correntes	46.450,00	39.450,00	39.450,00	84,93%	84,93%
Entidades Privadas ou Públicas	39.450,00	39.450,00	39.450,00	100,00%	100,00%
Exterior	7.000,00	0,00		0,00%	0,00%
Subvenções	880.081,00	880.081,00	880.081,00	100,00%	100,00%
Subvenção aos Grupos Parl.	880.081,00	880.081,00	880.081,00	100,00%	100,00%
Outras despesas correntes	4.248.999,23	312.023,30	312.023,30	7,34%	7,34%
Dotação provisional	3.925.836,23	1.289,90	1.289,90	0,03%	0,03%
Diversas	323.163,00	310.733,40	310.733,40	96,15%	96,15%
Capital	8.874.390,00	1.708.800,44	1.660.927,18	19,26%	18,72%
Aquisição de bens de capital	3.403.179,00	1.708.800,44	1.660.927,18	50,21%	48,81%
Investimentos	2.243.179,00	1.550.147,62	1.502.274,36	69,10%	66,97%
Bens do Domínio Público	1.160.000,00	158.652,82	158.652,82	13,68%	13,68%
Transferência de Capital	20.000,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Resto do Mundo	20.000,00	0,00		0,00%	0,00%
Outras despesas de capital	5.451.211,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Dotação provisional	5.451.211,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%
Total AR	78.028.874,23	59.198.695,56	57.827.285,90	75,87%	74,11%
Transf. Entidades Aut. E subvenções	74.318.879,07	52.649.969,83	52.649.969,83	70,84%	70,84%
Transferências correntes	10.670.476,00	9.574.232,50	9.574.232,50	89,73%	89,73%
Administração Central	10.670.476,00	9.574.232,50	9.574.232,50	89,73%	89,73%
Subsídios	63.493.142,99	42.931.620,51	42.931.620,51	67,62%	67,62%
Instituições/ fins lucrativos	63.493.142,99	42.931.620,51	42.931.620,51	67,62%	67,62%
Transferências de capital	154.819,00	143.675,74	143.675,74	92,80%	92,80%
Administração Central	154.819,00	143.675,74	143.675,74	92,80%	92,80%
Outras despesas de capital	441,08	441,08	441,08	100,00%	100,00%
Saldos - Devolução Tesouro	441,08	441,08	441,08	100,00%	100,00%
Total Global	152.347.753,30	111.848.665,39	110.477.255,73	73,42%	72,52%

A despesa assumida que não teve execução financeira, deu origem à transição de encargos para 2014, no montante total de €1.371.409,66, cuja distribuição por classificação económica consta do Quadro 27.

Quadro 27 – ENCARGOS TRANSITADOS PARA 2013 POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Unidade: Euro

Despesa por Classificação Económica	OAR2013				Encargos por pagar
	Encargos Assumidos	Estrutura	Despesa Paga	Estrutura	
	1	2=1/Σ1	3	4=3/Σ3	
Corrente	57.489.895,12	51,40%	56.166.358,72	50,84%	1.323.536,40
Despesas com Pessoal	41.904.281,55	37,47%	41.895.059,86	37,92%	9.221,69
Remun. certas e permanentes	31.202.099,45	27,90%	31.197.035,56	28,24%	5.063,89
Abonos variáveis ou eventuais	3.840.674,58	3,43%	3.836.516,78	3,47%	4.157,80
Segurança social	6.861.507,52	6,13%	6.861.507,52	6,21%	0,00
Aquisição de bens e serviços	14.349.629,82	12,83%	13.035.315,11	11,80%	1.314.314,71
Aquisição de bens	1.348.108,41	1,21%	1.171.795,80	1,06%	176.312,61
Aquisição de serviços	13.001.521,41	11,62%	11.863.519,31	10,74%	1.138.002,10
Juros e outros encargos	4.429,45	0,00%	4.429,45	0,00%	0,00
Juros e outros encargos	4.429,45	0,00%	4.429,45	0,00%	0,00
Transferências correntes	39.450,00	0,04%	39.450,00	0,04%	0,00
Entidades Privadas ou Públicas	39.450,00	0,04%	39.450,00	0,04%	0,00
Exterior	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Subvenções	880.081,00	0,79%	880.081,00	0,80%	0,00
Subvenção aos Grupos Parl.	880.081,00	0,79%	880.081,00	0,80%	0,00
Outras despesas correntes	312.023,30	0,28%	312.023,30	0,28%	0,00
Dotação provisional	1.289,90	0,00%	1.289,90	0,00%	0,00
Diversas	310.733,40	0,28%	310.733,40	0,28%	0,00
Capital	1.708.800,44	1,53%	1.660.927,18	1,50%	47.873,26
Aquisição de bens de capital	1.708.800,44	1,53%	1.660.927,18	1,50%	47.873,26
Investimentos	1.550.147,62	1,39%	1.502.274,36	1,36%	47.873,26
Bens do Domínio Público	158.652,82	0,14%	158.652,82	0,14%	0,00
Transferência de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Resto do Mundo	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00
Total AR	59.198.695,56	52,93%	57.827.285,90	52,34%	1.371.409,66
Transf. Entidades Aut. e Subvenções	52.649.969,83	47,07%	52.649.969,83	47,66%	0,00
Transferências correntes	9.574.232,50	8,56%	9.574.232,50	8,67%	0,00
Administração Central	9.574.232,50	8,56%	9.574.232,50	8,67%	0,00
Subsídios	42.931.620,51	38,38%	42.931.620,51	38,86%	0,00
Instituições/ fins lucrativos	42.931.620,51	38,38%	42.931.620,51	38,86%	0,00
Transferências de capital	143.675,74	0,13%	143.675,74	0,13%	0,00
Administração Central	143.675,74	0,13%	143.675,74	0,13%	0,00
Outras Despesas capital	441,08	0,00%	441,08	0,00%	0,00
Diversas	441,08	0,00%	441,08	0,00%	0,00
Total Global	111.848.665,39	100,00%	110.477.255,73	100,00%	1.371.409,66

O Quadro 27 evidencia ainda a estrutura da despesa assumida e paga, apresentando uma execução financeira global face aos encargos assumidos de 98,77%, indicador que, em 2012, foi de 97,77% e, em 2011, de 97,72%.

Considerando as **despesas correntes**, verifica-se uma execução financeira, face a encargos assumidos, de 97,70%, sendo que, em 2012, este indicador foi de 97,42%, tendo transitado por pagar o montante de €1.323.536,40.

Relativamente às **despesas de capital**, verifica-se uma execução financeira, relativamente a encargos assumidos, de 97,20%, face aos 71,93% de 2012, tendo transitado para 2014 um valor de despesa, autorizada e não paga, de €47.873,26, montante que reflete apenas os encargos transitados em aquisições de bens de capital.

No que respeita às **transferências para as Entidades Autónomas e Subvenções**, a execução financeira, face aos encargos assumidos, é de 100%, em virtude de a AR proceder à transferência da totalidade das importâncias que comprometeu.

A despesa assumida que não teve execução financeira, dando lugar à transição de encargos para o exercício de 2014, deve-se, em parte, à inexistência do período complementar para o apuramento de contas - a implementação do POC-AR implica o encerramento do ano económico a 31 de dezembro -, e também à existência de despesas autorizadas envolvendo pagamentos faseados no tempo, em função da evolução verificada nos projetos a que respeitam.

10.2 Das Receitas

Importa salientar que, na estrutura da receita, as receitas cobradas pela AR representam 0,74% das Receitas totais. Por outro lado, estas receitas, cuja análise se efetuará de seguida, registaram um decréscimo de 10,99%, correspondendo a um grau de realização de 131,97% face ao montante orçamentado (cf. Quadro 29).

Quadro 28 – EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Unidade: Euro

Natureza das Receitas Cobradas	2012	2013	Var%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	27.839,61	22.764,51	-18,23%
Outros bens	27.285,19	30.614,46	12,20%
Juros	120.267,19	67.139,61	-44,17%
Guias de reposição não abatidas	150.848,71	141.855,46	-5,96%
Vendas de senhas de refeição	263.705,53	249.233,03	-5,49%
Rendas	46.747,49	45.271,13	-3,16%
Venda de bens de investimento	0,00	8.727,76	n.a
Receitas diversas - AR	4.283,82	4.931,05	15,11%
Receitas Cobradas	640.977,54	570.537,01	-10,99%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	21.754.275,78	23.412.641,23	7,62%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	53.652.047,00	53.470.067,80	-0,34%
Total	76.047.300,32	77.453.246,04	1,85%

Como se retira do Quadro 28 acima, a generalidade das receitas da AR apresenta variações negativas, com exceção das “receitas diversas”, que apresentam um acréscimo de 15,11%, e das receitas de “outros bens”, provenientes das vendas de artigos da Livraria Parlamentar, que aumentaram 12,20%.

O financiamento com origem no OE, que representa 69,04% do total do OAR2013, reflete, no que respeita à atividade da AR, uma variação de (-) 0,34% em relação a 2012, ano em que o financiamento do OE representou 70,55%. Se, para o efeito, não for considerado o saldo de gerência da AR de 2012, integrado no OAR2013 em sede de orçamento suplementar, **o peso do financiamento do OE aumenta para 98,94%**.

As receitas orçamentadas e cobradas em 2013 constam do quadro abaixo:

Quadro 29 – GRAU DE REALIZAÇÃO DAS RECEITAS EM 2013

Unidade: Euro

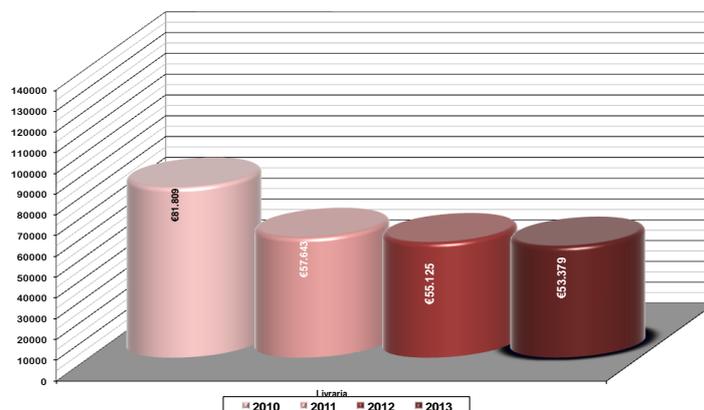
Natureza	Receita OAR2013		
	corrigida	cobrada	GR%
	1	2	3=2/1
Publicações, impressos e artigos diversos	21.500,00	22.764,51	105,88%
Outros bens	18.580,00	30.614,46	164,77%
Juros	101.200,00	67.139,61	66,34%
Guias de reposição não abatidas	30.000,00	141.855,46	472,85%
Vendas de senhas de refeição	216.000,00	249.233,03	115,39%
Rendas	43.000,00	45.271,13	105,28%
Venda de bens de Investimento	500,00	8.727,76	1745,55%
Receitas diversas - AR	1.540,00	4.931,05	320,20%
Receitas Cobradas	432.320,00	570.537,01	131,97%
Saldo de Gerência do ano anterior - AR	23.412.641,23	23.412.641,23	100,00%
Transferências do OE (Corrente e Capital)	54.183.913,00	53.470.067,80	98,68%
Total	78.028.874,23	77.453.246,04	99,26%

Da análise deste Quadro 29, constata-se que a receita própria cobrada pela Assembleia da República foi superior à orçamentada, no que respeita à maioria das rubricas, nomeadamente nas vendas da livraria parlamentar (“publicações, impressos e artigos diversos” e “outros bens”), nas reposições não abatidas, nas vendas de senhas de refeição e nas rendas.

A evolução das vendas realizadas na Livraria Parlamentar encontra-se expressa no Gráfico 14, registando-se um decréscimo face a 2012 (as vendas em 2013 foram de €53.378,97, inferiores às de 2012 que foram de €55.124,80), justificado, essencialmente pela menor procura face à situação de crise económica.

Gráfico 13 – EVOLUÇÃO DAS VENDAS

Unidade: Euro



11. Situação Patrimonial da AR a 31 de dezembro de 2013

A informação financeira / patrimonial encontra-se registada num sistema integrado de gestão (SIGAR) desde 2010, integrando a informação patrimonial, nomeadamente a que respeita a imobilizado e *stocks*, necessária à elaboração das demonstrações financeiras, relativas ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, visando a transparência, conformidade legal e a regularidade financeira.

Desde 2010 que se tem vindo a proceder a uma melhoria da informação, sobretudo na área de gestão de *stocks* da Livraria Parlamentar, que desde 2012 é diretamente gerida na aplicação SIGAR, ao contrário do que acontecia em anos anteriores em que estava alojada na aplicação Retail Manager de gestão operacional de vendas dos artigos da Livraria.

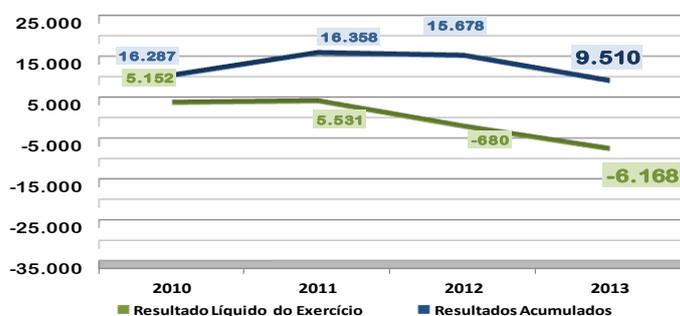
A análise ao Balanço e à Demonstração de Resultados de 2013 reflete um Resultado Líquido do exercício negativo (-€6.167.741,79) que traduz sobretudo um aumento dos custos (em €5,2 milhões), dos quais €4,2 milhões dizem respeito a encargos com pessoal, que incluem os encargos sociais (com CGA, Segurança Social e ADSE), face ao pagamento, em 2013, do subsídio de férias (de 2012) e de Natal, acrescido do custo diferido do subsídio de férias relativo a 2013 (a ser pago em 2014). Em 2012 não existiu especialização do custo do subsídio de férias a ser pago em 2013, uma vez que o respetivo pagamento se encontrava suspenso, não tendo por isso existido esse acréscimo de custos nesse ano.

Analisa-se de seguida alguns rácios que permitem avaliar e analisar a situação e a estrutura financeira.

A evolução dos Resultados Líquidos apurados nos últimos quatro anos consta do gráfico 14, que a seguir se apresenta:

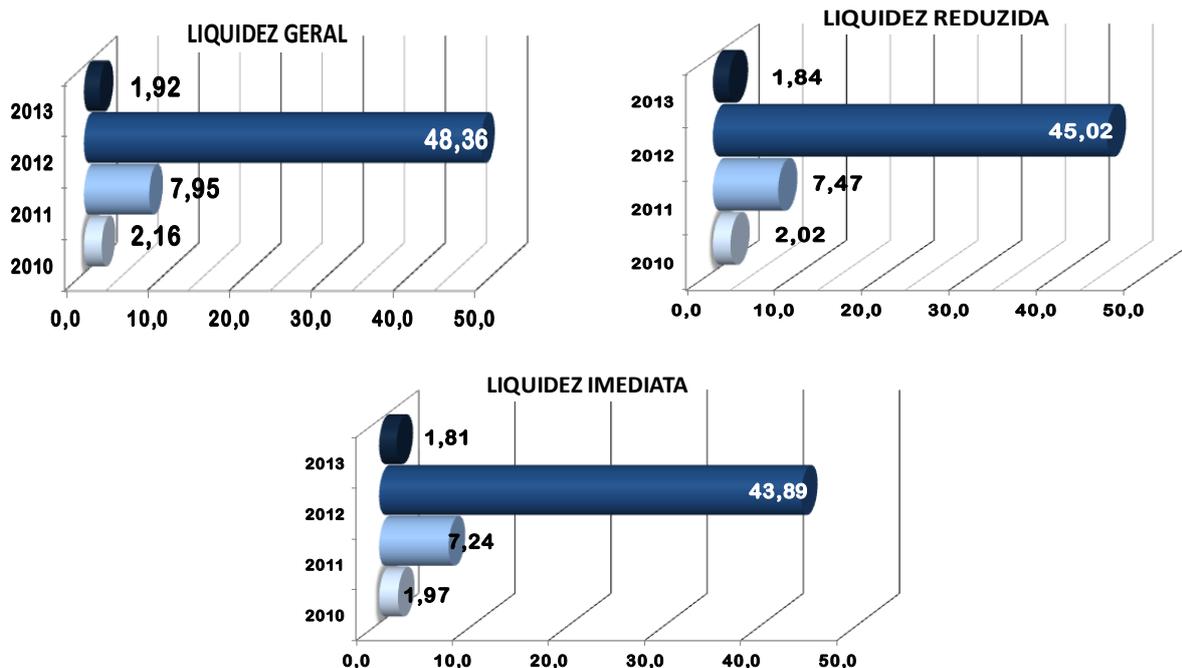
Gráfico 14 – EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS

Unidade: Milhares de Euro



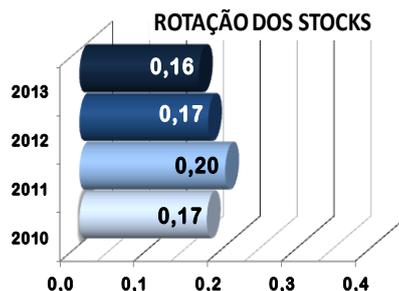
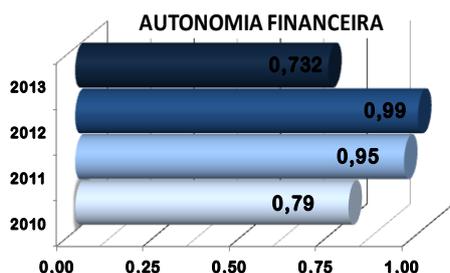
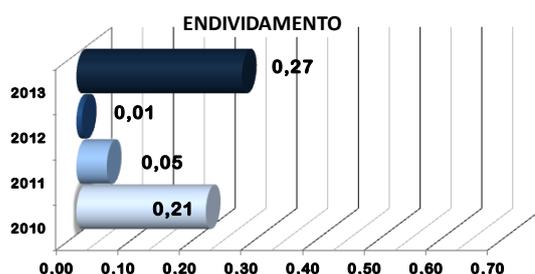
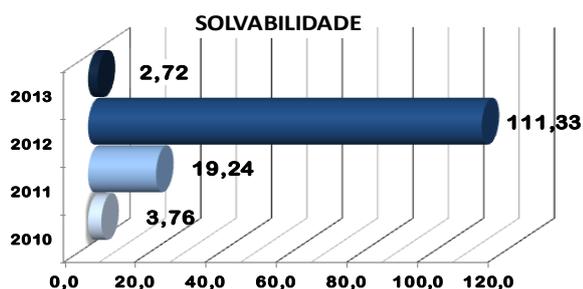
Ao longo dos últimos anos foram aperfeiçoados os registos de operações e o seu reflexo contabilístico, o que se traduziu num maior rigor da informação apresentada, **apurando-se um Resultado Líquido de -€6.167.741,79**, representando um decréscimo de 907% face ao ano de 2012, em virtude, por um lado, da **manutenção do nível dos proveitos (transferências do OE)** e, por outro lado, do **aumento dos custos com pessoal**, justificado em parágrafos anteriores.

A situação de liquidez financeira, refletida na situação patrimonial a 31/12/2013, traduzida pelos rácios de liquidez, apresenta valores inferiores aos de anos anteriores em virtude do ativo, do passivo e das disponibilidades estarem influenciados pelas subvenções para a campanha das eleições autárquicas de 2013, cujo montante por pagar ascende a €20,1 milhões.



Assim, a diminuição do valor dos rácios de liquidez geral (Ativo Circulante/Dívidas a terceiros de curto prazo), em 2013, deve-se sobretudo ao aumento do passivo de curto prazo, em função do saldo da subvenção pública para a campanha eleitoral acima referida.

No que se refere aos rácios de liquidez reduzida (Ativo Circulante - Existências/Dívidas a terceiros de curto prazo) e liquidez imediata (Disponibilidades/ Dívidas a terceiros de curto prazo), que representam 1,84 e 1,81, respetivamente, traduzem o nível de equilíbrio financeiro, significando que a Assembleia da República apresenta um excedente face às suas necessidades de tesouraria.



No tocante ao indicador de Solvabilidade (Fundos Próprios/Passivo), o respetivo valor é de 2,72, destinando-se a medir a capacidade da entidade desenvolver a respetiva atividade a médio prazo, não sendo por isso de relevar o valor do indicador apresentado, atento o mecanismo legal que está subjacente ao financiamento deste órgão de soberania.

O indicador de Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Ativo Líquido) em 2013 foi de 0,73, representando total autonomia e superando o exigido, dado que o indicador referencial deverá ser igual ou superior a 0,33.

Importa salientar que o indicador da dependência financeira, aqui denominado por Endividamento (Passivo/Ativo Líquido), apresenta, em 2013, um valor de 0,27, sendo que a soma do valor do indicador de Autonomia Financeira com o valor do indicador de Endividamento deverá ser igual a 1, o que se verifica.



A racionalização do consumo e o controlo da gestão de aprovisionamento é evidenciada através do valor praticamente constante, apresentada ao longo do último quadriénio, do indicador de Rotação de Stocks (Vendas e Prestações de Serviços / Existências).

Assim, a análise da evolução apresentada pelos indicadores supramencionados, no período de 2010 a 2013, reflete o progresso decorrente de um permanente aperfeiçoamento dos registos das operações contabilísticas, que será melhor observado com o aproveitamento em pleno da informação veiculado pelo sistema SIGAR.

Nota Final

De acordo com os artigos 4.º e 59.º da Lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República (LOFAR), o Relatório e Conta são aprovados pelo Plenário da Assembleia da República, após apresentação à Assembleia da República do respetivo parecer do Tribunal de Contas.

Em conformidade com o disposto no n.º 4 do artigo 52.º da Lei nº 98/97, de 26 de agosto, relativa à Organização e Processo do Tribunal de Contas, republicada pela Lei nº 48/2006, de 29 de agosto, com as alterações subsequentes, a Assembleia da República procede à remessa da sua Conta de Gerência ao Tribunal de Contas até 30 de abril do ano seguinte a que diz respeito, para emissão de parecer nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 5.º do referido diploma legal.



Serviços da Assembleia da República

Secretário-Geral
Albino de Azevedo Soares

Adjunta do Secretário-geral
Ana Maria Viegas Serpa Farrajota Leal

Adjunto do Secretário-geral
José Manuel Saraiva de Lemos Araújo

Direcção de Serviços de Apoio Técnico e Secretariado
Cláudia Cristina Martins Ribeiro Diogo

Divisão de Apoio ao Plenário
Isabel Maria Graça Pereira

Divisão de Apoio às Comissões
João Nuno de Melo Cardoso do Amaral

Divisão de Redacção e Apoio Audiovisual
José Nogueira Diogo

Direcção de Serviços de Documentação e Informação ao Cidadão
Rui José Pereira Costa

Divisão de Informação Legislativa e Parlamentar
Fernando Carlos Marques Pereira

Divisão de Edições
Maria Teresa Silvério da Fonseca

Centro de Informação ao Cidadão e Relações Públicas
Victor Manuel Pires da Silva

Biblioteca
Rosa Maria Barreto Pereira da Silva

Arquivo Histórico-Parlamentar
Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros
Fernando Paulo da Silva Gonçalves

Divisão de Recursos Humanos e Administração
Vítor Manuel Leal Madeira



Divisão de Gestão Financeira
Susana de Oliveira Torres Martins

Divisão de Aprovisionamento e Património
Maria Cristina Aniceto de Mendonça Machado de Araújo Neves Correia

Gabinete de Relações Internacionais e Protocolo
Ana Rita Manteigas Sousa Pinto Ferreira

Divisão de Relações Internacionais
Isabel Maria Cordeiro Botelho Leal

Divisão de Protocolo
Maria Manuela Azóia Lopes

Centro de Informática
Maria Antonieta Antunes Teixeira

Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar
João José da Costa Santos Gil